**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA**

BEATRIZ BESEN DE OLIVEIRA

**A sua memória agora é minha memória:
a construção da memória política e o re-estabelecimento
do reconhecimento recíproco**

São Paulo

2019

BEATRIZ BESEN DE OLIVEIRA

**A sua memória agora é minha memória:
a construção da memória política e o re-estabelecimento
do reconhecimento recíproco**
Versão Corrigida

Dissertação apresentada ao Instituto de
Psicologia da Universidade de São
Paulo para obtenção do Título de
Mestre em Psicologia.

Área de concentração: Psicologia Social

Orientador: Prof. Dr. Luis Guilherme
Galeão da Silva

São Paulo

2019

Nome: OLIVEIRA, Beatriz Besen de

Título: A sua memória agora é minha memória: a construção da memória política e o re-estabelecimento do reconhecimento recíproco

Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo para obtenção do Título de Mestre em Psicologia.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr.: _____
Instituição: _____
Julgamento: _____

Prof. Dra.: _____
Instituição: _____
Julgamento: _____

Prof. Dr.: _____
Instituição: _____
Julgamento: _____

Às crianças e jovens de Heliópolis, cuja existência e resistência são o ponto de partida e a razão de ser dessa pesquisa.

Celebração das contradições/2

Desatar vozes, dessonhar os sonhos: escrevo querendo revelar o real maravilhoso, e descubro o real maravilhoso no exato centro do real horroroso da América.

Nestas terras, a cabeça do deus Elegguá leva a morte na nuca e a vida na cara. Cada promessa é uma ameaça; cada perda, um encontro. Dos medos nascem as coragens; e das dúvidas, as certezas. Os sonhos anunciam outra realidade possível e os delírios, outra razão.

Somos, enfim, o que fazemos para transformar o que somos. A identidade não é uma peça de museu, quietinha na vitrine, mas a sempre assombrosa síntese das contradições nossas de cada dia.

Nessa fé, fugitiva, eu creio. Para mim, é a única fé digna de confiança, porque é parecida com o bicho humano, fodido mas sagrado, e à louca aventura de viver no mundo.

Eduardo Galeano

AGRADECIMENTOS

Para essa louca aventura de viver o mundo tive a sorte de ter como pais pessoas que sempre fizeram questão de me revelar as delícias e durezas de sermos o que somos e de escolhermos o que escolhemos. Gina Rizpah Besen e Roberto Alves de Oliveira são os primeiros e grandes responsáveis por eu ter descoberto a coragem a partir do medo e chegado a algumas certezas diante das dúvidas. Pessoas que admiro com toda força em suas contradições; contradições essas que os tornam pais, parceiros, amigos e companheiros para as aventuras e desventuras da vida. Não seria quem sou, nem escreveria o que escrevo sem vocês ao meu lado.

A vida me presenteou com uma linda e enorme família, que foi chegando aos poucos e me mostrando um amor que eu desconhecia. Como sempre digo, a árvore genealógica é difícil de entender, mas o amor transparece ao primeiro olhar. Pedro Roberto Jacobi e Denise Maria Silva Sacco, obrigado por se tornarem também meus pais e me inspirarem, cuidarem e acompanharem todos esses anos. Cristina Sacco Alves de Oliveira, sempre escrevo movida pela esperança de um mundo melhor e é nesse mundo que desejo que você viva. Você não tem ideia ainda de quanto sua vinda ao mundo me transformou, e o quanto você me ensina a cada encontro, risada, passeio e piada que conta. Espero que o mundo nunca te tire essa autenticidade que tanto me inspira. Murilo Gustavo Gírio, em tudo que vivemos ao longo dos anos e principalmente no ano passado, descobri uma fortaleza e uma alegria inabaláveis. Mesmo diante do maior medo que ainda tenho na vida, o da morte, te vi mais vivo do que nunca, criando relações de amor e afeto e fortalecendo todos ao seu redor. Obrigado pelas trocas e pelo apoio cada vez mais intensos. À Nina Moisés Jacobi, que além de minha querida irmã, acaba de se tornar mãe do meu amado sobrinho, Benjamin Jacobi Florence, obrigada por ter sido sempre uma referência de mulher forte e determinada. É um prazer compartilhar da vida com você. À Sicília Sacco Ribeiro Silva, estamos unidas desde o berço, e te ver crescer e se tornar minha grande companheira de vida é um privilégio enorme.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Luis Guilherme Galeão da Silva, toda a admiração por permanecer firme na resistência democrática dentro da Universidade de São Paulo, conciliando uma vida de pesquisador, militante, orientador, pai e companheiro como poucos que conheci. Minha formação nunca teria sido como foi sem as idas ao vale do Ribeira e à Heliópolis, as conversas, aulas e confraternizações. Aos membros do grupo de orientação obrigada por

compartilharem cafés, inquietações e reflexões. Pablo Pamplona, Carlos Eduardo Mendes, Ingrid Stocker e Amanda Lungov, sempre contem comigo.

Aos membros da banca, Prof. Dr. Carlos Cesar Barros e Profa. Dra. Soraia Ansara, sou muito grata pela leitura sensível e atenta que vocês fizeram do meu texto ainda na qualificação. Foram preciosas as críticas e possibilidades de caminhos indicados. Sem dúvida, ambos são referências para minha escrita e trajetória acadêmica.

Às amigas e amigos que sonham comigo uma outra realidade possível, e que são puro frescor para os dias duros e tenebrosos que vivemos nos últimos tempos, meu mais profundo agradecimento. Vejo em nossos encontros e parcerias, fios que tecem uma rede cheia de coragem, ternura, carinho, sororidade, sensibilidade e amor. Marília Persoli Nogueira, Luca Motta Leal, Lenora De Homonnay Bruhn, Olívia Giannella, Patrícia Burgos Leite, Yuri Nishjima, Ticiane Chiarastelli Salomão, Nina Galvão, Izabel Borsari, Mayra Tsuji, Elton Souza Pinotti, Maurício Lagatta, Pedro Lagatta, Leonardo Fernandes Augusto, Eduardo Vallejos, Paula Beutel, Livia Mello, Bianca Moraes, James Pahim, Carolina Camargo, entre outros que posso ter esquecido aqui, mas que sabem pelo contato cotidiano que fazem parte dessa rede.

Às amigas e melhores companheiras de trabalho que já tive, Laila Sala e Marília de Santis, um agradecimento especial. Vocês foram grandes professoras no mundo do trabalho, da militância e da reflexão teórica. A paixão e comprometimento de vocês é contagiante e mobiliza o CEU e todos que ali passam. A todos membros da UNAS, mas principalmente Cleide Alves, Genário Pereira de Araújo, Maria Antônia, João e Genesia Miranda, vocês são referência de resistência e luta para mim. Obrigada por abrir as portas de Heliópolis e da organização de maneira tão generosa. Aos membros do coletivo Margens Clínicas, principalmente Gabriela Serfaty e Pedro Lagatta, obrigada pela parceria, amizade e trocas, o projeto foi feito a muitas mãos, mas as de vocês foram imprescindíveis.

E o meu principal agradecimento é direcionado aos jovens de Heliópolis que participaram e se dedicaram ao projeto. Cada um trilhou seu caminho e talvez nem todos lerão esse texto, mas não me faltam lembranças e carinho por todos. As memórias de vocês com certeza hoje são minhas memórias, e é inspirada nelas que sigo minhas lutas diárias, acreditando que ainda há muito o que se fazer. Vocês, dos pequenos aos grandes gestos, revelam uma potência gigante para serem e se tornarem aquilo que desejarem. Sempre espero poder ajudar nesse processo.

Por fim, agradeço a duas figuras políticas que abriram caminho para que temas como este fizessem parte da academia, que projetos como o *Memórias e Resistências* ocorressem em

espaços públicos e que obtivéssemos dados reais sobre a violência de Estado. Infelizmente, foi por essa coragem que se tornaram alvo de perseguição: Luis Inácio Lula da Silva e Marielle Franco, vocês são sementes que continuarão a brotar e inspirar resistência e luta em cada canto desse Brasil.

RESUMO

OLIVEIRA, Beatriz Besen de. **A sua memória agora é minha memória:** a construção da memória política e o re-estabelecimento do reconhecimento recíproco. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

A presente pesquisa tem como objetivo analisar o processo de construção da *memória política* (ANSARA, 2008) enquanto mecanismo de elaboração psicossocial e seu potencial para o reestabelecimento de relações de *reconhecimento recíproco* (HONNETH, 2009). A *pesquisa-participante* (MONTERO, 2007) no projeto *Memórias e Resistências: a ditadura da quebrada*, realizado no bairro de Heliópolis - periferia urbana de São Paulo - envolveu um processo de formação de oito jovens do território no campo dos direitos humanos, tendo como matriz central o resgate, compartilhamento e construção da *memória política* dos moradores, movimentos sociais e anistiados políticos da ditadura civil-militar brasileira. A partir dos resultados e relatos da pesquisa-participante, é realizado um diagnóstico social, analisando os mecanismos de dominação e as artimanhas do poder do/no Estado que produzem rupturas no tecido social. Também são identificadas práticas eficientes de narração e construção de *memória política* no interior de *organizações sociais comunitárias* (GAGNEBIN, 1986), que podem ser estimuladas e aprofundadas como mecanismos de elaboração psicossocial. Tais práticas apontam para caminhos criativos de resistência ao discurso autoritário e à violência de Estado em ascensão no Brasil.

Palavras-chave: Memória Política. Reconhecimento Recíproco. Violência de Estado. Juventude. Elaboração Psicossocial.

ABSTRACT

OLIVEIRA, B.B. **Your memory now is my memory:** the building of political memory and the re-establishment of a reciprocal recognition (Master Dissertation). Institute of Psychology, Univesity of São Paulo, 2019.

This research has as aim to analyse the process of building the *political memory* (Ansara, 2008) as a mechanism of psychosocial working-through and its potential for the re-establishment of relations of *reciprocal recognition* (Honneth, 2009). *Participatory research* (Montero, 2007) within the project *Memories and resistances: the dictatorship in the slum* developed in the neighborhood of Heliópolis- an urban periphery of São Paulo- that involved a process of capacity building of eight teenagers in the field of human rights, having as its central matrix the revival, sharing and building of a political memory of the dwellers, social movements and political amnestied of the civil-military Brazilian dictatorship. As an outcome of the telling through participatory research, a social diagnosis was developed analysing the mechanisms of domination and the artifices of power of/in the State that produce ruptures in the social tissue. It was also analyzed efficient practices of narration and the building of a *political memory* within the *socio-communitarian organizations* (Gagnebin, 1986), that may be stimulated and deepened as mechanisms of psychosocial working-through. These practices point to creative paths of resistance to an authoritarian discourse and to the growth of State violence in Brazil.

Keywords: Political Memory. Reciprocal Recognition. State Violence. Youth. Psychosocial Working-Through.

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Jano, Deus Romano das Passagens e Transições	13
Figura 2: Eleguá, Deidade da religião Iorubá, Dono do Caminho e dos Destinos	13
Figura 3: Conversa-Pública.....	29
Figura 4: Convite Conversa-Pública.....	30
Figura 5: Imagem da comunidade de Heliópolis com destaque para o CEU Heliópolis Profa. Arlete Persoli	39

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	13
1.1. A concepção do projeto e da pesquisa.....	13
2. METODOLOGIA DE PESQUISA	20
2.1. Objetivo.....	20
2.2. Método	20
2.3. O Projeto Memórias e Resistências: a ditadura na quebrada	25
3. HELIÓPOLIS: TERRITÓRIO E MEMÓRIA.....	32
3.1. Heliópolis e o CEU Heliópolis Profa. Arlete Persoli	34
4. MEMÓRIA, NARRATIVA E INTERSUBJETIVIDADE.....	40
4.1. Ser consigo mesmo no Outro	41
4.2. Tempo, Memória e Narração.....	43
4.3. A elaboração do passado na Teoria Crítica.....	45
4.4. Desideologização: o caminho até a Memória Política.....	48
4.5. Reconhecimento recíproco	53
5. DIAGNÓSTICO SOCIAL	56
5.1. As artimanhas do poder do/no Estado	58
5.2. A violência do/no Estado e as políticas de esquecimento	60
5.3. A persistência das marcas ditatoriais e o racismo	68
5.4. Rupturas do tecido social e do reconhecimento recíproco	73
5.5. A escola e o ensino colonizado.....	81
5.6. A estrutura de tomada de decisões no Estado Moderno	87
6. AS COSTURAS NO TECIDO SOCIAL	95
6.1. A elaboração psicossocial	96
6.2. Os movimentos sociais como atores centrais	99
6.3. A formação de consciência política	101
6.4. O grupo como espaço de elaboração	106
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	112
8. REFERÊNCIAS.....	117

1. INTRODUÇÃO

Figura 2: Eleguá, Deidade da religião Iorubá, Dono do Caminho e dos Destinos

Fontes: Wikipedia

Figura 1: Jano, Deus Romano das Passagens e Transições

Os fantasmas de todas as revoluções estranguladas ou traídas, ao longo da torturada história latino-americana, emergem nas novas experiências, assim como os tempos presentes, pressentidos e engendrados pelas contradições do passado. A história é um profeta com o olhar voltado para trás, pelo que foi e contra o que foi, anuncia o que será. (GALEANO, 1976, p. 24)

1.1. A concepção do projeto e da pesquisa

O trecho do livro *Veias Abertas da América Latina* traz uma perspectiva sobre a construção de um futuro a partir do olhar para o passado e para suas contradições, o mesmo sentido da imagem de Jano, Deus romano que representa as transições e mudanças, por meio das ambiguidades e de Eleguá, deidade que define os caminhos e os destinos, carregando a vida e a morte em sua cara. Olhar para a ambiguidade e para as contradições existentes na realidade histórica, considerando que o presente é uma emergência de experiências vinculadas

ao passado, inclusive aquele “estrangulado ou traído”, é um exercício de reflexão sobre o que se entende por memória e história. A abertura à contradição foi central na pesquisa aqui descrita; estendendo-a até aos conceitos, que como tentativa de apreensão ou dominação dessa realidade, também representam projetos ideológicos.

Foi essa imagem de Jano que inspirou Tom Nairn (1977), e que foi retomada por autores de-colonialistas (Bhabha, 2000; Chatterjee, 2000) na reconstrução da concepção de nação a partir da imaginação e criação dos territórios colonizados. A nação é interpretada como um *Jano Moderno*, pois carrega em si as ambiguidades de progressão e regressão, racionalidade e irracionalidade e, mais especificamente, retrata o aspecto transitório da história. Eduardo Galeano (2007) em *Celebração das Contradições/2*, epígrafe dessa dissertação, faz referência a Eleguá, esta Deidade que também evidencia as ambiguidades das perdas e encontros, das promessas e ameaças existentes no real horroroso e maravilhoso da América. Eleguá compõe a mitologia iorubá, sendo os iorubás um dos maiores grupos étnicos-linguísticos da África Ocidental. De acordo com Ribeiro (1996) a linguagem cotidiana dos iorubás é extremamente rica em metáforas por conta de sua tradição oral e do valor dado à palavra e à narrativa nestes grupos. Os iorubás tiveram grande importância na conformação sociocultural brasileira, mas essa tradição oral e a riqueza das metáforas periga-se perder em meio a uma história oficial do país que procura apagar as contradições e lutas de nosso povo.

Ambas figuras foram aqui apresentadas para evidenciar uma outra concepção de memória e história que será aos poucos apresentada nessa dissertação. Segundo ela, os caminhos e destinos são conformados e transformados pelas contradições do passado: por meio do movimento de retorno e de narração pode-se ensejar uma nova história. Memória aqui não é peça de museu, estática, ela é movimento e construção. O resgate do passado por meio da contradição evidenciada pela narração e memórias daqueles cujas revoluções foram e são constantemente traídas ou estranguladas, é um projeto de reabertura da história pelas classes oprimidas, com a esperança de um futuro menos desigual. Trata-se de um projeto de desideologização da memória e descolonização do conhecimento, pois:

Há várias maneiras de narrar a história de um país. Uma visão sempre esquecida, conhecida como a “ótica dos vencidos”, é aquela forjada pelas práticas dos movimentos sociais populares, nas suas lutas, no seu cotidiano, nas suas resistências e na sua teimosia em produzir outras maneiras de ser, outras sensibilidades, outras percepções. Práticas que recusam as normas pré-estabelecidas e instituídas e que procuram construir outros modos de subjetividades, outros modos de relação com o outro, outros modos de

produção, outros modos de criatividade (Araújo, 1995).¹

Esta pesquisa nasce de experiências e encontros genuínos e profundos com uma comunidade periférica da cidade de São Paulo e com seus movimentos sociais, mas cresce e se consolida por meio da possibilidade de reflexão e trocas que a Universidade Pública ainda carrega em seu bojo. Essa pesquisa também emerge da crença de que, mesmo em tempos de crise, é necessário calma e coragem para identificar os obstáculos à emancipação humana e encontrar caminhos criativos de superação. Realizei a pesquisa após ser convocada à reflexão pela prática e desejando que a teoria possa se converter em práxis emancipatória, para que, diante de toda contradição existente e latente no cotidiano, seja possível visualizar continuidade e coerência entre o que se pesquisa e se vive nas relações familiares, comunitárias e de trabalho.

A luta de classes, que um historiador educado por Marx jamais perde de vista, é uma luta pelas coisas brutas e materiais, sem as quais não existem as refinadas e espirituais. Mas na luta de classes essas coisas espirituais não podem ser representadas como despojos atribuídos ao vencedor. Elas se manifestam nessa luta sob a forma da confiança, da coragem, do humor, da astúcia, da firmeza, e agem de longe, do fundo dos tempos. Elas questionarão sempre cada vitória dos dominadores. Assim como as flores dirigem sua corola para o sol, o passado, graças a um misterioso heliotropismo, tenta dirigir-se para o sol que se levanta no céu da história. O materialismo histórico deve ficar atento a essa transformação, a mais imperceptível de todas. (BENJAMIN, 1987, p. 167)

Por isso, ainda como apresenta Benjamin (1987) em suas *Teses sobre o conceito de história*, uma das tarefas do historiador é estar atento às sutilidades e delicadezas envolvidas na luta de classes. Tendo isso em vista, essa é uma pesquisa pautada nas condições materiais e objetivas que produzem e reproduzem desigualdade, humilhação social e violência cotidiana, mas também nos aspectos mais sensíveis das experiências que vivemos no trabalho, na militância, em relacionamentos românticos, familiares, de amigos e de parcerias. Essa pesquisa fala de confiança, coragem, astúcia, firmeza ao lado do medo, desamparo e tristeza que emergem em jovens e lideranças de uma comunidade localizada na Zona Sul de São Paulo, anistiados políticos, pesquisadores e professores da universidade, entre outros aqui apresentados. Busca-se encontrar na delicadeza das relações, assim como na concretude das determinações econômicas e sociais, um balanço que possa colaborar para que a esperança se mantenha no horizonte.

¹ Esse texto é parte do *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a partir de 1964* de Pernambuco.

Foi atuando como coordenadora de Projetos no Centro Educacional Unificado Heliópolis Profa. Arlete Persoli², que tive a oportunidade de conviver e trabalhar junto a uma organização que há anos se mobiliza na busca da garantia de direitos e de transformação da realidade da comunidade. Tal organização também se preocupou em desenvolver projetos que trabalhassem e organizassem a memória coletiva a partir da narrativa das classes oprimidas, de forma a contextualizar as conquistas como produto de uma longa luta e articulação comunitária e a denunciar a história contada e institucionalizada pelas classes dominantes. O projeto *Memórias de Heliópolis: raízes e contemporaneidade*³ foi a razão da minha busca de contato e pesquisa com a comunidade de Heliópolis ainda na graduação. Além disso, a Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF) Presidente Campos Salles, cujo projeto democrático a fez ser conhecida como “escola sem muros”, foi outro espaço que frequentei e pesquisei ainda na graduação. Dessa aproximação, sempre permeada pelo desejo de aprender e conviver, surgiu o convite para um trabalho na coordenação do CEU. Foram anos de aprendizado intenso, de crescimento profissional e pessoal, mas, principalmente, de compreensão sobre a contradição como parte inerente dos processos de lutas e organização. Arlete Persoli, primeira gestora desse espaço, quando ainda era o Centro de Convivência Educativa e Cultural de Heliópolis (CCECH) era quem sempre dizia: “é preciso entender que a contradição faz parte do processo.” Apesar de, infelizmente, não ter trabalhado junto com ela, guardo memórias carinhosas da mãe da minha amiga mais antiga, pessoa que me inspirou muito na escrita e desenvolvimento dessa pesquisa. Por meio de sua melhor amiga, Marília de Santis, atual gestora do CEU, soube que ao assumir a gestão do então CCECH, Arlete sentou junto aos seus pares e afirmou que o primeiro projeto a ser desenvolvido teria que ser de resgate da memória dessa comunidade e desse bairro, pois só assim poderiam começar a entender e formular projetos para esse espaço. Na coleta e registro da *memória coletiva* de Heliópolis, considero que Arlete realizou o primeiro projeto de organização da *memória política* (ANSARA, 2008) do bairro.

² Os CEUS são equipamentos da Secretaria Municipal de Educação, foram criados em 2002 e distribuídos pelas periferias da cidade, de acordo com as áreas de maior vulnerabilidade social. O CEU tem como função promover a articulação comunitária de uma região, inclui espaços de educação, cultura e esporte, e trabalha transversalmente nessas três áreas. O CEU Heliópolis Profa. Arlete Persoli foi inaugurado em 2015 e é resultado da luta e articulação da comunidade de Heliópolis, representada pela União de Núcleos e Associações dos Moradores de Heliópolis e Região (UNAS).

³ O Projeto “Memórias de Heliópolis: raízes e contemporaneidade” foi executado pela União dos Núcleos e Associações dos Moradores de Heliópolis e Região (UNAS) por meio de uma emenda parlamentar, incluiu a filmagem de um documentário, a edição de um livro, a produção de um museu, além de oficinas focando o resgate da história do bairro e, principalmente, da UNAS por meio de depoimentos de moradores e lideranças comunitárias.

Já na coordenação do CEU, fui assumindo principalmente os projetos que envolviam a juventude, passei a fazer parte do núcleo de Educação e estabelecer um contato próximo com o Movimento da Juventude da União de Núcleos e Associações de Heliópolis e Região (UNAS). Desde os primeiros contatos com o projeto *Memórias de Heliópolis*, lembro de ter uma questão que acompanhava a diretoria da organização e a gestão do CCECH: a juventude não se interessa e nem conhece essa história, há muito pouca mobilização e consciência política. No entanto, no contato cotidiano com os jovens que buscavam e frequentavam o CEU, os quais faziam parte de muitos projetos nos quais atuei como coordenadora, observei que, a partir do estabelecimento de um vínculo de confiança e proximidade, eram frequentes os relatos sobre violações nas diversas esferas da vida: na convivência familiar, no dia a dia escolar, nos espaços públicos, nos relacionamentos afetivos, etc. E uma das violações que considerava mais relacionada ao próprio CEU e às organizações sociais era a ausência completa de espaços de escuta. Alguns diziam que nunca tinham falado sobre aquelas experiências porque não havia lugar para isso, outros ainda contavam que sempre que tentaram falar ou se posicionar, se sentiram silenciados ou ignorados. Quando observei esses dois cenários, o desejo de que os jovens participassem e tivessem uma consciência política e a falta de espaços de escuta e valorização de suas narrativas, produzi um primeiro projeto que tinha como nome *O CEU Escuta*. Já interessada em ampliar os dispositivos e espaços em que esses jovens pudessem ser escutados dentro do CEU, e buscando, paralelamente, refletir como era possível produzir ou ampliar a consciência e participação política dos jovens, comecei a buscar parceiros e ter entradas mais ativas nos grupos de jovens que frequentavam o CEU.

Compartilhei muitas dessas inquietações com meu atual orientador, Prof. Dr. Luis Guilherme Galeão da Silva e com a Prof. Dra. Vera Silva Facciolla Paiva. Nesse mesmo tempo, os integrantes do coletivo *Margens Clínicas*⁴ foram contemplados no edital das *Clínicas do Testemunho*⁵, e Vera havia contribuído para a escrita de uma parte do projeto que seria executada em Heliópolis, com inspiração no projeto de Pré-Iniciação Científica da Pró-Reitoria de Pesquisa da USP, no qual fui monitora durante a graduação, no subprojeto: *Formação da*

⁴ O coletivo Margens Clínicas foi criado por alguns ex-alunos do Instituto de Psicologia da USP em parceria com colegas de outras áreas das ciências humanas. Surgiu do desejo de oferecer atendimentos psicanalíticos a vítimas da violência de Estado.

⁵ Foi para aprofundar a Política Nacional de Promoção da Justiça de Transição e da Anistia Política que surgiu o Projeto Clínicas do Testemunho da Comissão de Anistia, que seleciona, por meio de Chamada Pública, projetos da sociedade civil para promoção de uma reparação simbólica, por meio de atenção psíquica a pessoas afetadas direta e indiretamente pela violência de Estado, ajudando a enfrentar os legados da ditadura. (Ministério da Justiça, Governo Federal. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/seus-direitos/anistia/clinicas-do-testemunho>)

consciência política e levantamento de histórias de repressão em comunidades do Vale do Ribeira. A pré-iniciação científica consistia em uma parceria do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP) e das Escolas Técnicas Estaduais (ETECs) de Registro e Iguape, e nela os jovens atuavam como pesquisadores e organizadores da memória coletiva das comunidades tradicionais do entorno de suas cidades. Esse novo projeto submetido ao edital tinha como nome *Clínicas do testemunho nas margens*, e o objetivo era constituir Heliópolis e Perus como dois novos polos das Clínicas do Testemunho. Essa parte do projeto que incluía os jovens pesquisadores foi formulada para acontecer em uma parceria entre o Margens Clínicas, o CEU Heliópolis Profa. Arlete Persoli, a União dos Núcleos e Associações dos Moradores de Heliópolis e Região (UNAS) e o Instituto de Psicologia da USP (IP-USP). Foi assim que nasceu o projeto batizado posteriormente pelos jovens de *Memórias e Resistências: a ditadura na quebrada*. Ele foi executado entre setembro de 2016 e julho de 2017. Foram 8 jovens que receberam uma remuneração mensal e participaram das atividades de pesquisa e produção partilhada do conhecimento que serão melhor descritas nos próximos capítulos. A *pesquisa-participante* (MONTERO, 2007) nesse projeto, no qual atuei também como coordenadora, é o principal material da pesquisa aqui apresentada. A questão formulada nesse processo foi se o processo de coleta, acesso e construção da *memória política* protagonizado pelos jovens da periferia poderia ser um mecanismo de elaboração psicossocial que colabora para o re-estabelecimento do *reconhecimento recíproco* (HONNETH, 2009).

Inicia-se a dissertação com a metodologia de pesquisa, diferenciando o momento da pesquisa-ação-participante realizada no território ainda na função de coordenadora do projeto e o processo posterior de revisão bibliográfica e articulação teórica por intermédio do campo da Psicologia Crítica. Segue-se para uma contextualização do território e das memórias de Heliópolis e do CEU Heliópolis Profa. Arlete Persoli, enfatizando um projeto pré-existente de resgate das memórias organizado pela UNAS. Por se tratar de uma pesquisa em que a concepção de memória, tempo e narrativa são centrais, realiza-se uma revisão bibliográfica sobre os temas a partir do campo da Filosofia Social e do encontro entre Psicanálise, Teoria Crítica e Psicologia Política. Em seguida, apresenta-se com mais detalhes o *projeto Memórias e Resistências: a ditadura na quebrada*, evidenciando que relatos e resultados da pesquisa-participante irão permear a análise feita nos próximos capítulos. A partir desses relatos e memórias, combinados a dados sobre violência de Estado no Brasil e achados da pesquisa de pós-doutorado de Soraia Ansara no mesmo território, busca-se realizar um diagnóstico social, pontuando as artimanhas de poder e dominação do Estado que bloqueiam o processo

emancipatório. Ressaltam-se os tipos de violência praticados por duas de suas principais instituições, a polícia e a escola, e a excludente estrutura de tomadas de decisão do Estado Moderno, mecanismos esses que produzem interrupção do reconhecimento recíproco e colonização e ideologização da memória. Analisa-se então se a construção da memória política pode ser vista como um mecanismo de elaboração psicossocial, que por re-estabelecer relações de reconhecimento recíproco rompidas tem potencial de costurar o tecido social. A partir das memórias dos jovens do projeto, ressalta-se como experiências de violência e desrespeito vivenciadas por jovens periféricos produzem feridas no tecido social que reverberam continuamente no presente e tem relação direta com o contexto autoritário e violento crescente no Brasil. Todo esse percurso tem como finalidade contribuir para a identificação e estímulo a práticas eficientes para a construção de resistência e participação política neste momento de ascensão de discursos autoritários e legitimação de ações violentas por parte de todas as instituições estatais, buscando combater assim a criminalização da pobreza e o genocídio da população jovem, negra e periférica.

2. METODOLOGIA DE PESQUISA

2.1. Objetivo

A presente pesquisa teve como objetivo analisar o processo de construção da *memória política* (ANSARA, 2010) enquanto mecanismo de elaboração psicossocial e seu potencial para o re-estabelecimento de relações de *reconhecimento recíproco* (HONNETH, 2009). A *pesquisa-participante* (MONTERO, 2007) no projeto *Memórias e Resistências: a ditadura da quebrada*, realizado no bairro de Heliópolis - periferia urbana de São Paulo - envolveu um processo de formação de oito jovens do território no campo dos direitos humanos, tendo como matriz central o resgate, compartilhamento e construção da *memória política* dos moradores, movimentos sociais e anistiados políticos da ditadura civil-militar brasileira. A partir da análise dos relatos e resultados da pesquisa-participante realizou-se um diagnóstico social evidenciando as artimanhas de poder e dominação no Estado que bloqueiam a emancipação humana para, em seguida, apontar as práticas eficientes existentes e realizadas no projeto que podem colaborar para a práxis emancipatória. A identificação de tais práticas teve como fim apontar para caminhos possíveis de resistência ao discurso autoritário e à violência de Estado em ascensão no Brasil.

2.2. Método

A primeira fase seguiu uma perspectiva de *pesquisa-ação-participante*. Trata-se de uma metodologia coletiva e participativa, que busca o fortalecimento comunitário, focando no compartilhamento de princípios para construção de conhecimentos. A razão da escolha dessa modalidade de pesquisa foi minha implicação na construção dos pressupostos e da metodologia do projeto *Memórias e Resistências*, além de meu envolvimento com o território e com os participantes do projeto durante a sua realização. Esse tipo de pesquisa está comprometido com uma maior articulação entre teoria e prática para produção de conhecimento e solução de problemas.

A pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo (THIOLLENT, 2005, p. 16).

Essa *pesquisa-ação-participante* realizada no projeto *Memórias e Resistências: a ditadura na quebrada* ocorreu no período de julho de 2016 a julho de 2017. Esse processo envolveu participação e registros durante a elaboração, execução e avaliação do projeto. Durante os encontros, além de atuar como coordenadora embasando-me, principalmente, nos princípios da *Educação Popular* (FREIRE, 1987), busquei analisar se o processo de coleta, acesso e organização da *memória política* protagonizado pelos jovens promovia elaboração psicossocial, propiciando um re-estabelecimento de relações de *reconhecimento recíproco* (HONNETH, 2009), criando um espaço possível para a narração de experiências de violências relacionadas ou praticadas pelo Estado e desenvolvendo consciência política. Assim, meus registros focaram-se nas concepções e relatos dos jovens sobre violências, direitos humanos, conflitos, política. Além de observações sobre a relação do grupo, a emergência de conflitos, os diálogos, etc.

A segunda fase consistiu na revisão bibliográfica e articulação dos relatos e registros do projeto, a partir da pergunta de pesquisa. Foi e ainda é um desafio delimitar qual referencial teórico mais serve a análise de uma experiência tão profunda de imersão e participação que ocorreu nesses anos em que estive em Heliópolis e, mais especificamente, no projeto *Memórias e Resistências: a ditadura na quebrada*. Procuro por meio dessa pesquisa apresentar um campo comum da Psicologia Crítica, que não é em si uma área delimitada da Psicologia, mas sim um encontro entre diversos campos que empreendem um processo de produção científica com a problematização da própria ciência, da academia e principalmente, das forças e poderes existentes no indivíduo, na sociedade e no Estado que produzem tanto injustiça quanto resistência. São aqueles campos da Psicologia que admitem a interdisciplinaridade, por assumirem suas próprias limitações e por estarem convencidas que a especialização também é produto ideológico. Entre elas destacaria então a Psicologia Social Crítica, a Psicologia Comunitária, a Psicologia Sócio Histórica, a Psicologia Política e algumas correntes da Psicanálise. Ressalto que isso não significa que todas elas partam de pressupostos comuns e nem que dialoguem entre si todo o tempo, apenas quero dizer que as leituras de todos esses campos e o compromisso comum, me fazem referenciá-las como projetos de produção de conhecimento descolonizadores. Esta pesquisa tem a especificidade de investir a todo tempo em uma construção dialética e crítica de conhecimento. Por mais essencial que seja tomar como ponto de partida grandes autores que se debruçaram sobre a realidade para a análise e construção de conceitos adequados, isso não define a impossibilidade de novas criações a partir de projetos de produção de conhecimento não hegemônicos. Há uma enorme importância desses projetos serem construídos desde o ponto de vista dos territórios e povos colonizados e oprimidos.

Mesmo aqueles autores com um olhar crítico, não escreviam a partir da mesma posição de um sujeito histórico que convive e observa as narrativas e estruturas desde as periferias do capitalismo. A ressignificação da própria ideia de Psicologia pode ser construída de maneira muito diversa a partir do sofrimento e da experiência de quem estava à margem, a partir das narrativas dos que vivem nas nações colonizadas e que em seu potencial de transgressão e de resistência escancaram contradições na psicologia hegemônica. Trago aqui uma pesquisa pautada na multiplicidade, na diversidade e na construção coletiva superando unicidades e identidades fixas e/ou intransponíveis. O horizonte é uma maior universalidade humana, não no sentido de padrões gerais dados pela globalização, mas no sentido de menores fronteiras que separam as pessoas e que definem a impossibilidade de vidas comunitárias mais justas. E se falamos em transformação social, precisamos entender também onde nos inserimos na história. Há particularidades na construção de uma Psicologia Crítica em território latino-americano. As memórias que queremos acessar são um intenso imbricamento entre indivíduo e sociedade a partir de sua mútua definição.

Em outras palavras, a Psicologia Social estuda a relação essencial entre o indivíduo e a sociedade, esta entendida historicamente, desde como seus membros se organizam para garantir sua sobrevivência até seus costumes, valores e instituições necessários para a continuidade da sociedade. [...] Como ele é determinado, mas também como ele se torna agente da história, ou seja, como ele pode transformar a sociedade que vive (LANE, 2006, p. 10).

A desnaturalização dos comportamentos humanos e o levantamento das influências histórico-sociais são característicos da Psicologia Social. O presente estudo é feito a partir de sua contextualização em diversos aspectos: no tempo histórico, no tipo de sistema de produção vigente, na posição que a pesquisadora tem dentro desse sistema, na posição que os participantes da pesquisa têm nesse mesmo sistema, e, em última instância, no tipo de produção de conhecimento que é vigente dentro da Universidade. Considerando que o depósito imperativo de conhecimento sobre o outro é uma forma de dominação e uma imposição de uma estrutura de poder, é necessário cautela para que o pesquisador não reproduza aquilo que busca combater. A busca da produção coletiva de conhecimento exige que se entenda a posição de todos os envolvidos. E no caso da construção de uma ciência *interdisciplinar* deve envolver a fuga de um caminho ingênuo e da reprodução de uma racionalidade técnica. É um compromisso de produção de conhecimento que sirva a todos os envolvidos e a eles retorne. Algo que coincide com o pesquisa-ação-participativa. Já que:

[...] o aspecto ético-político é um dos compromissos que estão implicados na metodologia da pesquisa-ação-participativa sendo fundamental para se promover a cidadania, ou [...] ‘reinventar a cidadania’, pois a comunidade não é mero objeto da investigação científica, mas é reconhecida e respeitada por sua singularidade e por seu caráter de autora de uma história própria, construída antes da investigação/intervenção e posterior a ela. Assim, o caráter participativo [...] implicará no retorno sistemático do conhecimento produzido a todos os grupos, instituições e pessoas envolvidas, por meio da problematização das situações de violação dos direitos humanos reveladas em suas memórias (ANSARA, 2014, p. 16).

Tendo isso em vista, além de termos produtos do projeto que foram concretizados e conduzidos pelos próprios jovens durante sua realização, sempre abordei abertamente a produção dessa pesquisa e, na última roda de conversa que pude fazer para avaliação do projeto, já fiz o convite para que estejam presentes na defesa da dissertação. O processo cotidiano do projeto *Memórias e Resistências* trazia produtos e reverberações a todos os envolvidos. O projeto em si nasce, tal qual explicitiei na introdução, de uma indagação das próprias lideranças comunitárias no que diz respeito ao desconhecimento dos jovens em relação à história de luta e organização da comunidade. A partir de alguns diálogos e relatos, torna-se claro que existem resultados da pesquisa-ação que se dão no próprio decorrer da experiência. Mas, em complementação a isso, pretendo entregar um exemplar da dissertação para que fique disponível na Biblioteca do CEU Heliópolis e na UNAS, além de oferecer a possibilidade de apresentá-la no espaço e no território, adequando o formato, caso necessário.

A comunidade de Heliópolis não foi mero objeto de investigação e, para ser coerente com tal perspectiva, foi necessária uma metodologia conexa. A discussão teórica sobre as visões a respeito da interdisciplinaridade abre caminho para pensar que o que está em jogo, em grande parte das vezes, é a posição do sujeito-pesquisador e seu respeito ao mundo cotidiano. O que isso quer dizer? Que a construção do conhecimento e da ciência deve estar articulada e referida às estruturas do mundo cotidiano, pois é nesse mundo e nessa cultura que também estão imersos o pesquisador, a academia e a universidade. Considero que a reflexão sobre a ciência e a racionalidade desenvolvida a partir da Teoria Crítica da Sociedade apoiam justamente a construção de uma interdisciplinaridade como labor cooperativo, no qual as ciências abstratas e filosofia entram em entendimento com as empíricas. Nessa linha, são sempre enfatizadas a importância de não se idealizar caminhos e métodos como garantia de neutralidade ou de saída do campo ideológico. É necessário ter claro que, quando pensamos em uma abordagem interdisciplinar, isso não nos exime da realização de um debate crítico sobre o esfacelamento do conhecimento, os encastelamentos do saber e poder e a alienação do processo de conhecimento em relação ao mundo da vida. É uma discussão sobre o conteúdo social e ético

da produção (MINAYO, 1994). A tomada de consciência das contradições sociais, ou das patologias sociais como abordadas pela teoria crítica, parece ser possível por intermédio de um materialismo interdisciplinar. Para chegarmos a ver os diferentes aspetos da sociedade, buscando uma totalidade, rompe-se a particularidade das ciências tradicionais. Assim, podemos entender a interdisciplinaridade como caminho de superação da racionalidade técnica no campo da ação comunicativa, pois nela estão considerados os aspectos ético-normativos e estéticos-subjetivos da racionalidade (MINAYO, op.Cit, p. 57).

Nesse estudo se articulam aspectos microssociais e macrossociais, sendo também uma análise sobre o impacto da construção da *memória política* e seu potencial para a elaboração psicossocial. Colocam-se no horizonte os compromissos apontados por Martin-Baró na busca de construção de uma Psicologia para a Libertação. Assim, entende-se que para seguir o percurso de descolonização da Psicologia é necessário partir da constatação de que nossas sociedades vivem em uma realidade trágica; de que o conflito político, econômico e cultural define as sociedades latino-americanas; que há um estado de alienação, tanto dos indivíduos quanto das instituições e, por fim, de que há necessidade de construção de uma memória histórica para que se revelem as condições que oprimem, bloqueiam e paralisam o povo (MARTIN-BARÓ, 1998). Assim, a pesquisa se inspira nas lutas de lideranças de Heliópolis e anistiados políticos brasileiros, revelando o conflito, a violência, a tragédia e a resistência que conectam passado e presente, tendo como propósito a criação da esperança e a quebra das repetições, só possível por meio da elaboração psicossocial.

A fase inicial da pesquisa já tinha como base as articulações teóricas advindas da Teoria Crítica da Sociedade, principalmente o conceito de *reconhecimento recíproco*, e da Psicologia Social de *memória coletiva*. A segunda fase iniciou com a análise dos registros e materiais à luz da questão de pesquisa e da bibliografia. Ao meio dessa análise, entendi ser essencial também me aprofundar em leituras relacionadas ao Estado, sua constituição e organização. Refletir sobre a contradição interna a ele foi essencial para compreender como era possível executar um projeto a partir de uma política pública produzida pelo Estado e, no interior desse projeto, combater a violência praticada por ele. Para esse fim, me aproximei de leituras relacionadas à Ciência Política e à Psicologia Política. Foi a partir das leituras de Psicologia Política que entrei em contato com o conceito de *memória política*, desenvolvido por Soraia Ansara, o qual me pareceu preciso, pois considera a dimensão da memória coletiva, mas, para além disso, traduz o processo de desideologização da memória, central para elaboração psicossocial das violências de Estado. Além disso, conheci sua pesquisa de pós-doutorado que ocorreu no mesmo território, mas envolveu grupos de mães de jovens em medidas

socioeducativas e trabalhadores do serviço de atendimento dos adolescentes. Diante da perspectiva da Teoria Crítica que estabelece o diagnóstico social como modo de compreensão das condições existentes na sociedade que impedem a emancipação humana, e tendo em vista que esse é um trabalho de resgate e construção de memória política, busquei trazer o registro e análise dos relatos a partir de alguns eixos: a persistência das marcas ditatoriais e o racismo, as rupturas no tecido social e a colonização do ensino. Esses eixos colaboram para a construção do diagnóstico social e organizam os dados como evidências de que artimanhas do poder no Estado provocam feridas no tecido social. Em seguida, parte-se para reflexão a partir do método reconstrutivo, que busca a identificação de práticas efetivas dentro dos arranjos políticos, sociais e econômicos atuais, que ajudam a promover elaboração psicossocial. Nesse ponto que analisamos o impacto da construção da memória política como mecanismo de elaboração psicossocial a partir dos eixos: formação de consciência política e costuras no tecido social. Todos eixos citados foram construídos no processo posterior de análise do conteúdo coletado na pesquisa-participante e estão assim levantados porque permitem construir respostas à pergunta de pesquisa.

Essa pesquisa ocorreu em um cenário de embrutecimento e legitimação das ações violentas do Estado no Brasil, e, por tal razão, carrega em si o compromisso de sugerir caminhos tanto em termos de pesquisas acadêmicas, quanto em termos de ações práticas para construção de resistência. Não há pretensão de estabelecer conclusões rígidas ou criar algum tipo de manual, mas sim evidenciar os mecanismos de poder e dominação do Estado já existentes e que produzem morte, dor e sofrimento principalmente nas periferias da cidade, e, por outro lado evidenciar práticas e projetos eficientes que caminham na direção da práxis emancipatória. Diante dessas evidências, sugerem-se caminhos alternativos aos que hoje estão sendo definidos em algumas esferas de governo, de forma a potencializar essas práticas de resistência e a reduzir e combater os efeitos danosos e patologizantes do Estado. Há uma política de extermínio de jovens, negros e periféricos já vigente e que pode se expandir nos próximos anos, não pretendo me eximir de discuti-la e combatê-la durante o desenvolvimento dessa dissertação.

2.3. O Projeto *Memórias e Resistências: a ditadura na quebrada*

Conforme apontado na introdução, houve um primeiro momento em que, diante da preocupação das lideranças com o fato da maioria dos jovens não conhecerem a história acima descrita e, dos jovens se sentirem distanciados e pouco escutados nos equipamentos públicos, escrevi um projeto para o CEU que tinha como centro a escuta e o resgate de memórias. Tratou-

se de um primeiro modelo sobre as ideias que surgiriam posteriormente e dariam concretude ao projeto *Memórias e Resistências: a ditadura na quebrada*. A ideia do deslocamento da memória da ditadura para as áreas periféricas nasce também pelo contato com as lideranças comunitárias de Heliópolis, que ao narrar suas memórias tratavam de um conjunto amplo de violações do Estado que aconteceram no período entre 1964-1988, mas não se identificavam enquanto afetados que pudessem gozar dos benefícios de reparação fornecidos pela Comissão de Anistia. Assim, o projeto apresentado para o edital da Comissão de Anistia assim dizia:

Implementar um Núcleo das Clínicas do Testemunho da Comissão de Anistia em São Paulo, com capacidade para i) **oferecer atenção psicológica aos familiares de desaparecidos políticos entre 1964 a 1988**⁶, prioritariamente, e a quaisquer outras **vítimas diretas ou indiretas do período ditatorial**, através de dispositivos clínicos e de sessões públicas de testemunho, bem como das oficinas comunitárias “Retalhos da Memória”, que visa incluir na experiência de testemunho e **reparação psíquica** comunidades que viveram a experiência de violência estatal sem que, contudo, se reconheçam ainda como beneficiários da reparação e que ainda continuam a experimentar essa forma de violência como legado da ditadura. [...] Assim, o objetivo do presente projeto é contribuir para a atenção psicossocial aos familiares de desaparecidos, afetados por crime de lesa humanidade. [...] O segundo campo no qual este projeto procurará atuar será **o registro de testemunhos e o reconhecimento dos impactos da ditadura em setores da população que não estiveram no escopo do incansável trabalho investigativo de familiares de presos, mortos e desaparecidos políticos, nem das Comissões de Estado responsáveis pelo acerto de contas com o legado ditatorial**. Aproveitando uma experiência nascida do trabalho com filhos e netos de desaparecidos em São Paulo, já experimentada com a população do Vale do Ribeira por pesquisadores da Universidade de São Paulo, **se fará uma busca ativa, por meio de agentes jovens capacitados e que vivem na comunidade de Heliópolis/SP, de testemunhos de famílias que vivem naquela comunidade e que foram afetadas pela ação da violência de Estado ao longo da ditadura**. A comunidade de Heliópolis, que se consolidou precisamente no início dos anos 1970, auge da ação violenta da ditadura, manifestou interesse em sediar esse projeto piloto, abrindo um espaço para oficinas e funcionamento das clínicas, e para um museu onde os testemunhos consolidados em entrevistas ou em materiais produzidos nas oficinas Retalhos da Memória possam ser expostos e inseridos em um acervo.⁷ (grifos nossos)

Portanto, a outra peculiaridade do projeto foi ampliar a dimensão das clínicas do testemunho iniciais, que focavam na reparação psíquica através de um setting muito pautado pela psicanálise. A ideia de elaboração psicossocial dizia respeito à formação de grupos e

⁶ Apesar de ser considerado que a Ditadura Civil-Militar teve fim em 1985, considera-se o período iniciado pelo golpe de 1964 até publicação da Nova Constituição Democrática em 1988.

⁷ Trecho extraído do Objetivo e Justificativa do projeto apresentado pelo Instituto de Estudos da Religião (ISER), do Rio de Janeiro, para o Ministério da Justiça em 2015. Foi um acordo estabelecido pelo coletivo Margens Clínicas para que eles apresentassem e incluíssem no projeto as ações em Heliópolis.

oficinas, ações pautadas também em dispositivos comunitários. E, quando pudemos sentar e formular conjuntamente como executaríamos a parte do projeto junto aos jovens, decidimos avançar e não os tratar apenas como agentes de pesquisa, resgate e identificação de vítimas. Elaboramos então um conjunto de ações pautado na Educação Popular e na Educação em Direitos Humanos, os quais abriam espaço para participação e escuta ativa dos jovens, e consequente observação de como esse resgate da memória relacionada ao período da ditadura civil-militar incidia em termos da elaboração psicossocial. Eles eram remunerados com uma bolsa, e nos encontravam semanalmente por cerca de 4 horas. Participei da maioria dos encontros, além de acompanhá-los na rotina diária no CEU. Passaram pelo projeto 10 jovens de 14 a 19 anos, dos quais 8 permaneceram e receberam uma bolsa durante o período de setembro de 2016 a março de 2017. Porém, as atividades tiveram início em agosto de 2016 e seguiram até julho de 2017. Elas foram organizadas por meio de um planejamento semanal feito inicialmente pelos coordenadores e depois construído conjuntamente com os jovens. Em cada semana contamos com uma reunião de 3 a 4 horas entre os coordenadores e os jovens e foram estipuladas outras 6 horas para desenvolvimento de atividades extras, entrevistas, leituras, estudos, etc. Todas as atividades ocorreram no CEU Heliópolis e foram coordenadas pelos psicólogos da Clínica do Testemunho nas Margens Pedro Lagatta e Gabriela Serfaty, pelo professor Luis Guilherme Galeão da Silva (PST-IPUSP) e por mim, que atuava como coordenadora de projetos no Núcleo de Educação do CEU.

Pelo desejo de produção coletiva de conhecimento, buscou-se, para o desenvolvimento do projeto *Memórias e Resistências*, uma metodologia coerente com a perspectiva crítica que questiona o papel do pesquisador enquanto aquele que reforça ou legitima as condições existentes, ou que ainda, desconsidera a posição que ocupa diante daqueles com quem pesquisa. O grupo de jovens atuou como pesquisadores e, muitas das percepções que partilharei durante a dissertação, foram construídas conjuntamente. Além disso, esse trabalho foi sempre permeado pelo resgate desses traços que buscam ser liquidados pela sociedade burguesa, por meio de um processo de desideologização da memória. A análise dos registros do projeto a partir de uma perspectiva crítica exige que se busquem identificar, nas falas, experiências, comportamentos e relações dos jovens entre eles e com os coordenadores, quais são os elementos da sociedade que barram e que potencializam experiências de reconhecimento e de realização. Ou ainda, quais elementos que ainda seguem presentes e que podem manter e/ou combater o retorno à barbárie.

Reproduzo aqui os temas e atividades centrais dos encontros e reuniões feitos com os jovens e dados pela coordenação posteriormente no relatório apresentado à Comissão de Anistia: história do CEU Heliópolis, debates sobre ditadura e periferia, racismo e violência de Estado, oficina sobre racismo, oficina *Memórias e Resistências: os golpes e a luta por democracia*, oficina sobre gênero, sexo seguro e direitos reprodutivos, cine-debate a partir do filme *Trago Comigo*, oficina sobre entrevistas, produção de roteiros de entrevista, visita e entrevista com Rita e Camila Sipahi, debate sobre tortura e resistência, debate sobre esquerda e direita, cine-debate com o filme *O dia que durou 21 anos*, conversa pública, 6 entrevistas com lideranças comunitárias da UNAS e moradores antigos da comunidade, debate sobre violência de Estado no presente, debate sobre opressão e desigualdade, debate sobre juventude em Heliópolis, participação no Fala Jovem- Fórum da Juventude de Heliópolis e Região, oficina retalhos da memória e atividades de cartografia das memórias.

A concepção de direitos fundamentais, inalienáveis, que todos detêm sem exceção, surge justamente das lutas contra o arbítrio de Estado, que nada mais é que a instrumentalização da opressão e dominação das classes populares por classes dominantes. Essa dominação apresenta diferentes formas, em diferentes lugares e em diferentes tempos históricos. O projeto buscou o deslocamento, tanto físico, quanto simbólico, da discussão sobre memória e reparação do centro para a periferia: pensar tais questões em locais fora do centro (físico e simbólico) da cidade, nos territórios que ainda experimentam com frequência diversas formas de violência de Estado.

O projeto *Memórias e Resistências: a ditadura na quebrada* buscou trabalhar com aqueles que são as maiores vítimas das violências do Estado: os jovens das periferias. Jovens que ocuparam tanto o lugar de narradores como de testemunhas das diversas histórias de luta e resistência à violência de Estado no presente e no passado, nos centros da cidade e principalmente na sua própria comunidade. Eles trabalharam como pesquisadores ativos, que buscavam e registravam essas histórias, mas que nesse processo também entravam em contato com suas próprias narrativas, tecendo um fio de conexão que buscava tirá-los dos lugares antigos e movimenta-los até novas posições.

É muito importante citar que o projeto ganhou esse nome por escolha dos jovens logo no início dos nossos encontros. Quando apresentamos o projeto como *Memórias e Resistências*, eles logo disseram que esse nome poderia soar muito sério para os jovens, causando um afastamento. Disseram que eles mesmos não tinham conseguido entender bem do que se tratava

até estarem lá. Foi assim, que eles propuseram que nós usássemos “a quebrada” que é a maneira como os moradores se referem a periferias urbanas. A ponte entre as ações violentas do Estado no período ditatorial e as ações da polícia militar logo emergiram, e essa conclusão ressoou rápido entre eles: nós seguimos tendo uma ditadura na quebrada. Assim, o projeto foi rebatizado pelos jovens, representando muito bem o principal eixo de discussão: como a violência permanece em contextos democráticos, afetando principalmente as áreas e a população periférica, e como há uma conexão entre impunidade no passado e no presente, que sustentam esse cenário.

Dois momentos do projeto que merecem destaque são o cine-debate e a conversa pública. Foram momentos marcantes, pois neles o projeto atingiu uma parte de seus objetivos e algumas hipóteses se viram confirmadas. A conversa pública foi o principal deles. O objetivo central de ambos encontros era que os jovens apresentassem os materiais que já haviam coletado e compartilhassem suas experiências no projeto com a comunidade. Eles conduziram as atividades, que envolveram cerca de 70 pessoas, entre elas lideranças comunitárias de Heliópolis, jovens da comunidade, pesquisadores, moradores e anistiados. Ali diferentes tempos e lugares das memórias se encontraram. Durante os próximos capítulos incluirei alguns recortes de relatos e falas que ocorreram durante os encontros do grupo, da conversa pública, e do cine-debate.

Figura 3: Conversa-Pública

Fonte: fotos tiradas pelo coordenador Pedro Lagatta

Figura 4: Convite Conversa-Pública

Fonte: flyer produzido por Beatriz Besen e Gabriela Serfaty

Todo o projeto ocorreu enquanto ainda trabalhava como coordenadora de projetos no CEU Heliópolis. Nesse sentido, a pesquisa aqui se enquadra como: pesquisa que objetiva o aprofundamento teórico de situações que emergem espontânea e contingencialmente na prática profissional, desde que não revelem dados que possam identificar o sujeito. Portanto, não identificarei os jovens e usarei nomes fictícios, considerando que, de fato, o anonimato preserva as histórias e a segurança dos envolvidos e não prejudica as análises aqui propostas. Realizou-se uma avaliação do projeto em junho de 2018. Essa reunião foi registrada e gravada com a autorização dos jovens. Essa roda de avaliação aconteceu com quatro dos oito jovens, dentro de uma sala na Biblioteca do CEU. Todos foram convidados, mas alguns tinham compromissos com a escola, a universidade e outros estavam fora de São Paulo. Apesar de minhas perguntas iniciais terem relação com o resgate de momentos relevantes e das marcas do projeto, fiz poucas intervenções e deixei que eles falassem livremente. A conversa foi gravada e registrada com autorização dos jovens. Nas citações diretas, procurou-se manter a linguagem utilizada, mas, em alguns casos, houve a supressão de expressões como *tipo*, para melhor compreensão das ideias apresentadas. A criação das categorias e eixos de análise apresentadas nos próximos capítulos aconteceu após a obtenção do material, seguindo a perspectiva de Alvarez-Gayou (2003) em relação às pesquisas qualitativas:

[...] as categorias e suas propriedades devem apresentar dois elementos essenciais: tem que ser analíticas, ou seja, designar entidades e não só características e devem ser sensibilizadoras, ou seja, proporcionar ao leitor a possibilidade de ver e escutar vividamente as pessoas estudadas (Alvarez-Gayou, 2004, p. 93, tradução nossa).⁸

No próximo capítulo realiza-se uma contextualização de Heliópolis em termos de território e memória, a qual colabora para a compreensão da relação de respeito às conquistas e à luta já preexistentes ali e que possibilitaram a existência de tal pesquisa e o desenvolvimento de tal metodologia.

⁸ [...] las categorías y sus propiedades deben presentar dos elementos esenciales: tienen que ser analíticas, es decir designar entidades y no solo características, y deben ser sensibilizadoras, es decir, proporcionar al lector la posibilidad de ver y escuchar vividamente a las personas estudiadas (Alvarez-Gayou, 2004, p. 93).

3. HELIÓPOLIS: TERRITÓRIO E MEMÓRIA

A história latino-americana é repleta de grupos e indivíduos que se recusaram a cruzar os braços e lutaram pela transformação social não acreditando ser a desigualdade um desígnio de Deus ou dos astros. Ou seja, ao mesmo tempo em que a história da colonização latino-americana é marcada pela exploração, opressão e violência, também o é pela intensa resistência e organização. O discurso oficial sobre o passado, ou a memória de nações, são campo de disputa, dado seu potencial ideológico. A história é, em grande medida, a história dos vencedores, ou a narrativa a partir das grandes nações. Por isso, a história de muitos desses indivíduos e grupos de resistência não figura nos livros de História, e não se torna currículo dentro da escola. Há uma clara necessidade de falar de nossas feridas abertas, acusações ainda vivas do passado atualizadas e reinventadas nas formas de opressão e violência praticados pelo Estado Moderno. Inúmeras vezes o Estado busca borrar do território as marcas da desigualdade, as memórias e os corpos que não se encaixam no padrão estabelecido. O território de Heliópolis pode ser visto como uma dessas feridas abertas, pois naquilo que oculta, em seus pequenos detalhes, escancara a resiliência daqueles que ali habitam ou habitaram. Ali confluem histórias de pessoas e de sistemas de poder que são contadas por meio das transformações, das presenças e ausências das pessoas no espaço, dos movimentos dos que ali vivem ou passam: pessoas que circulam, ocupam e disputam os espaços. E, em tempos de crise como os atuais, em que se observam grandes retrocessos em termos de direitos sociais e ascensão de regimes autoritários e conservadores, parece que essas feridas que já estavam evidentes são repetidamente cutucadas e passam a sangrar ainda mais.

Parece haver uma correspondência secreta entre os lugares vazios, os buracos da memória, esses brancos impostos do não dito do passado, e os lugares sem lei do presente, espaços de exclusão e de exceção, mas situados dentro do recinto social legítimo, como se somente a inclusão da exceção pudesse garantir a segurança da totalidade social. O preço do silêncio imposto a respeito do passado não é “só” a dor dos sobreviventes: também se paga por nossa resignação e impotência. Urge passar da resignação não só à indignação, mas a uma resistência efetiva, sem ressentimento, mas com a tenacidade e a vivacidade da vida (GAGNEBIN, 2010, p. 186).

A urbanização de São Paulo está totalmente relacionada ao processo de colonização e também deixou feridas abertas. A rua São Paulo é um exemplo utilizado por Nicolau Sevcenko (2004) para estabelecer uma marca, uma ferida aberta, cuja memória é negligenciada frente a outras ruas que carregam um status diferenciado pelo que revelam. Tentar compreender uma cidade, uma comunidade, buscando aquilo que está oculto; o que não se revela ao primeiro

olhar; é penetrar uma camada mais profunda e muitas vezes dolorida da história. É resistência, na medida em que não concebe o espaço como mercadoria, como produto imobiliário voltada ao consumo produtivo (CARLOS, 2009).

Quando se elege alguma via em particular como a mais representativa de uma cidade, o que se leva em consideração, em geral, é seu potencial de polarização de recursos, centralidade orgânica, articulação de fluxos, referência espacial, simbolização e visibilidade. Ou seja, **o que define o seu papel e identidade é a sua condição ao mesmo tempo de núcleo da cidade-centrífuga, vitrine da cidade-mercadoria, de passarela da cidade-desfile, de palco da cidade-espetáculo e de pódio da cidade-poder**. Evidentemente a Rua São Paulo não se enquadra em nenhuma dessas categorias, muito pelo contrário. Mas, então, talvez coubesse perguntar **se essa é a única maneira pela qual se pode definir a fisionomia e a substância de uma cidade. Ou será que também se pode tentar compreendê-la por aquilo que ela oculta, pelo que relega, pelo que escamoteia?** (SEVCENKO, 2004, p. 2 grifos nossos)

No momento em que uma cidade como São Paulo torna-se espetáculo, vitrine, mercadoria, a história e a memória que vamos resgatando é resto irracional, que perde valor diante das grandes avenidas, complexos financeiros, etc. A especulação age sobre as pessoas, os espaços e os tempos, tratando de criar e manipular o que é interessante em determinado espaço. Heliópolis é uma área da cidade de São Paulo considerada ainda como periferia urbana e que só é conhecida por uma grande parte da população pelo baile funk, pelas notícias de jornais policiais sensacionalistas ou por um turismo de favela, totalmente permeado por uma lógica do consumo e do espetáculo. Apesar de hoje em dia existir um grande número de pessoas que visita o território com interesse nos projetos ali desenvolvidos, isso ainda é proporção pequena frente às milhares de pessoas que vão até lá nos finais de semana em busca do baile funk e as outras milhares que nunca estiveram lá e que guardam com o território uma relação de medo e preconceito. Não foram poucas as vezes que escutei dos moradores que, em entrevistas de trabalho, não podiam revelar que moravam em Heliópolis, pois isso atrapalhava e justificava a não contratação. Também não foram poucas as vezes em que tentei pegar um táxi até Heliópolis e o motorista se recusou a entrar, justificando que seria perigoso demais.

Assim, nessa pesquisa busca-se revelar diversas facetas de Heliópolis, não desejando por meio das denúncias relacionadas à violência de Estado estigmatizar o território ou ocultar o que há de mais potente e bonito ali. Não é possível deixar de lado o fato de que nesse território há uma intensa produção de cultura, um projeto exemplar de educação democrática, uma organização que é referência para todo Brasil em desenvolvimento comunitário, além de um

CEU cuja gestão é referência em articulação comunitária em toda a cidade de São Paulo. Assim, apresento abaixo um histórico da Cidade Nova Heliópolis, destacando fatos que transformaram o território e que compõem a memória com a qual os jovens do projeto também entraram em contato.

3.1. Heliópolis e o CEU Heliópolis Profa. Arlete Persoli

A partir de minhas visitas e trocas durante a graduação, notei que em Heliópolis ocorria uma experiência de organização comunitária muito peculiar. Desde os anos 70, essa comunidade iniciou uma luta pela garantia de moradia, luta essa que foi se ampliando com os anos para uma luta pela transformação de Heliópolis e Região em um Bairro Educador. Com essa sistemática organização, centralizada na figura da União dos Núcleos e Associações dos Moradores de Heliópolis e Região (UNAS) e de sua parceria com a Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF) Presidente Campos Salles, muitas foram as conquistas na forma de garantia de direitos e, conseqüentemente, na alteração da qualidade de vida dos moradores de Heliópolis. Isso resultou em uma diminuição significativa das taxas de violência na região, mas não retira a dimensão do conflito entre a comunidade e o Estado, e a presença sistemática de ações institucionais violentas.

Como citado na primeira parte, houve um projeto de organização das memórias de Heliópolis, por intermédio, principalmente, das narrativas das lideranças da UNAS, que em sua maioria seguem atuantes, mas também de moradores antigos indicados pela organização. Tive a oportunidade de escutar muitas vezes as narrativas dessas lideranças, individual e coletivamente. Era sempre uma experiência intensa e emocionante recontar essa história para novos públicos. Como coordenadora do CEU também tive como função apresentar esse contexto para quem visitava, além de organizá-lo a cada ano em formato textual para o Projeto Político Pedagógico do CEU, já que hoje a UNAS e o CEU são referência em articulação comunitária e educação democrática em todo o Brasil. A contextualização do território aqui apresentada está de acordo com o que foi coletado e organizado no projeto que, como citei anteriormente e me aprofundarei posteriormente, trata-se de uma primeira experiência de construção de memória política da região. Considero importante para o leitor da pesquisa entender e conhecer essa memória para compreender o projeto e a pesquisa.

Heliópolis é um território cuja história é marcada pela presença de vulnerabilidades sociais e violação de direitos, ao mesmo tempo em que é palco de diversas conquistas e de experiências de solidariedade. A história da comunidade mostra que essas conquistas não

seriam possíveis não fosse a parceria estreita entre muitas pessoas que dedicaram suas vidas à transformação do bairro e que são lideranças comunitárias que até hoje estão à frente da diretoria da UNAS. A população local vivenciou um processo intenso de urbanização e participou do desenvolvimento de uma trajetória exemplar de organização social, na qual a mobilização promovida pelas organizações comunitárias locais rendeu frutos e a reivindicação por projetos de intervenção urbana, cultural e educacional foi direcionada ao poder público. Porém, no território coexistem moradores novos e antigos, e nem todos conhecem ou compartilham dessa mesma história e vivência. Para contextualizar o território e a pesquisa, alguns dados são importantes.

Heliópolis possui aproximadamente 1 milhão de metros quadrados e se localiza na região sudeste da cidade de São Paulo, a 8 km do centro. Os dados sobre a população são controversos, segundo os dados da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – FIBGE, no Censo 2010 seriam 12.105 domicílios em Heliópolis e uma população de 41.118 pessoas. No entanto, esses dados além de desatualizados, são discutíveis, pois há uma disputa política-ideológica na demarcação da região, inclusive pela questão de ser uma área em que os imóveis não estão regularizados. Dentro de Heliópolis, as pessoas ainda não possuem a escritura de suas casas, e tal conflito segue sendo central no território. A UNAS fala hoje em cerca de 200 mil habitantes, em sua maioria de origem nordestina. A Secretaria de Habitação produziu um estudo de caso no ano de 2016, para aplicação de um projeto piloto de desenvolvimento sustentável, segundo o qual:

Heliópolis é uma das maiores favelas de São Paulo, localizada no bairro do Ipiranga, no sudeste da cidade. É o lar de aproximadamente 80.000 pessoas, a grande maioria vivendo em habitações autoconstruídas. Heliópolis tem a origem de seu nome na Vila Heliópolis, assim chamada pela condessa Álvares Penteado em 1923, quando a área era em grande parte campo aberto. Manteve-se uma área de lazer aberta até a década de 1970, quando a ocupação começou. Heliópolis cresceu rapidamente até se tornar uma das maiores favelas da cidade. Durante a década de 1980 os moradores começaram a lutar por melhores condições de vida que finalmente resultou na transferência da terra para a COHAB em 1987. A COHAB dividiu a área em 14 Glebas e iniciou obras e intervenções de melhorias que continuaram ao longo das últimas três décadas (SEHAB, 2016).

A partir das informações do projeto e das memórias das lideranças sabemos que a área foi adquirida em 1942, pelo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI), propriedade do Conde Sílvio Álvares Penteado e outros. Em 1966, a gleba passou para o Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social (IAPAS). Em 1969 o IAPAS construiu o Hospital Heliópolis, que segue até hoje como espaço de referência no

território, e o Posto de Assistência Médica (PAM). A ocupação inicial foi então de alguns trabalhadores que se alojaram nos arredores da obra. Um pedaço deste terreno foi desapropriado pelo estado para uso da SABESP e outra parte foi negociada com a Petrobras. Entre 1971 e 1972, a Prefeitura de São Paulo retirou 153 famílias de áreas consideradas como ocupações irregulares da favela da Vila Prudente e Vergueiro, com a intenção de fazer vias públicas e as transferiu para alojamentos provisórios nessa mesma área. Apesar da indicação inicial de que seriam provisórios, a situação perdurou, e diante da permanência, as famílias começaram a se organizar no território. Além disso, em virtude dos altos preços do aluguel em outras regiões, outras famílias foram construindo seus barracos nessa mesma área. Os conflitos eram grandes, pois na região haviam grileiros, que desejavam especular e vender as áreas mesmo sem ter a posse, e as ações policiais de despejo se tornaram constantes. É a partir desse cenário, que a comunidade passou a se organizar em diferentes núcleos tendo como bandeira de luta o direito à terra e, portanto, o direito de permanecerem no território. É no final dos anos 1980 que esses núcleos sentem a necessidade de se unirem em uma organização para possibilitar o diálogo com o poder público. Eis o nascimento da União de Núcleos e Associações de Moradores de Heliópolis e região (UNAS), maior e mais representativa organização civil local. Os enfrentamentos com a polícia nesses períodos podem ser vistos em filmes e são vividamente retratados pelas lideranças locais. A principal vitória é contada quando eles conseguem reverter uma ação de despejo, por meio da articulação ativa de todos os núcleos e enfrentamento da polícia. É possível ver cenas desse dia no filme “Retratos de Genésia” da TV Cultura. Mesmo diante da efetividade da articulação comunitária, que seguia tendo como eixo central a luta pela terra, mas que conquistou a construção de diversos equipamentos públicos, além de obras de infraestrutura, Heliópolis no final da década de 1990 era tido como um dos territórios de maior criminalidade e violência do Brasil. Como nos aponta Marília de Santis, atual gestora do CEU:

No final dos anos 90, a região de Heliópolis era dominada pelas ações do crime organizado e era comum que todos os equipamentos educativos do território cedessem aos rotineiros toques de recolher impostos pelo poder paralelo, liderado por traficantes de drogas. A localidade se destacava em âmbito nacional pelas altas taxas de criminalidade e violência (SANTIS, 2014, p. 69).

Uma marca essencial na transformação desse contexto é a chegada do diretor Braz Nogueira, em meados dos anos 1990 a EMEF Pres. Campos Salles. Braz fez um movimento grande de aproximação entre comunidade e escola, e adotou dois princípios, que se tornaram parte de seu Projeto Político Pedagógico e que passaram a nortear as ações da escola: *Tudo passa pela educação*, isto é, a educação é um processo muito amplo, que abrange toda a

formação dos seres humanos, que se educam mutuamente. Nesse sentido, todos os espaços possuem um potencial educativo (não apenas a escola, apesar de ela ser extremamente importante). E *A escola como um centro de liderança*: a atuação da escola deve ocorrer de modo articulado com as lideranças da comunidade onde ela está inserida, garantindo que também dentro da escola se constituam lideranças. Afinal, escola e comunidade são espaços educativos, que se retroalimentam. Isso significou tratar as lideranças e a UNAS como parte da escola e como aliada na luta pela transformação da comunidade e, portanto, da escola. Podemos dizer que desse encontro potente, alguns desdobramentos nos são extremamente importantes de conhecer:

Um fato ocorrido neste período acabou por influenciar a trajetória de articulação entre escola e comunidade: em 1999 uma aluna da EMEF Presidente Campos Salles foi assassinada a poucos metros da escola, quando voltava para casa e, consternada, a equipe escolar, em união com as lideranças locais, fez a primeira Caminhada pela Paz, que se tornaria um evento anual desde então (SANTIS, 2014, p. 9).

O assassinato de Leonarda, aluna do Educação de Jovens e Adultos (EJA) da EMEF Presidente Campos Salles, ocorre em 1999 na praça em frente à escola. Diante do choque e da brutalidade do ato, Braz e Orlando (professor da escola) buscam as lideranças da UNAS com o objetivo de organizar uma ação coletiva contra o silenciamento e naturalização da violência no território. Decidem então organizar uma Caminhada pela Paz, mobilizando a comunidade e os equipamentos públicos do território para caminharem e ocuparem as ruas e vielas de Heliópolis. Essa marca de violência foi um divisor de águas na história da comunidade e é até hoje lembrado na EMEF Campos Salles e nos equipamentos geridos pela UNAS, tanto por sua inclusão no currículo, quanto pela Caminhada pela Paz, que hoje tem como slogan Políticas Públicas + Articulação Comunitária igual a Sociedade Educadora, está na sua vigésima edição e reúne cerca de 15 mil pessoas. Atualmente as pautas são diversas e organizadas pelo Movimento Sol da Paz, traduzem as lutas de todos os Movimentos que compõem a UNAS: de Mulheres, LGBT, Sem Terra, Juventude e Negro. Buscam mobilizar todos os equipamentos públicos do território e toda a comunidade. Esse é um exemplo importante de transformação da violência em potência de luta e experiência coletiva de memória no lugar de esquecimento, tal como nos coloca Gaborit (2011).

Mas, retomando a história de aproximação entre escola e comunidade, é essencial demarcar também que em 2007, a Campos Salles fez mais uma transformação em seu projeto político pedagógico: inspirada pela Escola da Ponte, a comunidade escolar decidiu derrubar as paredes das salas de aula, transformando-as em grandes salões de estudo e aos dois princípios

já apresentados juntaram-se mais três: *Autonomia*, *Responsabilidade* e *Solidariedade*, que, juntos formam um código de ética que deve orientar as ações da escola, uma vez que se busca educar os sujeitos na e para a autonomia, para a capacidade de tomar decisões e fazer escolhas de modo responsável, a fim de que se tornem capazes de responder pelas consequências de seus atos, sempre fundamentados pela consideração ao outro. Conjuntamente, a UNAS também passou por uma transformação, como resultado dessa aproximação dos anos anteriores: sua principal bandeira de luta, que era o acesso à moradia digna se transformou em uma luta por educação. Esse movimento, tal como apresentado, foi construído dentro de um processo que intensificou o entendimento de que a educação deve ser prioritária, uma vez que ela é o eixo condutor e organizador da comunidade para o enfrentamento e luta pela efetivação dos direitos ao trabalho, à saúde, à moradia, ao transporte, à cultura, ao lazer e outros. A educação vista desde esse ponto de vista, ultrapassa e “derruba” muros entre escola e comunidade.

Desse encontro entre escola e comunidade organizada nasce, então, o projeto de transformar Heliópolis em um Bairro Educador. Ele é incorporado à missão da UNAS e ao projeto político pedagógico da EMEF Pres. Campos Salles. Os cinco princípios da escola passam a ser, então, os cinco princípios do Bairro Educador. O CEU Heliópolis Prof^a Arlete Persoli nasce da parceria entre a comunidade organizada, a escola e o poder público (que viabilizou o projeto e a sua construção) em meio a esse movimento. Em 2009, depois de anos de negociação entre a comunidade organizada e o poder público, a Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP) criou o Centro de Convivência Educativa e Cultural de Heliópolis, CCECH (Decreto nº 50.740, de 16 de julho de 2009), demonstrando que o protagonismo individual e coletivo dos moradores de Heliópolis é fundamental para a constituição dessa comunidade como bairro educador. No mesmo ano, a PMSP também criou os cargos de gestão do CCECH. De 2010 a 2014 várias atividades e projetos foram desenvolvidos por esse grupo de gestão, com a colaboração de voluntários e com intensa participação da comunidade organizada, além de outras atividades articuladas pela Secretaria Municipal de Educação de São Paulo (SME).

Nesse início, em 2012, dada a relevância da história de Heliópolis e de seus moradores, foi desenvolvido o projeto *Memórias de Heliópolis – Raízes e Contemporaneidades*, viabilizado por uma emenda parlamentar e desenvolvido pela UNAS, com assessoria da gestão do CCECH. Esse projeto tinha o intuito de sistematizar a história do bairro a partir do ponto de vista dos próprios moradores que a viveram. Além disso, o projeto *Memórias de Heliópolis* tinha como objetivo produzir material que pudesse ser usado pelas escolas, projetos e equipamentos educativos da região, estimulando que esse conteúdo passasse a fazer parte de seus currículos, ao lado daqueles considerados mais tradicionais. Assim, ao longo do projeto,

foi produzido um livro intitulado *Memórias de Heliópolis – Raízes e Contemporaneidades*; o documentário *Memórias de Heliópolis* e uma série de oficinas que recontaram a história do bairro por meio de diferentes linguagens artísticas (tais como teatro, histórias em quadrinhos, dança, hip hop, dentre outras). Em 2013, também financiado por uma emenda parlamentar, foi desenvolvido o projeto *Kombi da Memória* que, com o mesmo intuito de sistematizar e difundir a memória dos moradores de Heliópolis realizou durante o mês de dezembro intervenções em diferentes pontos da comunidade. Eram quatro kombis especialmente cenografadas para essa ação, que desenvolveram atividades como biblioteca itinerante, oficinas de artesanato, contação de histórias, shows, recolhimento de fotos e relatos dos moradores reunidos em um *site*.

Em 2015, o CCECH foi transformado em CEU pela PMSP (Decreto nº 56.079, de 29 de abril de 2015) considerando que ambos programas se articulam enquanto concebidos como equipamentos públicos construídos para e com a comunidade. As histórias dos CEUs e do então CCECH se encontraram, com a diferença de que, em Heliópolis, essa proposta tenha partido dos próprios moradores organizados. Então, em 29 de abril de 2015 o CEU Heliópolis Profª Arlete Persoli foi inaugurado.

Figura 5: Imagem da comunidade de Heliópolis com destaque para o CEU Heliópolis Profª. Arlete Persoli

Vista panorâmica da comunidade com destaque para o CEU Heliópolis

Fonte: <https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/territorio-ceu-heliopolis/>

4. MEMÓRIA, NARRATIVA E INTERSUBJETIVIDADE

Neste capítulo apresenta-se uma revisão da literatura em torno do tema *memória*, relacionando-a à narrativa e à intersubjetividade. São diversas as terminologias cunhadas para tratar da memória: memória social, memória coletiva, memória histórica, memória pública, memória política, entre outras. Trata-se de um tema que perpassa o campo das ciências humanas e sociais, interessando à psicólogos, sociólogos, historiadores e filósofos. Busca-se fornecer um panorama a partir de alguns autores escolhidos pela relevância teórica e também por seus diálogos com o campo da Psicologia Social.

Eventos políticos marcantes normalmente estão relacionados a um crescimento do interesse e produção sobre o tema da *memória*. Assim, o final da Primeira e Segunda Guerras Mundiais, assim como o fim das ditaduras latino-americanas foram momentos de produção intensa. Os estudos iniciais em memória remontam à Alemanha, ao nazismo e à Segunda Guerra Mundial. Autores como Halbwachs (1990), Pollak (1992), Adorno e Horkheimer (1985) analisaram as relações entre memória, ideologia, trauma e identidade durante o século XX. Andreas Huyssen (2014) aponta que após a Segunda Guerra Mundial o boom da cultura modernista fez com que ficasse em voga o *futuro do presente*, ou seja, uma valorização no âmbito da produção e das pesquisas culturais do presente e do progresso. Mas, a partir dos anos 1980, há um retorno dos estudos da memória nos Estados Unidos e na Europa, por meio do que o autor denomina de *passados presentes*, com estudos principalmente relacionados ao tema do Holocausto. Para compreensão desses períodos que poderíamos chamar de “estados de exceção”- momentos históricos em que, para além do Estado ser agente da violência, ela se torna institucionalizada e a lei é suspensa ou transformada para permitir tal acontecimento- é comum recorrer-se a conceitos como trauma e elaboração oriundos da Psicanálise Freudiana. Tais conceitos serão apresentados também para colaborar para a compreensão do conceito de elaboração psicossocial que será melhor desenvolvido no quinto capítulo, mas que perpassa toda a pesquisa.

Início minha revisão a partir da filosofia e antropologia, enfatizando como a concepção de intersubjetividade, que é tão cara a essa pesquisa, surge no horizonte, desembocando em encontros entre sociologia e filosofia. Em seguida, abordo a questão do tempo, que é central para a psicanálise na construção da ideia de repetição e elaboração. Fala-se em um tempo que ultrapassa os relógios, que entrelaça passado e presente e que, mediante elaboração, projeta o futuro. A narração é apresentada como uma experiência intersubjetiva que se encontra prejudicada pelo sistema capitalista, sendo justamente aquela capaz de mobilizar esses outros

tempos e provocar o ensejo de construção de uma nova história. Por fim, apresento a *memória política* a partir de Soraia Ansara (2004; 2008; 2015), como uma organização distinta da memória coletiva, que incide em desideologização da memória e produção de consciência política.

4.1. Ser consigo mesmo no Outro

Paul Ricoeur, filósofo e antropólogo francês, desenvolveu uma articulação entre fenomenologia e interpretação hermenêutica. Um dos seus livros de maior destaque, e que no caso nos é de maior interesse para essa pesquisa, é o *Soi-même comme un autre* (Si mesmo como um outro). Escrito em 1990, esse livro procura abordar as questões de “Quem sou eu?” e “Quem é o outro?”. Superando a visão cartesiana de “Penso, logo existo”, Ricoeur apresenta o “Eu sou”, evidenciando a reflexividade que trataremos em breve. À “exaltação do *Cogito*” cartesiana se opõe a um *Cogito* “quebrado” (*brisé*) ou “ferido” (*blessé*) como o descreve Ricoeur (1991) no prefácio de *Si mesmo como um outro*. Mas tal quebra é, simultaneamente, a apreensão de uma unidade muito maior, mesmo que nunca totalizável pelo sujeito: a unidade que se estabelece, em cada ação, em cada obra, entre o sujeito e o mundo (GAGNEBIN, 1997).

Em *Si mesmo com o outro*, Ricoeur nos aponta que é pela análise das ações e interações humanas que se conhece o homem. O homem, mais do que tudo, é um ser capaz: de falar, de agir, de narrar, de ser responsável e de se interpretar a si e aos outros. Sua interpretação de Descartes em *O discurso do Método* (1996) e Nietzsche em *A gaia Ciência* (2001) e *O nascimento da tragédia* (1992) o levam a dizer que o primeiro apresentava um cogito exaltado, enquanto o segundo apresentava um cogito humilhado. A superação estaria na hermenêutica ou na interpretação do si. Ricoeur apresenta o primado da mediação reflexiva, que ao invés de tratar de um EU passa a tratar de um SI. O Eu, seria um eu acabado, separando o interno e o externo, diferentemente do SI. Quando há o uso do pronome reflexivo SE ligado ao verbo no infinitivo, é ultrapassada a terceira pessoa do singular e atinge-se uma ideia universal. O Se representa então um encontro entre o singular e o universal. Trata-se do homem em sua singularidade na ação, mas também do homem dentro do contexto universal, dado que tal capacidade ou ação poderia atribuir-se a qualquer pessoa. Esse seria o triunfo do SI, pois o SI é perpassado pela nossa relação com o outro. É o eu que já não separa o dentro e fora de si mesmo, ele é uma conjunção. As pessoas não são apenas objetos externos, são também objetos internos de si. E o “Eu penso, logo existo” cartesiano, dá lugar ao “Eu sou” (que conecta uma atestação com a própria reflexão e reconhecimento). O eu que é fruto da relação atesta que eu

sou. O que pensamos, é pensado em relação ao que somos, sendo assim o "Eu penso" uma das dinâmicas do "Eu sou". Isso é o que ele chama de uma mediação reflexiva: por meio das nossas ações em relação (como dizer, fazer ou narrar) nos devolvemos imagens de nós-mesmos a partir da ação do outro e do coletivo. Ricoeur afirma que:

(...) a pessoa, compreendida como personagem de narrativa, não é uma entidade distinta de suas 'experiências'. Bem ao contrário: ela divide o regime da própria identidade dinâmica com a história relatada. A narrativa constrói a identidade do personagem, que podemos chamar sua identidade narrativa, construindo a da história relatada. É a identidade da história que faz a identidade da personagem (RICOEUR, 1991, p. 176).

Da questão da reflexividade se configura que o Eu, antes na filosofia composto pela *mesmidade* e *alteridade*, dá origem ao Si, composto pela dialética entre a *ipseidade* e esses outros dois pilares. A *mesmidade* equivaleria a um suporte biológico/genético, tratar-se-ia do ser humano em uma posição estática, é a parte que permanece no tempo. A *ipseidade* viria exatamente da ideia do SI, trata-se do ser humano em transformação. É o campo do encontro com outro e do atravessamento do outro em si. Já a *alteridade* diz respeito ao outro e à maneira como nos espelha. Na dialética da *mesmidade* com a *ipseidade* temos o corpo vivido, que é o corpo biológico habitado por historicidade, espacialidade, habitante do tempo que trás a transformação e a própria consciência de si. Já da dialética da *alteridade* com a *ipseidade* temos a capacidade de entender a importância do outro na constituição da nossa identidade, da presença do outro como objeto interno, e não só apenas como um espelho de mim: trata-se da intersubjetividade. É o que se expressa no título do livro: o si-mesmo-com-o-outro ou ainda, o ser-eu-mesmo-com-o-outro.

Essa intersubjetividade não foi tratada como condição primordial humana por outros filósofos. A concepção de ser-consigo-mesmo-no-outro remonta à dialética hegeliana e está por trás da noção de reconhecimento, também trabalhada por Ricoeur. Apesar de caminhar por vias diferentes, tanto Ricoeur quanto Axel Honneth, que será apresentado também nesse capítulo, colocam a centralidade da intersubjetividade, apontando que a constituição humana ocorre a partir do olhar e da palavra compartilhados. Isso nos será essencial para a compreensão do que se entende por memória e elaboração. Ser-consigo-mesmo-no-outro é a experiência de reconhecimento primordial para o trabalho de elaboração e construção da memória política. Ricoeur também fala da narração enquanto exercício da intersubjetividade, tal relação será melhor explorada no próximo item, a partir de um retorno à psicanálise freudiana.

4.2. Tempo, Memória e Narração

Pois um acontecimento vivido é finito, ou pelo menos encerrado na esfera do vivido, ao passo que o acontecimento lembrado é sem limites, porque é apenas uma chave para tudo que veio antes e depois (BENJAMIN, 1994, p. 14).

A maneira mais geral pela qual concebemos o tempo tem relação com um tempo de sucessão, em que as vivências/experiências são pontos que se integram em uma continuidade lógica que obedece a sequência passado, presente, futuro. O passado sendo aquele tempo já ausente e anulado pelo presente, e o futuro aquele tempo que está em aberto, que ainda não aconteceu. Esse tempo de sucessão resume a ideia de um movimento de circulação dos seres humanos pela vida, como se fossem águas que correm em uma direção, nunca retornando ao ponto que já passaram. No entanto, os tempos da memória apresentados pela Psicanálise Freudiana são múltiplos, coexistindo e atravessando esse tempo de sucessão. No campo do inconsciente, Freud aponta que se integram passado, presente, futuro. Assim, desde esse ponto de vista, cada experiência pode ser vista como a vivência de um tempo lógico integrado por uma série de outros tempos. Tempos esses que têm inclusive a capacidade de ultrapassar e transformar a vivência do indivíduo quanto a este tempo lógico⁹. Esses tempos não dependem apenas dos próprios indivíduos e dos lugares que ocupam, eles também dão lugar às relações estabelecidas entre o tempo do sujeito que experiência e o tempo daqueles com quem ele se relaciona. Em "Repetir, recordar, elaborar" (1914), Freud nos esclarece como fatos acontecidos na infância são determinantes, mas que não é possível pensar num passado pontual. O passado está sempre se reatualizando por meio das repetições no presente. Tais repetições não se dão apenas no tempo mensurável, mas nesse também é possível de identificá-las.

O conceito de repetição e de trauma freudianos são fundamentais a essa pesquisa, o primeiro é muito trabalhado dentro da Teoria Crítica para entender como a barbárie e o terror retornam; já o segundo registra a ordem do excesso e do irrepresentável que dá origem à repetição. Freud trabalha a partir de um modelo econômico do sistema psíquico, que diante do excesso de excitações tem o mecanismo de defesa do recalque (no caso dos neuróticos) que opera para proteger o sujeito daquilo que pode ser insuportável ou inenarrável. Um trauma então é: “uma experiência que, em curto período de tempo, aporta à mente um acréscimo de estímulo excessivamente poderoso para ser manejado ou elaborado de maneira normal, e isto só pode

⁹Chamamos de tempo lógico o tempo dado pelo relógio e pelo calendário, representado assim pela coletividade. Trata-se de uma marcação de tempo arbitrária e que poderia também gerar reflexão sobre seu desenvolvimento.

resultar em perturbações permanentes da forma em que essa energia opera.” (Freud, 1966, p. 283). Enquanto a recordação está ligada à lembrança daquilo que é capaz de ser lembrado, a repetição atua movida por esses traços que foram recalcados. O sujeito repete ou atua, diante daquilo que não pode ser lembrado. O método associativo, desenvolvido por Freud, tem como centro o trabalho de elaboração por meio do campo da fala- a famosa *limpeza de chaminé* nada mais era do que o retorno do recalcado por meio da representação. A repetição também se trata de um retorno do recalcado, pois, segundo Freud, há um esforço do que está a nível inconsciente de retornar. A repetição entrelaça passado e presente, no entanto, não incide no campo do futuro, pois está presa ao que foi. Quando falamos do trabalho de elaboração, o cenário é diferente, pois se insere nesse contexto a dimensão futura também, adicionando novos sentidos e novos significantes a mesma experiência, que então retornam em outras formas. Para Quinet: “[...] a análise, como uma experiência de resignificações, vai permitir diversas interpretações do mesmo evento, ou seja, diversos outros significantes podem ser associados ao evento(...)” (QUINET, 2005, p. 54).

Ou seja, para Freud é no presente da análise que se reatualizam as experiências passadas e que se constrói a possibilidade de um futuro. É por meio da palavra e da simbolização que se possibilitará a elaboração. A ligação com o passado e com a história do sujeito é dependente da memória, das marcas mnêmicas deixadas pelas experiências. Por meio das lembranças que temos somos capazes de estabelecer um tempo anterior e nos constituirmos seres com identidade e história. A comprovação de que circulamos no tempo, e mesmo a organização do nosso tempo se dá por intermédio da memória. A memória é o entrelaçamento entre o individual e o coletivo. Como diz David Lowenthal (1998, p. 79): "No processo de entrelaçar nossas próprias recordações dispersas em uma narrativa, revemos os componentes pessoais para adequar o passado coletivamente relembrado e, gradualmente, deixamos de diferenciá-los." Prochet enfatiza então o aspecto intersubjetivo da memória:

Passamos, em nossa vida, por diversas experiências de tempo, vividas num espaço que abriga mais de uma experiência temporal, simultaneamente. Tempos dependentes não só de si mesmos, nem apenas do lugar que ocupam, mas, predominantemente, das relações estabelecidas entre aquele que experiencia e aqueles com quem ele interage (PROCHET, 2010, p. 288).

Freud não explorou a questão da intersubjetividade dentro da teoria psicanalítica, mas escancarou como, somente por meio da palavra endereçada a outro ser - o analista - é possível elaborar um evento traumático e romper com a repetição.

A Teoria Crítica da Sociedade apresenta críticas à teoria psicanalítica, no entanto, faz uso de alguns textos sociológicos de Freud e de alguns de seus conceitos para interpretar as condições sociais que possibilitam a barbárie e seu retorno. Nessa tradição de pensamento, a memória é abordada também com relação à elaboração do passado e à luta contra a repetição, mas associa-se a isso um diagnóstico do presente, analisando as características do sistema capitalista que prejudicam o compartilhamento da memória e que promovem sua ideologização.

4.3. A elaboração do passado na Teoria Crítica

O desejo de um mundo sem exploração nem opressão, no qual existiria um sujeito agindo de fato, isto é, uma humanidade autoconsciente, e no qual surgiriam as condições de uma elaboração teórica unitária bem como de um pensamento que transcende os indivíduos, não representa por si só a efetivação desse mundo. A transmissão mais exata possível da teoria crítica é condição para o êxito histórico. Mas essa transmissão não ocorre sobre a base firme de uma práxis esmerada e de modos de comportamento fixados, mas sim medida pelo seu interesse na transformação. Esse interesse, que é reproduzido necessariamente pela injustiça dominante, deve ser enformado e dirigido pela própria teoria, ao mesmo tempo que exerce uma ação sobre ela (HORKHEIMER, 1980, p. 67).

Diante do horror da Segunda Guerra Mundial, produziram-se novas questões a serem respondidas por aqueles que já estavam comprometidos a pensar esse modelo de produção de conhecimento na sociedade capitalista. O clima é de grande pessimismo diante de todas as barbáries que o mundo assistiu. No livro *Dialética do Esclarecimento*, Adorno e Horkheimer (1985) buscam aprofundar a compreensão da racionalidade existente e explicar seu uso em favor do horror. Como era possível explicar a ocorrência de Auschwitz? É diante de tal cenário que se declara a autodestruição do esclarecimento. “O que nos propuséramos era, de fato, nada menos do que descobrir por que a humanidade, em vez de entrar em um estado verdadeiramente humano, está se afundando em uma nova espécie de barbárie” (ADORNO, HORKHEIMER, 1985, p. 11). No fundo, a barbárie perdurou na sociedade mundial após a grande guerra por meio da guerra fria e a ditadura militar brasileira é outro fato histórico ligado a esta disputa de poder político mundial.

O esclarecimento encontrou seus limites e causou sua própria destruição, apontam os autores. Assim, a *razão instrumental* consolidou-se como única e estruturante dentro do capitalismo administrado. Como vemos na crítica à razão instrumental, a própria dimensão conceitual estaria relacionada a uma ideia de dominação: uma redução do objeto ao controle do homem. O livro traz textos extremamente inovadores, explicitando como as condições para o desenvolvimento da barbárie já estavam e seguem presentes dentro da estrutura do sistema

capitalista, alertando para que a educação tivesse como rumo principal “que Auschwitz não se repita”. A preocupação com a educação também se revelava como uma preocupação em relação ao apagamento da memória. Adorno aponta que, dentro da sociedade burguesa, como consequência da divisão social do trabalho, a memória e a experiência são desvalorizadas. Frente à lógica de produção, o trabalho artesanal, por exemplo, fica abolido.

A grande preocupação desse momento é a revelação das condições objetivas e subjetivas (subjetivas em um sentido de interioridade do coletivo, condições reveladas pela análise de Freud sobre a formação das massas) que permitem que tantas pessoas se identifiquem com personalidades autoritárias e regimes fascistas. Assim, há necessidade de olhar para a história reconhecendo que, “a desigualdade no mundo não é um obscuro desígnio de Deus ou dos astros; existiram e seguem sendo mantidas condições objetivas que levam a produção de uma sociedade cindida e injusta” (GALEANO, 1976). Esse é um pressuposto da Teoria Crítica da Sociedade: a injustiça dominante é sustentada por uma ciência que justifica a efetivação do mundo tal qual ele é. Em “Como elaborar o passado”, Adorno declara:

[...] a memória, o tempo e a lembrança são liquidados pela própria sociedade burguesa em seu desenvolvimento, como se fossem uma espécie de resto irracional, do mesmo como a racionalização progressiva dos procedimentos da produção industrial elimina junto aos outros restos da atividade artesanal também categorias como a da aprendizagem, ou seja, do tempo de aquisição da experiência no ofício (ADORNO, 1995a, p. 33).

O aspecto da transmissão e do apagamento da memória foi muito trabalhado por Walter Benjamin, tendo como obra mais conhecida no Brasil “O narrador”, mas trazendo em suas teses “Sobre o conceito de História” (1987) muitas reflexões acerca do tempo e da história. Tanto Ricoeur (1991) quanto Jeanne Marie Gagnebin (1986), autores que fazem pontes entre a psicanálise e a memória, utilizam muito o referencial benjaminiano para realizar o que considero também ser um diagnóstico social. Benjamin foi quem apontou que existe algo no mundo capitalista que corrompe a narrativa, que é a necessidade de acompanhá-la com explicações explícitas e reconhecidas e fechá-la com sentido. Ela se torna um emaranhado de informações, e essas só se fundam no tempo do presente, e é ali que tem que se justificar e estar. A narrativa, diferentemente, conserva suas forças com o tempo, ela emana sentido exatamente por se integrar a uma história e, portanto, ainda estar aberta ao desenvolvimento. Trata-se de um ido que se mantém, que continua sendo e por isso adquire sentido e realidade. E no momento em que outras pessoas são integradas àquele tempo narrado, eles se apresentam como personagens e outros tempos vem à tona, interligados a esse primeiro, mas não organizados de maneira sucessiva.

São cada vez mais raras as pessoas que sabem narrar devidamente. Quando se pede num grupo que alguém narre alguma coisa, o embaraço se generaliza. É como se estivéssemos privados de uma faculdade que nos parecia segura e inalienável: a faculdade de intercambiar experiências (BENJAMIN, 1986, p. 197).

Benjamin dialogou muito com Adorno, e ambos buscaram construir um diagnóstico social a partir do materialismo-dialético. A perda da capacidade de narrar, também colabora para o apagamento da memória e é um obstáculo ao esclarecimento e à superação da injustiça dominante. Como aponta Benjamin (1987), a história dos oprimidos é fragmentada, não está em cartas e documentos, nem nos bens materiais, porque muito do que foi produzido foi intencionalmente destruído. Por isso, muitas vezes, o que se recolhe são fragmentos e cacos de memória coletiva, que podem potencialmente e por meio da narração elaborativa tornar-se presente e abrir-se ao ensejo de uma nova história. Nem mesmo os mortos estão seguros dentro desse sistema, porque aquilo que muitos deles representam é também ameaça para as classes dominantes. O retorno da reminiscência na forma de repetição pode ser visto como origem da barbárie. A impossibilidade de se representar e rememorar as vidas perdidas e as lutas dos povos oprimidos, cria condições para que a tragédia se repita. Diante de três movimentos conduzidos pelas classes dominantes se garante que o terror seja esquecido ou se torne inenarrável: o gesto de apagar, ignorar ou suspeitar.

Benjamin faz uma crítica a historiografia burguesa e progressista, pois a primeira constitui um tempo homogêneo e vazio e a segunda um tempo cronológico e linear. O autor afirma que por conta da hipervalorização da imagem do progresso e da técnica, parou-se de olhar o passado com a função de fundar um novo tempo, o tempo de agora. Benjamin fala do enfraquecimento da experiência, *Erfahrung*, no mundo capitalista em detrimento da experiência vivida pelo indivíduo solitário, a *Erlebnis*. A valorização dessa experiência individual levaria a desagregação e esfacelamento do social. A tarefa de um historiador materialista consistiria em identificar no passado as sementes de uma outra história, ou seja, a partir dos sofrimentos acumulados e vividos criar uma nova narrativa que se articule ao futuro.

A mesma preocupação de salvar o passado no presente graças à percepção de uma semelhança que transforma os dois: transforma o passado porque este assume uma nova forma, que poderia ter desaparecido no esquecimento; transforma o presente porque este se revela como sendo a realização possível dessa promessa anterior, que poderia ter-se perdido para sempre, que ainda pode se perder se não a descobriremos, inscrita nas linhas do atual (GAGNEBIN, 1986, p. 16).

Tanto Benjamin quanto Adorno apontaram a questão da técnica como algo que fetichizou as relações e provocou a barbárie. Adorno em *Educação pós-Auschwitz* fala em uma consciência coisificada, pois quando os homens passam a considerar a técnica como algo em si, como força própria, ignoram que ela é uma extensão de seus próprios braços. Perde-se a finalidade de uma vida humana digna, e as pessoas tornam-se tal qual coisas, e, na medida em que o são, ganham a capacidade de olhar os outros da mesma forma. Mas a grande questão é a ideologia que cobre a memória e torna capaz de que “os fins — uma vida humana digna —” encontrem-se “encobertos e desconectados da consciência das pessoas.” (ADORNO, 1995b, p. 132). E é exatamente nesse ponto em que há a interface com a *memória política*.

4.4. Desideologização: o caminho até a Memória Política

Outro referencial essencial para trabalharmos a memória já no campo da intersubjetividade é Maurice Halbwachs. Ele escreve o livro *Memória Coletiva* na primeira parte do século XX, e a primeira publicação acontece em 1950. Ali o autor enfatiza a importância do contexto social para a reconstrução da memória. Para o autor, a lembrança, mesmo que possa ser considerada como uma reminiscência do passado que pode ser acessada por um pensamento individual, nunca é efetivamente individual, pois é construída a partir das lembranças dos grupos sociais nos quais esse indivíduo está ou esteve inserido. Para o autor:

Não basta reconstituir pedaço por pedaço a imagem de um acontecimento passado para obter uma lembrança. É preciso que esta reconstituição funcione a partir de dados ou de noções comuns que estejam em nosso espítio e também no dos outros, porque elas estão sempre passando destes para aqueles e vice-versa, o que será possível se somente tiverem feito e continuarem fazendo parte de uma mesma sociedade, de um mesmo grupo (HALBWACHS, 2013, p. 39).

O autor estabelece uma diferenciação entre história e memória, opondo dois compromissos que na raiz parecem distintos: a vigilância crítica e a fidelidade ao passado. No entanto, os estudos mais contemporâneos têm procurado borrar essa diferença por meio da ideia do trabalho ou dever de memória e também da valorização, cada vez maior, da parte subjetiva da objetivação histórica. E é na interface entre a memória coletiva e consciência política que Ansara desenvolve o conceito de *memória política*, a partir de sua experiência de estudo da memória coletiva da repressão no Brasil durante o doutorado.

Já em seu pós-doutorado, a autora também trabalhou a articulação entre memória política e direitos humanos no território de Heliópolis, por meio da revelação da violência política praticada pelo Estado também em regimes democráticos. Violência que, por algum

tempo permaneceu mais camuflada, mas que, a cada dia, se escancara e se institucionaliza mais. Essa violência ocorre sob a forma de ausência de políticas públicas, negação de direitos, mas, de maneira mais ostensiva, toma forma na violência policial amparada pela ineficiência e parcialidade jurídicas. Esse estudo trouxe à luz vivências de violações de direitos humanos a partir das memórias e narrativas de mães de adolescentes em medida socioeducativa e profissionais do serviço de atendimento desses jovens (mais comumente conhecidos como MSE). Durante o trabalho junto a esses grupos de mulheres buscou-se criar condições para que emergissem as denúncias e as resistências, criando um espaço de elaborações e de formulação de ações futuras que fortalecessem a participação política, e dessa maneira desideologizando a memória institucional.

A memória enquanto construtora de identidade social pode revelar um caminho de resistência à violência de Estado. Sua potência também reside no fato dela ser construtora da identidade coletiva, e definir a existência e a consistência do Outro. Mas, tal qual Pollack afirma, tanto a memória quanto a identidade podem ser negociadas dentro de um grupo, por isso que quando se fala sobre memória política aponta-se um processo de construção:

que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fato extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si. Se assimilamos aqui a identidade social à imagem de si, para si e para os outros, há um elemento dessas definições que necessariamente escapa ao indivíduo e, por extensão, ao grupo, e este elemento, obviamente, é o Outro. (...) A construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com os outros. Vale dizer que memória e identidade podem perfeitamente ser negociadas, não são fenômenos que devam ser compreendidos como essências de uma pessoa ou de um grupo (POLLAK, 1992, p. 204).

Para ressaltar a diferença entre a memória coletiva e política é importante pensar que, dentro de grupos sociais, distintos, algumas forças pesam mais diretamente na construção do discurso e, conseqüentemente, da memória e história. Por isso que, na busca da construção de uma memória política entram em jogo a consciência política e a narrativa. A memória política é construída e negociada conjuntamente pelos que habitam o espaço, fortalecendo os vínculos e a mobilização social. A memória política revela as condições objetivas que afetam as condições subjetivas, pois toda narrativa externa e pacificadora que se apresenta na disputa ideológica pode ser compreendida como uma forma de controle e quebra da solidariedade. É movimento intencional que busca anular os laços entre grupos pelo medo de que a união e

fortalecimento possam apresentar ameaça ao sistema vigente. A memória política abarca e reflete o conflito, fortalecendo a dimensão da cidadania e a luta pelos direitos humanos:

Tais elementos encontram-se, sobretudo, na relação da memória com os conflitos ético-políticos que vivemos no Brasil e que, de alguma maneira, restringem o exercício da cidadania, impedem as lutas em favor dos direitos humanos, legitimam ou naturalizam a violação dos direitos por parte do Estado (CARDOSO, 2001 apud Ansara, 2014, p. 12)

A transmissão da memória entre gerações é aspecto central do projeto e da pesquisa, pois é por intermédio das políticas de esquecimento que se fornecem as condições necessárias para a alienação e opressão. O livro “Veias Abertas da América Latina”, explicita que a história dos países colonizados é marcada por violência, extermínio e exploração. Mas, a partir do desenvolvimento da Declaração Universal dos Direitos Humanos¹⁰ e a redação e aprovação de diversas constituições democráticas em todos esses países, já podemos falar diretamente sobre violações dos direitos humanos. Sem dúvida, o desconhecimento dessa história garante que tais violações sejam consideradas questões subjetivas, e não como parte de uma política de Estado. As feridas e marcas do passado atingem os indivíduos coletivamente e individualmente, mas é necessário ter sempre em vista que as forças que operam para legitimar essas violências são fruto de um sistema, que em sua origem já valorava as vidas de maneiras diferentes. O medo do conhecimento e da divulgação dessa história é que a ida ao passado revele a origem dessas forças, e ameace o sistema social em vigor, escancarando que a opressão advém de condições objetivas e não subjetivas. Adorno é mais incisivo e aponta que se trata de uma estratégia ideológica:

[...] a ideologia dominante hoje em dia define que, quanto mais as pessoas estiverem submetidas a contextos objetivos em relação aos quais são impotentes, ou acreditam ser impotentes, tanto mais elas tornarão subjetiva esta impotência. Conforme o ditado que tudo depende das condições objetivas, de tal modo que as condições existentes permanecem intocadas [...] (ADORNO, 1995, p. 36).

Se consideramos as condições como intocáveis e fixas; o que de fato parecem em uma dimensão presente e descontextualizada; logo as razões para as violações se tornam subjetivas

¹⁰ A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), que delinea os direitos humanos básicos, foi adotada pela Organização das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Diante das barbáries da Segunda Guerra Mundial, diversos dirigentes se reuniram para redigir esse documento que deveria orientar também como seria possível uma intervenção internacional para evitar guerras e violações como as ocorridas.

e individuais. Isso reforça discursos que desarticulam lutas comunitárias. Transmite-se a ideia de que as condições para mudança estão apenas no próprio indivíduo e em relação a sua própria vida. Já sabemos que as lutas identitárias, por exemplo, engendradas por coletivos organizados, chegaram a diversas conquistas em termos de políticas sociais. Na luta por reconhecimento coletivo se alcançam as mudanças mais significativas em termos de justiça social. Se por um lado vemos políticas de esquecimento fomentadas pelo Estado, e que sustentam ideias pacificadoras do passado e, portanto, com vieses extremamente colonialistas, há dentro dos movimentos sociais uma oportunidade única de construção de narrativas que se opõe a essa ideologia. São histórias de resistência que não se eximem, mas ao contrário, se alimentam da existência do conflito, da luta, da resistência como caminhos para superação de desigualdades. E essa memória é negociada dentro dos movimentos, e composta em processos de encontro, de solidariedade, de complementariedade, e é aí que se encontra a *memória política*. Nesse processo de construção coletiva de uma narrativa sobre si, em necessária relação com a sociedade, poderá haver a produção de uma consciência política, no sentido de revelações dessas condições objetivas que exigem a ação política. A memória política situa-se entre o “eu” e a “sociedade”, articulando universos micros e macros, mas sua peculiaridade é a compreensão de como essa interação acontece, e como a construção da memória coletiva e, em alguma medida o historicismo, é perpassado por ideologias que incidem na consciência política e, conseqüentemente, também no comportamento político. Ao reconstruir o passado pela via da *memória política*, necessariamente se ultrapassa a dimensão da memória coletiva, pois, tal qual nos aponta Ansara, passam-se pelas dimensões da consciência política apresentadas por Sandoval:

[...] possibilita perceber antagonismos, motivar sentimentos de justiça e injustiça, avaliar a capacidade de intervir na realidade, despertar nossa vontade de agir coletivamente e estabelecer metas de ação que possa suscitar, de fato, uma ação coletiva em vistas da transformação social. Desse modo, no processo de participação política, os sujeitos tomam consciência de seu passado, da sua realidade social e política construindo uma memória política que os potencializa e os mobiliza a participar das lutas políticas (ANSARA, 2008, p. 54-55).

Há essas particularidades da memória política que a fazem ultrapassar o campo da memória coletiva. Assim, pode-se entender que a memória política é essencialmente memória coletiva, mas nem toda memória coletiva poderá ser considerada memória política:

Nesse sentido, essa memória política, como veremos a seguir, rompe com o caráter ideológico e alienante da memória oficial, uma vez que se contrapõe claramente às versões que foram instituídas e fixadas pela história oficial,

através de mecanismos de manipulação como a escola e a mídia (ANSARA, 2008, p. 40-41).

A articulação entre memória e história apresenta uma complexidade justamente por conta do que já citamos anteriormente em relação ao tipo de historiografia vigente. O trabalho de contrapor-se a história oficial pode ser exercido por diversos campos do conhecimento, mas Silva (2002) retrata bem o compromisso desse historiador do presente, que pode ser um pesquisador ou mesmo um militante que exerce a tarefa de construção de uma *memória política*:

Objeto de manipulações frequentes (de ordem política e ideológica), a memória (individual e coletiva) passa, assim, a integrar o "território do historiador". Inspirando-se em análises psicanalíticas (sobre o "recalque", o "luto") e filosóficas (sobre o tempo, o silêncio, etc.), o historiador do presente desempenha, nesse trabalho de resgate da memória, uma função de mediador, à imagem de um analista. Procurando adequar os relatos de memórias individuais à veracidade histórica, ele elabora uma reflexão sobre a própria temporalidade. Em outras palavras, cabe-lhe a tarefa da apreensão da relação do presente da memória (de um acontecimento) e do passado histórico (desse acontecimento), em função da concepção de um futuro desse passado (SILVA, 2002, p. 426-427).

E como a memória é reflexo e porta de observação e compreensão da realidade, não podemos eximir a presença do conflito em seu interior. Considerando uma perspectiva materialista-dialética, a luta e o conflito estão presentes em toda a história. Porém, o conflito pode ser entendido também como um motor de luta, já que muitos dos movimentos de ordem política e ideológica que atuam sobre a memória, o fazem no sentido de pacificá-la e neutralizá-la, escondendo a luta de classes e o papel dos oprimidos. A paz e a liberdade não se alcançam no isolamento e na ausência de conflitos, mas na busca de consensos possíveis por meio do diálogo e da construção conjunta de soluções, tanto no nível micro - dos espaços domésticos e cotidianos- quanto macro - do Estado e dos espaços públicos. Ansara (2010) nos apresenta a concepção de Baró para a construção de uma Psicologia da Libertação, que tem em vista que, no momento em que deixamos de lado o conflito, também aderimos a uma memória ideológica, pois nossa história é inteiramente permeada por ele. Martin-Baró:

propõe a desideologização da experiência cotidiana e da própria psicologia por meio do reconhecimento: da realidade "trágica" em que vivem nossas sociedades, realidade desumana e de injustiça; **de que o conflito define as sociedades latino-americanas, conflito político, econômico cultural, ou seja, um conflito marcadamente histórico;** do estado de alienação em que se encontram os indivíduos e as instituições, um estado onde as pessoas não são donas de si mesmas nem de seu destino; e por fim, da necessidade de uma memória.(ANSARA, 2008, p. 33, grifos nossos)

4.5. Reconhecimento recíproco

A intersubjetividade como condição primordial humana é um dos pressupostos da Teoria Crítica da Sociedade. Dentro dessa tradição de pensamento, há diferentes perspectivas sobre os aspectos fundamentais que definem as relações humanas e sobre as condições sociais que barravam a possibilidade de relação mais justas entre os indivíduos. A realização do diagnóstico social que possibilitaria identificar os obstáculos a vida humana digna no interior do próprio sistema capitalista, visando assim identificar saídas e caminhos. O livro *Dialética do Esclarecimento*, um dos clássicos da primeira geração da Teoria Crítica, é exemplar na construção de um diagnóstico social, no entanto, apresenta uma grande limitação em relação à construção de saídas e caminhos de superação, pois chega-se em certo ponto em que os autores constatarem que a razão instrumental, essa mesma que ordena e define a produção científica vigente, bloquearia qualquer possibilidade de emancipação humana. É a partir desta crítica que Habermas, na segunda geração da Teoria Crítica, desenvolve sua teoria da ação comunicativa. Se a única racionalidade existente era a instrumental e dentro dela se encaixavam inclusive as próprias lógicas de produção intelectual da teoria crítica, quais seriam as saídas? Para Habermas, a análise de Adorno e Horkheimer chega a esse impasse, por conta do conceito restrito de razão.

[...] eu pretendo arguir que uma mudança de paradigma para o da teoria da comunicação tornará possível um retorno à tarefa que foi interrompida com a crítica da razão instrumental; e isto nos permitirá retomar as tarefas, desde então negligenciadas, de uma teoria crítica da sociedade (HABERMAS, 2012, p. 81).

Para Habermas o grande problema da abordagem de Adorno e Horkheimer é que eles confundiram um tipo particular de racionalização e suas consequências como sendo patologias da própria razão. O diagnóstico é que as possibilidades para a emancipação estão presentes e não completamente bloqueadas: em oposição as estruturas da razão instrumental do capitalismo administrado existem as estruturas próprias da ação comunicativa. Passa-se a um enfoque mais intersubjetivo, no entanto, deixa-se em segundo plano a luta social e o conflito. Não se pressupõe que entre dois sujeitos há também condições desiguais e que as condições da razão instrumental também têm consequências e mediações sobre o ato comunicativo e vice-versa. É a partir dessas observações que Axel Honneth (1999), enquanto diretor do Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt irá fundar suas pesquisas, fazendo também uma crítica à ação instrumental de Adorno:

sua filosofia da história reduz o complexo de ações sociais à ação instrumental; sua filosofia da consciência é obsoleta diante da virada pragmática e intersubjetiva. Quando todo o processo histórico da racionalidade pode ser explicado por uma redução à relação de dominação humana sobre a natureza, a teoria crítica se concentra na descrição de um processo filogenético da desintegração social, deixando uma significativa lacuna no que diz respeito à interação (HONNETH, 1999 [1989], apud BARROS, 2018, p. 147).

Honneth (2009) retoma as noções de direito de Hegel, a teoria da “relação de objeto” de Winnicott, a ética comunicativa de Habermas e a psicologia social de Mead para afirmar que os indivíduos e os grupos sociais formam sua identidade e se organizam a partir de um reconhecimento intersubjetivo. Para ele a base da interação é o conflito e sua gramática, a luta por reconhecimento. O conflito seria estruturante da intersubjetividade, e seria ele que originaria as forças políticas e sociais que provocam as transformações do sistema. O conflito em si não é um problema para Honneth, ele é o motor da luta social. A paz e a felicidade não são encontradas na ausência de conflitos, mas são valores apenas alcançados na eticidade e na autonomia intersubjetiva. Mas, quando falamos de luta social em Honneth não estamos nos referindo a uma luta voltada à autoconservação, tal qual apontada em autores como Hobbes e Maquiavel. Para Honneth, a luta tem origem em experiências de desrespeito e ataque a alguma das esferas do reconhecimento. Assim, há um caráter normativo em toda luta social, uma expectativa moral que impulsiona o desenvolvimento social. Partindo desde a esfera do amor, passando pela do direito e chegando finalmente na da solidariedade, o autor acredita que nos constituímos a partir do reconhecimento e do olhar do outro. A passagem por essas esferas se organiza como uma passagem progressiva, uma “evolução social”: para cada forma de reconhecimento (amor, direito e solidariedade) há uma autorrelação prática do sujeito que vai se criando: autoconfiança nas relações amorosas e de amizade, autorrespeito nas relações jurídicas e autoestima na comunidade social de valores. Todas essas autorrelações estão atreladas a expectativas normativas morais, e, na medida em que essas expectativas sofrem uma ruptura por conta de uma experiência de desrespeito, tem origem os conflitos e a luta social. A ideia de reconhecimento recíproco como condição primordial do desenvolvimento humano centraliza a ideia da intersubjetividade como fundamento das experiências que conduzem a emancipação humana. Isso se coloca em oposição completa a concepções solipsistas e individualistas em relação a realização humana: só é possível se realizar a partir do Outro e a realização do Outro passa a ser condição para a própria. E a observação da não realização e dos bloqueios à emancipação também devem focar na forma em que os arranjos econômicos, sociais e políticos incidem em rompimento ou impedimento das relações de

reconhecimento recíproco, e, conseqüentemente, como outras práticas podem incidir em um estabelecimento ou reestabelecimento desse reconhecimento interrompido.

Nesse sentido, durante os próximos capítulos apresentaremos o diagnóstico social já utilizando resultados e relatos da pesquisa-participante como material de análise. Aprofundaremos a compreensão de como a memória se articula ao reconhecimento recíproco e, principalmente, analisaremos se a construção da memória política pode ser vista como um mecanismo de elaboração psicossocial que opera a favor dos direitos humanos e contra a violência de Estado.

5. DIAGNÓSTICO SOCIAL

Desenvolve-se na década de 1930, no interior do Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt, a pesquisa social dialética, ou ainda a lógica dialética de cunho materialista. Ao fugir de uma noção essencialmente causal dos fenômenos, a pesquisa dialética explicita as contradições existentes na relação entre os objetos (VOIROL, 2012). Ela parte de uma noção de que a ciência não pode ter um caráter apenas explicativo daquilo que já está dado, ou seja, não pode reforçar a ideia de que esse mundo existe e deve ser aceito (HORKHEIMER, 1980). Portanto, a Teoria Crítica da sociedade surge não como uma mera descrição do funcionamento da sociedade, evidenciando quais seriam as potencialidades do homem e da sociedade; sua principal tarefa é revelar aquilo que mantém e reproduz o vigente. E esse processo de investigação das condições sociais e históricas que criam obstáculos a práxis emancipatória, é justamente aquilo que é chamado de diagnóstico social.

Adorno e Horkheimer, primeira geração dessa tradição teórica, buscavam a partir do diagnóstico social identificar e aclarar as estruturas objetivas e subjetivas que corroboravam para que alguns caminhos para a emancipação humana não se realizassem. Muitas das previsões materialistas-dialéticas anteriores aos autores eram otimistas, viam um caminho natural de quebra do sistema, por meio da união das classes oprimidas e da revolução. No entanto, diante dos cenários mundiais de 1930, não é difícil compreender o clima de pessimismo, e, como já descrito na metodologia, o diagnóstico feito em *Dialética do Esclarecimento* (1980) sobre a razão instrumental aponta para uma ausência de caminhos. Ao analisar os mecanismos culturais e psicológicos das massas, os autores constataram a sua debilidade e concluíram que havia uma inevitável subjugação à hegemonia das classes dominantes. Eles:

Acabaram por teorizar o totalitarismo, a incorporação das massas ao sistema, a bancarrota, auto-infrigida, da razão. Seus escritos exalam um desespero e uma asfixia que não são difíceis de compreender, se nos pusermos naquela conjuntura, no dizer de Hannah Arendt, de “tempos sombrios”, com o stalinismo de um lado, o nazismo e o fascismo do outro, e ainda com a expansão que perceberam como assustadora da cultura de massas nos Estados Unidos, para onde aqueles intelectuais emigraram (DOMINGUES, 2004, p. 110).

O que virá posteriormente com a ação comunicativa enunciada por Habermas, já na segunda geração, é uma perspectiva mais otimista: sua filosofia moral visualiza a possibilidade de um alcance de entendimento mútuo em comunicações linguísticas dentro do sistema capitalista. O autor aposta também na identificação de interações que fogem ao conceito de

razão instrumental e que abrem uma trilha para, por meio do método reconstrutivo, identificar as regras implícitas para a eficácia do entendimento mútuo. A crítica a tal teoria é por seu idealismo e seu déficit sociológico, o que faria com que ela se focasse pouco na intersubjetividade e na desigualdade entre os atores da comunicação, não visualizando aquilo que impossibilita e/ou impede a realização dessas práticas comunicativas.

O fato é que ambas gerações abordaram inicialmente uma possibilidade de eficácia nas relações sociais, e constataram que haviam tendências internas que as prejudicavam, privilegiando como método a dialética entre teoria e pesquisa social. Por isso, levando em conta as inspirações das duas gerações, e se pautando no que foi desenvolvido principalmente na terceira geração por Axel Honneth, busca-se desenvolver aqui um diagnóstico social do presente focado especificamente no contexto brasileiro e das periferias urbanas. E, a partir deste diagnóstico também trabalhar a partir da perspectiva reconstrutiva, evidenciando e identificando a existência de potenciais emancipatórios, que são dialeticamente prejudicados e incentivados por arranjos sociais, econômicos e políticos. Tal como Voirol (2012) aponta, trata-se de conseguir reunir, numa íntima relação, o método reconstrutivo e o diagnóstico do presente. Desenvolver tal diagnóstico significa investigar os arranjos sociais, econômicos e políticos e seus efeitos sobre as relações e ao tecido social. Ao fazer isso, buscamos identificar como esses arranjos operam em relação às práticas emancipatórias. Significa, portanto, fazer uma "cartografia" política, social e econômica do presente no Brasil e das diferentes "forças" sociais partindo dos resultados e relatos do projeto *Memórias e Resistências: a ditadura na quebrada*, no que já havia sido coletado no projeto *Memórias de Heliópolis: raízes e contemporaneidade* e nos achados da pesquisa de pós-doutorado de Soraia Ansara realizada no mesmo território. A partir desse mesmo material, procuram-se identificar as práticas emancipatórias já existentes no território, evidenciando quem são os protagonistas e como elas colaboram para o estabelecimento do reconhecimento recíproco.

Nesse capítulo o foco está em analisar- incluindo teorias e conceitos oriundos do campo da Psicologia Crítica e Política e dados do Atlas da Violência 2018¹¹ - quais são esses arranjos institucionais que prejudicam a práxis emancipatória e incidem diretamente na vida dos jovens das periferias urbanas. E, no próximo capítulo, o foco será nas práxis emancipatórias existentes e criadas, revelando os potenciais da memória política enquanto instrumento de elaboração

¹¹ O Atlas da Violência 2018 foi produzido pelo Ipea e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), eles construíram e analisaram inúmeros indicadores para melhor compreender o processo de acentuada violência no país.

psicossocial que pode re-estabelecer relações de *reconhecimento recíproco* e promover reparações no tecido social.

5.1. As artimanhas do poder do/no Estado

O poder é tolerável somente com a condição de mascarar uma parte importante de si mesmo. Seu êxito está em proporção direta com o que consegue esconder de seus mecanismos (FOUCAULT, 1999, p. 83).

O estudo de conceitos como *poder*, *dominação*, *governo* e *Estado* são centrais em toda pesquisa que busque compreender relações entre os seres humanos e a política. Não nos interessa um aprofundamento na compreensão de cada um deles, afinal isso renderia uma dissertação completa, mas apenas uma articulação para contextualizar porque falo em termos de violências de Estado e como a memória e o reconhecimento irão se articular em relação ao Estado. A *Psicologia Política* foi a base central para estabelecer algumas compreensões sobre o Estado Moderno e o funcionamento das políticas públicas, tal Psicologia tem caráter interdisciplinar e carrega em seu bojo estudos advindos das ciências políticas, do direito, da psicologia social, etc.

Pensar a Psicologia Política é um exercício dinâmico e interdisciplinar por natureza. Não se trata de uma disciplina fechada com teorizações e métodos supostamente originais e próprios. Trata-se, mais, de um campo produzido nas encruzilhadas do conhecimento e que tem como preocupação o olhar para o objeto, para temas de interesse, de modo a focar nos encontros entre as dimensões subjetivas e objetivas dos fenômenos políticos. (SILVA e CÔRREA, 2015, p. 152)

O Príncipe, livro de Maquiavel (1532), é considerado por Le Bon (1985) como uma primeira obra de Psicologia Política, ali o autor estabelece algumas dimensões subjetivas e objetivas que seriam centrais para a arte de governar. É um primeiro tratado sobre o *poder político*, e, nas noções de *virtù* e *fortuna* ou força e astúcia, são dadas as condições para que o bom governante triunfe e exerça seu domínio sobre os povos. Ali já podemos ver uma centralidade na ideia de força e coerção, o que gerou a noção do “maquiavélico”. No entanto, dentro da ciência política há a contextualização da obra em seu tempo histórico e uma valorização desta, por estabelecer, pela primeira vez, a política como uma ciência que tem lógica própria e que pode então ser estudada. A obra é escrita no Renascimento, então não trata diretamente da estrutura do Estado Moderno, mas é importante de ser citada pelo prévio

estabelecimento da força como um fundamento do *poder* e pela abertura desse campo de estudos relacionados ao poder e a política.

Weber dedicou-se ao estudo da sociedade burguesa ocidental, partindo do indivíduo para compreender a ação social. O sociólogo e jurista alemão produziu textos que são chave para a compreensão da formação do Estado Moderno e de suas instituições sociais, culturais e econômicas. A compreensão da ação política e da ação pública pautam-se nos processos envolvidos na formação desse Estado moderno capitalista, a partir de relações de poder entre diferentes atores e instâncias que legitimam a si e as suas decisões por meio de carisma, tradição e principalmente legalidade; sendo essencial destacar a centralidade da racionalidade burocrática, tema muito aprofundado por Weber. Entre dominantes e dominados há então esses três tipos de dominação pura: a tradicional, a carismática e a racional legal (WEBER, 1986). Tal distinção se faz a nível de análise teórica, o que significa que assim divididos, eles são tipos-ideais: quando deslocados para a realidade histórica não são encontrados em seu estado puro, mas misturados ou sobrepostos.

A primeira apresentada é a dominação legal, que tem como seu tipo mais puro, mas não único, a dominação burocrática. A ideia básica é: “qualquer direito pode ser criado e modificado mediante um estatuto sancionado corretamente quanto à forma” (WEBER, 1986, p. 128). A obediência se presta à regra racional, não em virtude de direito próprio da pessoa. A crença está na validade dos regulamentos que estão estabelecidos e, por intermédio de um conjunto de prescrições técnicas e normas, se organizam as relações. A justiça aplica as regras e a administração protege seus interesses tendo como limite essas regras. É característica do Estado Moderno e também presente na empresa capitalista privada. A segunda é a dominação tradicional, cujo tipo mais puro, mas não único, é o domínio patriarcal. Está pautada na crença na santidade das tradições em vigor e na legitimidade dos que são chamados ao poder em virtude do costume. (FREUND, 1970, p. 173). A obediência vem em virtude de uma qualidade própria do senhor que lhe foi dada/herdada por conta da tradição e dos costumes. Domina a fidelidade pessoal do servidor ao privilégio tradicional do soberano e não a disciplina ou o dever. Essa relação se mantém principalmente no interior das famílias, ou nas “células domésticas”: por conta de educação e hábito pode ocorrer a submissão ao domínio do chefe da família. Tal dominação ganha espaço toda vez que ganham força os governos conservadores: valores ligados à dominação patriarcal se tornam referência para as instituições estatais.

Por fim, há o domínio carismático, que está totalmente ligado ao valor pessoal, pautado

na devoção afetiva diante de uma santidade, de um herói, de um profeta ou de um sábio. Nesse caso, quem manda é o líder, e o que está em jogo são suas qualidades excepcionais, ou seja, que ultrapassam tradições ou sua posição instituída. A priori é um tipo que remete à religião e a moralidade.

Essa categorização inicial tem como objetivo evidenciar que o processo de construção do Estado Moderno e a concepção de poder inerente a ele, carregam em seu bojo uma série de artimanhas de controle dos indivíduos. Essas artimanhas são tão mais efetivas, quanto menos são notadas ou quanto menor as condições dos indivíduos de refletir sobre elas. Weber (1986) não tinha uma proposta crítica quando desenvolveu suas teorias sobre o Estado Moderno, seu principal objetivo era simplesmente teoriza-lo, revelando quais foram as condições e qual o ethos capitalista que permitiu a constituição do Estado tal qual ele é. O propósito nessa pesquisa é visualizar como essas artimanhas do poder podem tornar-se visíveis, explicitando como elas incidem na vida dos indivíduos de forma danosa e prejudicam a construção de uma vida digna. Será possível observar nos próximos tópicos que essas análises de Weber para além de ajudarem a compreender estruturalmente o capitalismo, também permitem a análise das fraturas do tecido social. Em tempos de governos autoritários, o Estado amplia e aprofunda esses campos de dominação. Por isso, na conjuntura atual brasileira, torna-se extremamente importante a visualização desses tipos de dominação e legitimação do Estado, já que uma forma de controle da população e de silenciamento é buscar, a todo momento, o reforço dos valores e ideologias que respaldam esses tipos de dominação; a tradição, a moralidade, a religião, o apego às normas, serão argumentos que retornarão sistematicamente como justificativa para a violência do/no Estado.

Durante todo o capítulo, busca-se sempre trabalhar com a ideia de que ao mesmo tempo em que as artimanhas são inerentes ao Estado, portanto DO Estado, elas ocorrem e se atualizam em seu interior, por isso são também artimanhas que serão observadas NO Estado. O mesmo se aplica às violências das quais trataremos agora.

5.2. A violência do/no Estado e as políticas de esquecimento

Segundo Weber (1986), o Estado Moderno se estabelece por meio da introdução de um central e contínuo sistema tributário, pelo monopólio do uso da violência (militar e policial) e pela materialização da estrutura burocrática racional. "O Estado é aquela comunidade humana que, dentro de determinado território – este, o 'território', faz parte de suas características – reclama para si (com êxito) o monopólio da coação física legítima" (WEBER, 1986, p. 98). Ou

seja, se os atributos clássicos do Estado Moderno são a justiça, a força armada e as finanças, fica evidente que o poder está sempre encorado na possibilidade de o Estado usar a violência para controle dos grupos organizados e de se respaldar na justiça e legalidade. Eis um dos comportamentos clássicos de uma das principais instituições estatais. Criada durante o período da ditadura militar no Brasil, a Polícia Militar, como força ostensiva do Estado, usa da violência para coibir e controlar os grupos e indivíduos conforme ordens do governo estadual, ou conforme suas próprias concepções de justiça, sendo pouco ou nada responsabilizadas por seus atos no campo jurídico. E esse uso indiscriminado da violência, resulta em feridas profundas no tecido social. No caso brasileiro, o sangue que escorre continuamente dessas feridas é o sangue de jovens: em sua maioria homens, negros e periféricos. Segundo o Mapa da Juventude da Cidade de São Paulo¹²: “A composição da mortalidade segundo o grupo de causas de óbitos na população jovem de 15 a 29 anos exibe uma forte concentração de mortes relacionadas às causas externas”, ou seja, os jovens das periferias não estão morrendo em virtude de doenças, mas vítimas de ações violentas. Esse mapa revela ainda índices muito expressivos de óbitos pelo que chamam de “morte por homicídios e causas legais”, que diz respeito a todas as ações policiais e militares. O recém-publicado Atlas da Violência 2018, produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, traz dados recentes ainda mais alarmantes sobre a violência no Brasil:

Em 2016, o Brasil alcançou a marca histórica de 62.517 homicídios, segundo informações do Ministério da Saúde (MS). Isso equivale a uma taxa de 30,3 mortes para cada 100 mil habitantes, que corresponde a 30 vezes a taxa da Europa. Apenas nos últimos dez anos, 553 mil pessoas perderam suas vidas devido à violência intencional no Brasil. [...] Quando analisamos a violência letal contra jovens, verificamos, sem surpresa, uma situação ainda mais grave e que se acentuou no último ano: os homicídios respondem por 56,5% da causa de óbito de homens entre 15 a 19 anos. Quando considerados os jovens entre 15 e 29 anos, observamos em 2016 uma taxa de homicídio por 100 mil habitantes de 142,7, ou uma taxa de 280,6, se considerarmos apenas a subpopulação de homens jovens.

No mesmo país que teve conquistas inacreditáveis em termos de combate a mortalidade infantil, passa-se a matar, encarcerar e desaparecer com nossos jovens. O mesmo Estado que conseguiu, por meio de diversas políticas públicas, garantir a sobrevivência das crianças não é

¹² O Mapa da Juventude da Cidade de São Paulo foi solicitado pela Prefeitura Municipal de São Paulo durante a gestão do prefeito Fernando Haddad para traçar o perfil da juventude paulistana nas regiões de São Paulo e pautar as políticas públicas voltadas a esse público. Ele foi realizado em uma parceria entre o Instituto de Economia (IE), o Centro de Estudos Sindicais de Economia do Trabalho (CESIT) e o Núcleo de Estudos de População (NEPO) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). O relatório final foi publicado em dezembro de 2014.

capaz de fornecer condições de vida dignas para a maior parte dos jovens. Em alguns bairros de São Paulo, a condição de vulnerabilidade é visível ao primeiro contato. E, muito após a transição democrática, seguimos vendo agentes do Estado matando milhares de jovens, negros e periféricos e usando como forma de desresponsabilização os chamados autos de resistência:

Homicídio por auto de resistência” é a classificação, nos registros policiais, dada às mortes de civis em confronto com as forças policiais. Essa categorização implica entender que aquela morte teria ocorrido porque o sujeito morto teria entrado em confronto com os policiais e que, assim, os policiais teriam agido em legítima defesa. Trata-se, portanto, da classificação que é aplicada nos Registros de Ocorrência nas Delegacias da Polícia Judiciária, tendo por informantes e testemunhas os próprios policiais que participaram lá do confronto. [...] Em um ambiente onde a omissão do poder público suscita o aparecimento de grupos organizados de traficantes, bem como de milícias, os índices de violência contra a juventude negra atingem o paroxismo. De outro lado, o crescimento da violência policial contra esses jovens também é uma chocante realidade. Situações envolvendo a morte de jovens negros, sobretudo aquelas cujas justificativas da ação policial se apoiam nos chamados autos de resistência.¹³

Sendo o Brasil um desses países repletos de feridas abertas deixadas por seu passado colonial- marcado por uma sociedade escravocrata, patriarcal e racista- e por suas ditaduras- reveladoras do autoritarismo e conservadorismo proeminente nessa mesma sociedade, torna-se urgente discutir e evidenciar que no país se mantém uma política de genocídio da população negra e periférica, acompanhada e respaldada por políticas de esquecimento e apagamento da memória sobre esse passado de violações do Estado (Ansara, 2012).

Galeano (1976) foi um dos primeiros a fazer um movimento interessantíssimo de tecer fios de conexão entre o passado colonial e o presente de diversos locais da América Latina a partir das narrativas colhidas em suas visitas aos países. Ele nos dá pistas sobre como a violência e a desigualdade são parte da memória latino-americana e emergem nas narrativas dos que hoje aí habitam. Não falamos aqui dos excluídos, mas sim daqueles incluídos perversamente por meio da marginalidade. Galeano nos conta, por exemplo, a história de Potosí, na Bolívia, região que durante o ciclo da prata viveu o auge; para poucos, é claro; da riqueza, fornecendo a maior parte dos recursos que possibilitaram o desenvolvimento industrial da Inglaterra. Ele nos transmite a narrativa de uma senhora potosina:

Aquela sociedade potosina, enferma de ostentação e desperdício, só deixou na Bolívia a vaga memória de seus esplendores, as ruínas de seus templos e

¹³ Trecho do Relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) presidida por Lindbergh Farias sobre o Assassinato de Jovens em 2016.

palácios, e oito milhões de cadáveres de índios. **Qualquer diamante incrustado no escudo de um cavalheiro rico valia mais do que um índio podia ganhar em toda sua vida de mitayo**, mas o cavalheiro fugiu com os diamantes. **A Bolívia, hoje um dos países mais pobres do mundo, poderia vangloriar-se – se isso não fosse pateticamente inútil – de ter alimentado a riqueza dos países mais ricos.** Em nossos dias, Potosí é uma pobre cidade da pobre Bolívia: **“A cidade que mais deu ao mundo e a que menos tem”**, como me disse uma velha senhora potosina, envolta num quilométrico xale de lã de alpaca, quando conversamos à frente do pátio andaluz de sua casa de dois séculos. **Esta cidade condenada à nostalgia, atormentada pela miséria e pelo frio, é ainda uma ferida aberta do sistema colonial na América: uma acusação ainda viva** (GALEANO, 1976, p. 51 e 52, grifos nossos).

Quantas outras acusações ainda vivas temos na América Latina? Considero essa imagem extremamente precisa para pensarmos em tantos cenários e realidades brasileiras; são feridas abertas e escancaradas, frutos de uma longa história de exploração e violências nesses territórios. Imagem também precisa para ilustrar a valoração desigual das vidas: milhões de cadáveres de índios em troca da industrialização e desenvolvimento econômico de outros países de maioria branca. No caso do Brasil, milhares de corpos negros também explorados e mutilados em troca da produção de riqueza para uma pequena elite branca da colônia e, principalmente, da metrópole. Essas violações são uma constante na história dos países colonizados e é necessário reconhecer que as heranças desse tempo, na forma das injustiças, não são naturais ou imutáveis:

Tudo nos é proibido, a não ser cruzarmos os braços? A pobreza não está escrita nos astros; o subdesenvolvimento não é fruto de um obscuro desígnio de Deus. As classes dominantes põem as barbas de molho e, ao mesmo tempo anunciam o inferno para todos. De certo modo, a direita tem razão quando se identifica com a tranquilidade e a ordem; é a ordem, de fato, da cotidiana humilhação das majorias, mas ordem em última análise; a tranquilidade que a injustiça continue sendo injusta e a fome faminta (GALEANO, 1976, p.24).

O *subdesenvolvimento*, como condição dos países de *capitalismo dependente*¹⁴, produz

¹⁴ Por meio de um retorno a dialética marxista, Florestan Fernandes esclarece de que forma são articuladas as determinações estruturais do capitalismo brasileiro a partir das particularidades da inserção do país na economia mundial. Em *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento* aponta-se um aspecto de coexistência entre os setores modernos e arcaicos na sociedade brasileira, sendo eles produtos não apenas de limitações internas, mas principalmente de condições externas que exigem que ambos modos de produção e relação se mantenham. “O mercado mundial converte, necessariamente, as economias nacionais dependentes em fontes de captação e multiplicação do excedente econômico. [...] a expansão da economia interna não impede (antes exige, nas condições do capitalismo dependente) que formas arcaicas de produção persistam cronicamente, inclusive depois de serem polarizadas “para dentro”. [...] ordem inerente ao sistema econômico de uma sociedade capitalista dependente nasce no ponto de inflexão de suas vinculações estruturais e dinâmicas com as economias mais avançadas. [...] Assim, o subdesenvolvimento não é um estado produzido e mantido a partir de dentro, mas gerado, condicionado e regulado a partir de fora, por fatores estruturais e de conjuntura do mercado mundial” (FERNANDES, 2015).

uma realidade dura e de pouca mobilidade para a grande maioria da população brasileira. Enquanto uns poucos detêm a imensa parte das riquezas e dos privilégios, a imensa maioria tem que cotidianamente lutar por direitos e justiça.

No caso dos países da América Latina é necessário pensar que, para além das determinações advindas do campo econômico que definem a desigualdade como condição de manutenção do capitalismo, tivemos longos períodos de governos ditatoriais, que culminaram em um número ainda incalculável de mortos e desaparecidos. De 1964 a 1987 tivemos uma ditadura militar no Brasil, que deixou marcas profundas na sociedade brasileira. A legitimidade atribuída a instituições estatais para matar, torturar e fazer desaparecer é uma marca histórica que diversos autores apontam como determinante para a compreensão da fragilidade da transição e construção democrática. Além disso, a transição democrática no Brasil tem traços de acordo orquestrados pela elite, o que permitiu espaços para o estabelecimento da Constituição, mas que teve como tom uma reconciliação extorquida. O processo de Anistia funcionou como uma política de esquecimento, pois, além de garantir a impunidade dos envolvidos, também gerou o silenciamento das vítimas e familiares por diversos anos. Gagnebin (2010) e Gaborit (2011) apontam que seguimos pagando o preço dessa “reconciliação extorquida”, pois o direito ao esquecimento só é real diante da efetivação do direito à memória e a verdade.

Gagnebin aponta como a anistia, desde a época grega era apresentada como um processo de não lembrar para seguir, ou seja, um acordo de reconciliação com o passado para seguir em frente e reestabelecer a paz cívica e a vida comum. Trata-se de um processo de apaziguamento, de pacificação da história, tal como esse trazido por Galeano em relação a todo o passado da colonização latino-americana. A memória oficial é institucionalizada e o passar do tempo lhe dá a aparência de verdade:

a história oficial, com o peso que lhe confere o uso do poder e o sequestro ao qual este submete o imaginário social, indica que fatos transcorreram, quem atuou, com que motivações e como devem ocorrer as coisas no futuro, em virtude das justificativas apresentadas para o consumo popular. (...) Mais ainda, busca desvirtuar ou aniquilar esses interesses mediante dois processos inter-relacionados: o esquecimento e a suspeita (GABORIT, 201, p. 259).

Rita Sipahi,¹⁵ anistiada política, foi entrevistada durante o projeto e participou de alguns

¹⁵ **Rita Sipahi** é ex-militante da Ação Popular (AP) e do Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT). Atualmente é advogada de presos políticos e conselheira da Comissão de Anistia, do Ministério da Justiça. Rita foi presa em 1971 e passou

encontros, tais como a conversa pública realizada em 31 de março de 2017. Durante tal evento ressaltou: “não fomos nós que esquecemos o que aconteceu, tinha uma política de esquecimento”, “por essa política, professor não fala não é só porque ele não quer, ele não conhece”. Seguiu afirmando que não há incentivos para que se fale sobre os reais acontecimentos da ditadura no interior dos espaços educativos. Deu como exemplo que quando chegou em São Paulo após o período ditatorial, “ninguém sabia o que tinha acontecido em Recife poucos meses antes”. Ela se referia a história que contara para os jovens durante a entrevista sobre os dias anteriores ao golpe, em que prenderam o governador de Pernambuco no interior do palácio do governo em Recife, e o arrastaram nas ruas, afirmando que ele era um “comunista” e que tal ação deveria “servir de exemplo”. Enfatizou que “construíram uma cena de terror naquela cidade” e, essa mesma cena foi esquecida e apagada da história oficial. Sua intenção com essas falas era indicar que o esquecimento é causado intencionalmente pelo Estado e suas instituições. Isso vai ao encontro de diversas falas dos jovens em relação a ausência de informações sobre a ditadura em seus espaços de aprendizagem. Gerava indignação e surpresa o fato de não terem ouvido falar de nada do que descobriram nas entrevistas e em outros livros indicados para leitura: muitos deles haviam estudado a ditadura como revolução de 1964, outros apenas tinham visto a ditadura como números distantes.

Cuca, outra militante da memória da Ditadura, também esteve presente na conversa pública, e fez uma fala curta e intensa. Falou sobre a prisão dos companheiros de luta, evento no qual a irmã dela foi presa, e que ela conseguiu fugir. Comentou, emocionada, que só conseguira falar com a irmã sobre a prisão e a tortura há dois anos atrás e, por meio disso, comentou sobre o poder do silêncio: “o silêncio tem um poder imenso, que causa uma opressão muito grande”. Comentou que existiam vários níveis de silêncio, que ele podia ser de trauma ou de escolha. Isso é muito interessante, pois evidencia que o silêncio e o esquecimento podem ser um direito, tal qual o Estado muitas vezes afirma. No entanto, ele só se torna direito diante da possibilidade de poder falar, ou seja, no momento em que silenciar se torna escolha. As políticas de esquecimento movem o silêncio, tal qual aponta Cuca, para o campo do trauma: não se fala porque é insuportável e não se deve falar sobre. Ela, ainda na conversa-pública, disse que era importante que os jovens e lideranças comunitárias também pudessem falar sobre a opressão que estavam vivendo agora, para quebrar o silêncio. Relembrou naquele momento

11 meses no Presídio Tiradentes, onde conheceu seu marido, o também militante Alípio Freire. Lá, esteve presa na “torre das donzelas”, junto com Dilma Rousseff.

o evento com representantes dos países da América do Sul que passaram por Ditaduras, no qual compareceu junto com Rita representando as vítimas e famílias brasileiras. Nesse evento, a representante da Colômbia, chocada por tudo o que ouvira dos outros presentes, principalmente brasileiros, pediu enfaticamente “Falem! Falem sempre!”. A ênfase dada por Cuca estava na importância da fala e compartilhamento sistemático de tais memórias, que é oposta a ideia de pacificação da memória, ou de um “esquecer” para seguir em frente, característico da anistia brasileira. Tanto ela quanto Rita Sipahi ressaltam que o esquecimento que sustenta a impunidade no Brasil atual. Rita Sipahi afirmou na conversa que os “torturadores de hoje não são identificados porque os de ontem não foram”, e que o esquecimento visava, acima de tudo, a impunidade. Essa reverberação do passado no presente foi apontada pelos jovens ainda nas primeiras reuniões, por meio de uma pergunta muito interessante: o que essa impunidade na ditadura tem a ver com a imunidade parlamentar? A ponte é extremamente coerente, já que ser parte do Estado garante lugares privilegiados no Brasil, lugares de impunidade e de relativização da tortura e violência. Assim, para

além da obrigatória reparação econômica e moral para as vítimas, incluindo o acesso irrestrito aos mecanismos legais pertinentes na procuradoria de justiça, os Estados têm a obrigação de reparar o tecido social rasgado por sua cumplicidade e autoria de crimes atrozes e de lesa humanidade. Não convém esquecer a resistência que demonstram os Estados para com essa obrigação e as ações planejadas que os mesmos querem, com base na impunidade, dotar de moralidade e tornar aceitável o inaceitável (GABORIT, 2011, p. 250).

A ruptura do tecido social tem relação com as marcas e persistências desses comportamentos por parte do Estado. Com relação às pontes entre passado e presente, Rita Sipahi também trouxe outra fala impactante na conversa pública: “o sofrimento pela perseguição política atravessa gerações”. Disse isso lembrando também dos familiares das vítimas políticas da época e tomando como exemplo sua filha, Camila Sipahi, que também estava presente no evento. Tal como colocado por Gaborit anteriormente, existem dois processos que atuam de modo inter-relacionado na construção de uma história oficial: o esquecimento e a suspeita. As vítimas e familiares são colocados também em um lugar de suspeita, diante da intenção de esquecimento. Tais mecanismos atravessam contextos ditatoriais, operando de modo semelhante nos crimes de Estado pós 1985. Ou seja, violência de Estado perpetuada contra a juventude periférica também se sustenta por essa construção da suspeita e do esquecimento. Famílias passam anos às voltas com o significativo “o bandido”, esse que justificaria a violência e o assassinato. Ainda como nos aponta Caldeira (2000), a

sociedade brasileira com sua legitimação da vingança e do punitivismo, criou o slogan “bandido bom é bandido morto”, que sustenta essa mesma suspeita, pois na lógica, em caso de serem eles de fato bandidos, a morte seria justificada. São processos ideológicos sobrepostos, um primeiro de instaurar a suspeita e deslegitimar o discurso e os laços que haviam de confiança no interior da família e dessa com a sociedade, e outra que sustenta que, já que o sistema judicial tem falhas, pode-se fazer “justiça com as próprias mãos”. A crueldade é indescritível, pois instaura a desconfiança de não conhecerem aqueles com quem conviviam cotidianamente em suas casas. Trata-se de um mecanismo perverso que rompe processos de solidariedade e cria processos de isolamento nas vítimas. Essa mesma suspeita incide sobre toda a família, rompendo até mesmo o reconhecimento da vítima como alguém conhecido ou merecedor da estima familiar. A dureza com que a política trata as famílias e o lugar que as colocam aprofunda esse processo de estilhaçamento e rompimento. Ao mesmo tempo em que surge revolta em relação ao tratamento recebido pela polícia, também se sustenta a suspeita no interior do discurso. Assim é representado em uma das falas das mães dos jovens atendidos pelo serviço de medidas educativas em Heliópolis trazido no relatório de pós-doutorado de Ansara (2014):

(...) o caso do meu filho, **eu não fui atendida na delegacia como um ser humano, como uma pessoa honesta. Porque o meu filho errou eu sou tratada como ele foi tratado, é o que eles falam, seu filho é bandido, você é mãe de bandido.** Eu acho que isso não é coisa pra eles chegar e falar. Eu como mãe eu não vou falar pro meu filho roubar, eu ensino o que é certo, o que é direito que é com honestidade, é trabalhando que a gente consegue as coisas da gente, tem que ter paciência! Meu marido começou a trabalhar desde os 10 anos de idade. Quando ele veio conseguir comprar um carro pra ele, foi há seis anos atrás. Ele não teve paciência, pra comprar, pra trabalhar, pra juntar o dinheiro, dá uma entrada, ficar pagando prestação? Porque que hoje os filhos da gente querem só andar com roupa de marca, com tênis de marca e não tem paciência de esperar pra trabalhar, pra poder comprar, porque a gente que é pai e mãe não pode. Se você tem dois, três filhos você não pode comprar um tênis de marca, porque pra você comprar pra um, você tem que comprar pro outro, então eles têm que ter paciência e querer aquilo que a gente que é pai e mãe pode dar. Mas, eles escutam o que a gente fala? Não escuta. Eles vão atrás dos amigos, quer vestir a roupa que o amigo lá tá vestindo, não importa a maneira que tá conseguindo aquela roupa. Aí a gente chega na delegacia e a gente é tratada como lixo! (...) Do jeito que ela falou pra mim parece que foi, assim que eu entendi, né. Não tem educação pra falar com a gente, não respeita, fala cada coisa assim que você fica, Nossa!. E a gente tem que ficar calado, esperar a boa vontade deles. Nossa! Eu fui perguntar pra, acho que era carcereira, uma senhora que tava lá, sei lá o que ela é, o que é que tinha acontecido, **ela mandou eu calar a boca porque ela não fala com família de ladrão.** Como seu eu fosse também (M3) (ANSARA, 2014, p. 54, grifos nossos).

Com o estigma do bandido e da família de bandido se justifica o tratamento desumano nas delegacias. Esse poder é instituído a partir do silenciamento dessas famílias, como destacado no trecho: a polícia não deixa eles falarem. Esse silenciamento repercute indefinidamente, pois faz com que os familiares não se sintam possuidores do direito à palavra e à memória. A repetição dessas experiências solidifica o que diagnosticamos aqui como rompimento do tecido social por perpetuações da violência e da suspeita.

5.3. A persistência das marcas ditatoriais e o racismo

O único lugar que tem para a juventude é a FEBEM?

(pergunta feita por Maria durante reunião do projeto em 2016)

Uma das descobertas com as entrevistas realizadas dentro do projeto *Memórias e Resistências: a ditadura da quebrada* foi que, para muitos dos moradores antigos da comunidade de Heliópolis, a transição entre ditadura e democracia não foi tão claramente sentida. Durante o cine-debate organizado pelos jovens no início de março de 2017, eles perguntaram se todos os presentes conheciam a Ditadura, se sabiam o que foi. A descrição feita por eles para os presentes foi que a Ditadura foi quando os militares tomaram o poder do Estado, e decidiam como o povo deveria viver. Para manter isso, eles matavam, prendiam, torturavam, reprimiam, exilavam. “Se você fizesse algo que eles achassem errado, eles faziam o que queriam de vocês”. Emendaram que antes do projeto o grupo não sabia o que tinha sido a Ditadura, nem imaginavam que tinha existido, e que o trabalho do grupo era exatamente resgatar essa memória com quem tinha trabalhado e vivido na época da Ditadura em Heliópolis. Comentaram sobre as entrevistas que já tinham feito, em uma das quais a entrevistada, moradora antiga de Heliópolis, parecia não saber que tinha vivido na Ditadura, e dizia que os militares quase não vinham para o território, e só vinham para derrubar os barracos das moradias. Explicaram brevemente que o movimento de moradia era muito forte ali na época. Que até hoje eles tiram as pessoas dos lugares onde elas moram para fazerem coisas de luxo, e que esse era o plano para Heliópolis, desapropriar “pros nobres, ou só pra deixar lá de enfeite”.

Na discussão ainda surgiu a questão, suscitada pelos jovens, de como resgatar a memória era uma forma de resistência e que fazer essa ponte entre passado e presente, por meio da Violência de Estado (tema do projeto) era uma forma de desnaturalizar esses acontecimentos. Que na periferia hoje em dia, as lutas por direitos continuavam muito parecidas às daquela época, e que com os ataques feitos pelos governos as pessoas tinham medo de perder o que já

tinham conquistado. Levantaram, por fim, uma discussão que já havia sido feita no grupo, sobre a desigualdade do levantamento e tratamento das memórias e ressaltaram que era uma das tarefas do grupo equilibrar isso.

Durante a realização das entrevistas e de pesquisa, começou a se delinear a conclusão de que há essa sensação de continuidade da ditadura no território de Heliópolis por conta, principalmente, do cotidiano de violações que seguiu após 1985. Ainda no final da década de noventa, Heliópolis era um dos territórios mais violentos da cidade, ainda se lutava por moradia, educação e condições básicas de vida.

A impunidade dos agentes do Estado quando atuam sobre os corpos, violando-os de diversas maneiras – desde revistas, agressões, até assassinatos, extermínios e desaparecimentos- é uma realidade ainda presente. Os períodos ditatoriais com certeza caracterizam tempos em que a violação dos corpos toma outras formas – tornando a tortura como meio legítimo de ação do Estado-, mas principalmente são tempos em que todas as classes estão sujeitas a tal violência. Mas o que dizer daqueles que sofrem com a cotidiana violência através dos períodos coloniais, ditatoriais e democráticos? Aqueles que sequer podem conceber a ideia de justiça, porque não legitimaram seu sentimento de injustiça perante as ações do Estado? A pesquisa em Heliópolis, apoiada nos dados sobre Violência já apresentados, nos revelam que nos territórios periféricos do Brasil se morre mais do que em outros países em guerra. A violência e a violação são cotidianas e não cessam após a transição democrática.

Embora a violação dos direitos humanos seja comum no mundo contemporâneo, **opor-se aos direitos humanos e concebê-los como algo ruim, mesmo reprovável, no contexto de uma democracia política é algo único. Entender como isso foi possível e como os direitos humanos foram transformados de direitos legítimos em “privilégios de bandidos” é entender vários elementos da cultura e da vida política brasileira.** [...] Direitos humanos são cultural e politicamente interpretados e modificados, como os direitos civis em geral- depende de como o conceito é articulado politicamente em contextos específicos. **Não houve esse estigma quando eram os presos políticos da classe média e no início da abertura política.** Atenção aos direitos de presos comuns não era incluída nas exigências, apesar de a violação a seus direitos ser rotineira. Direitos humanos são contestados quando associados a presos não políticos (CALDEIRA, 2000, p. 344).

Conforme lemos em Caldeira, outra questão passível de problematização é a ideia de existirem presos políticos e comuns. Essa diferenciação se integra ao questionamento sobre o alcance das políticas de memória voltadas apenas à ditadura civil-militar. Quando tentamos executar a busca pelos afetados junto aos jovens, essas linhas históricas deixavam de fazer sentido. Basta levantar o contexto da conversa pública: se todas as violências que foram ali

narradas advêm do Estado, por que algumas estavam incorporadas e legitimadas por políticas de memória e outras não? No projeto tal qual concebido pela Comissão de Anistia só podíamos pensar em encaminhamentos para atendimento em grupo ou individual para os afetados e familiares que descrevessem haver sofrido violências no período entre 1964-1988. Nós precisávamos forçar o encaixe da realidade na política pública e não o contrário. Diante de alguns corpos, que são considerados desviantes, exerce-se uma violência indiscriminada. São técnicas de extermínio aplicadas contra aqueles que mais sofrem com outras formas de exclusão por parte do Estado:

Principais vítimas da violência urbana, alvos prediletos dos homicidas e dos excessos policiais, os jovens negros lideram o ranking dos que vivem em famílias consideradas pobres e dos que recebem os salários mais baixos do mercado. Eles encabeçam, também, a lista dos desempregados, dos analfabetos, dos que abandonam a escola antes de tempo e dos que têm maior defasagem escolar (BEGHIN, BENTO, 2005, p. 194).

O Atlas da Violência também confirma a prevalência da violência contra os negros:

Outra questão que já abordamos em outras edições do Atlas da Violência é a desigualdade das mortes violentas por raça/cor, que veio se acentuando nos últimos dez anos, quando a taxa de homicídios de indivíduos não negros diminuiu 6,8%, ao passo que a taxa de vitimização da população negra aumentou 23,1%. Assim, em 2016, enquanto se observou uma taxa de homicídio para a população negra de 40,2, o mesmo indicador para o resto da população foi de 16, o que implica dizer que 71,5% das pessoas que são assassinadas a cada ano no país são pretas ou pardas.

Durante todo o projeto, diversos relatos sobre experiências de violência com o Estado foram emergindo e coincidiam com essa perspectiva de uma maior incidência de violações contra os negros. É interessante destacar que desde o primeiro encontro realizado uma das hipóteses que tínhamos se confirmava: quando falávamos sobre o período da ditadura e a violência de Estado, a tortura, a censura, os jovens automaticamente relacionavam à violência da polícia no presente e, por fim, a violência dentro das escolas. E evidenciava-se que alguns tipos de violações eram tão recorrentes que ganhavam naturalidade, ou seja, depois de certo tempo algumas das experiências de violência passam a ser tratadas como parte da vida. Lucas conta sobre um dos espaços em que acontece semanalmente o baile funk:

No wifi é o inferno, tem tropa de choque, bala de borracha. Primeira vez que fui nem consegui dormir. Eles preferem chegar e dar tiro.
(informação verbal de reunião do grupo durante o segundo semestre de 2016)

Ou seja, no espaço das ruas em que se vive o lazer semanal dos jovens da comunidade

e de fora, a ação recorrente é de violência extrema. E isso ocorre semanalmente, como foi reforçado pela maior parte dos jovens. Luis contou que viveu uma abordagem policial junto a um amigo apenas por estar escutando funk nas ruas de Heliópolis. Ressalto um dos relatos feitos por ele logo no início do projeto. Luis é um jovem negro e foi o que mais trouxe relatos sobre abordagens policiais. Falando sobre a primeira experiência de ser enquadrado¹⁶ pela polícia, ele ri contando sobre o chute que o policial deu entre as suas pernas:

Meu primeiro enquadro, eu ainda não tava acostumado. Eu aprendi depois. Chutou as duas, quase abri um espacate (ri). Sim, Sr. Não, Sr. Tinha sangue nos olhos, disse que ia me ensinar a posição certa.
(informação verbal de reunião do grupo durante o segundo semestre de 2016)

E então há um aprendizado envolvido, uma adaptação necessária do jovem a essa realidade. Um aspecto recorrente que permeia os discursos é que a adaptação deve vir da parte do jovem periférico, não há, inicialmente, esperança ou mesmo dúvida sobre a coerência da ação policial. A brutalidade passa a não gerar mais surpresa ou espanto, a risada toma um aspecto de defesa diante de experiências sobre as quais se vê pouca margem para transformação. Esse mesmo jovem, já nos primeiros encontros relatou um episódio em que foi abordado por policiais durante o trabalho de um técnico de telefones em sua casa, no qual os policiais o revistaram violentamente buscando alguma droga. Quando o técnico, que estava em serviço, disse que tinha drogas em seu carro, os policiais tentaram implantar mais drogas – que traziam consigo – na cena, para levar ao jovem e ao técnico presos por tráfico. Por interferência da irmã e da mãe do rapaz, a prisão injusta não aconteceu. Durante a conversa-pública ele decidiu narrar essa mesma história para o coletivo e finalizou vinculando a violência sofrida com a cor de sua pele, já que era negro, e afirmando que essa violência recai massivamente sobre a população negra e jovem. Considera-se que tal colocação teve uma relação intensa com a oficina feita com os jovens sobre racismo. A partir de uma dinâmica que consistia na formação de duas filas, uma em frente a outra. Eram feitas perguntas sobre situações de preconceito que tivessem vivido ou feito contra alguém, e em caso de resposta afirmativa diante dessas situações, os participantes deviam dar um passo a frente. As questões envolviam aspectos emocionais, comportamentais, perguntavam sobre pessoas presentes na situação e o local onde ocorria, entre outros. O objetivo da dinâmica era conscientizar sobre o peso emocional que traziam as constantes e cotidianas agressões. Quando todos voltaram aos seus lugares, iniciou-se uma conversa sobre a construção do racismo e a violência envolvida no fenômeno. A coordenadora, também negra, tratou sobre

¹⁶ Enquadro é o nome que se dá a abordagem e revista policial.

a questão histórica da escravidão, o sequestro de povos africanos, da posse de pessoas escravizadas, da violência envolvida na relação entre senhor e escravo. Seguiu falando sobre a questão da intersecção entre violência racial e de gênero, da questão da miscigenação nascida de estupros de senhores contra suas escravas, do papel hipersexualizado da mulher negra, e do histórico da obrigação da realização das tarefas domésticas por essas mulheres (o que culminou, após o fim do regime de escravidão, na imagem de empregadas domésticas predominantemente como mulheres negras). Foi tratada a não reinserção dos negros na sociedade e no mercado de trabalho, o que culminou na pobreza e marginalização desse povo. Destacou-se a questão de preconceito e estereótipo com relação à população negra, usando como exemplo de imagem as roupas. O exemplo trazido e amplamente discutido foi sobre a presença e circulação de jovens negras em um bairro de elite que possui uma cara faculdade privada. Apontou-se caso os moradores vissem meninas brancas de saia curta/short e regata, associariam que ela poderia estar indo à ou voltando da faculdade, já se fossem garotas negras, poderiam afirmar que estavam saindo da casa em que trabalhavam, voltando de festas ou se prostituindo. Os jovens fizeram muitas pontes com as meninas que vão ao funk no Heliópolis. De modo geral discutiu-se o estigma social da juventude negra: no caso dos homens negros os jovens afirmaram que eram automaticamente ligados a bandidos, já as mulheres eram geralmente ligadas a empregadas, prostitutas, ou "mulheres de bandido". Diversas vezes durante a conversa se relataram eventos de perseguição de seguranças de estabelecimentos a pessoas negras e a enorme incidência do encarceramento de jovens negros e periféricos, inclusive de membros das famílias deles. O primo de uma das jovens havia sido assassinado na porta de sua casa, tomando mais de 20 tiros da polícia, ela afirmou que assim como ela, ele era negro.

Fica evidente que mesmo Heliópolis tendo recebido diversas políticas públicas por parte do poder público nos últimos anos, as questões referentes ao assassinato de jovens e adolescentes e ao tráfico de drogas segue fazendo parte do cotidiano. Soraia Ansara encontrou essas mesmas evidências na pesquisa feita durante o pós-doutorado, focada nas mães dos jovens em medidas socioeducativas da região. As marcas ditatoriais se mantêm principalmente em relação a manutenção da formação e comportamento da Polícia Militar:

Ainda hoje, a polícia se utiliza de práticas violentas contra a população, agindo com preconceito contra negros e pobres, quase sempre considerados "suspeitos". Em nome do "combate ao crime organizado" a polícia viola os direitos individuais dos pobres invadindo a intimidade de milhares de pessoas com uma covardia assombrosa. (...) Embora exista a liberdade de manifestar-se publicamente, é comum a utilização da repressão policial para conter greves e manifestações, despejar famílias, por meio dos batalhões de choque contra a população civil. Essa violência bruta, típica da ação policial, é um atentado

contra a democracia e fundamentalmente contra os direitos humanos (ANSARA, 2014, p. 29 apud ANSARA, 2014, p. 383-384).

5.4. Rupturas do tecido social e do reconhecimento recíproco

Trabalhamos fundamentalmente com as memórias dos jovens, lideranças dos movimentos sociais e anistiados políticos do período ditatorial. Todos eles, quando relatavam experiências de violência que podiam ser do campo individual, acabavam revelando as reverberações coletivas. Ou seja, as experiências de violência do/no Estado atingem o tecido social e incidem em rupturas que sobrepõe o indivíduo, rompendo relações de reconhecimento recíproco. A violência inibe a possibilidade de argumentação e negociação, ela recai sobre os grupos de modo que a principal marca é a ruptura e a destruição:

Desde as discussões propostas por Hannah Arendt (1985) que caracteriza a violência como um instrumento e não como um fim, os autores não deixam de compreender a violência como o não reconhecimento do outro, a anulação ou a cisão do outro (Adorno, 1993 e 1995; Oliveira, 1995; Paixão, 1991; Tavares dos Santos et al., 1998; Zaluar, 1994). (...) A complexidade que envolve o tema da violência no cotidiano surge justamente por entendermos que o indivíduo, ao se constituir por meio das relações com os outros, constrói seus significados, seus valores e conceitos, sendo que essas relações se dão em contextos sociais, históricos e culturais que também vão se transformando e se constituindo a partir de um processo de construção da civilidade (Elias, 1994). (ANSARA, 2014, p. 39)

No último encontro com Lucas, em que se realizou a avaliação do projeto, o jovem retomou lembranças sobre sua infância em Heliópolis e, a partir da memória de um campo de futebol, narrou sobre o assassinato de um amigo próximo:

Beatriz: Sua lembrança mais marcante é em relação a esse campo?

Lucas: **É... é onde eu mais ia. Ainda mais com um vizinho meu que ele morreu, né? Primeiro treino de futebol que ele me levou foi nesse campo, né? As minhas lembranças dele, na maioria, é nesse campo, então, porque ele sempre me levava. Foi o mesmo que me levou o primeiro dia na escola, da primeira série, do primeiro dia de manhã...** Que ele ainda me fez entrar na sala errada, lá no Zerbini. Aí ele sempre me levava, e o sonho dele era ser jogador de futebol profissional. Aí ele morreu, foi em 2000... 2010 que ele morreu. **Ele cometeu um furto, foi roubar, aí ele foi roubar contra um policial. Aí tipo o policial atirou duas vezes, uma acertou na cabeça e a outra no coração. Aí levaram ele pro hospital e tudo, quando levaram ele pro hospital ele ainda tava vivo. Mas assim o médico lá falou que ele morreu, assim que a bala entrou no cérebro dele, aí partiu. Aí foi bem... tipo, ele**

**morreu e em 3 meses o campo foi destruído todinho, colocaram uns tapumes enormes e começaram a construir o hospital.
[...]**

Lucas, por exemplo, se pergunta se essa ação poderia mesmo se enquadrar como violência de Estado, afinal, no relato dado pela polícia, é o amigo que incita o ato violento:

Lucas: Aí tipo eu contei, mas pra mim, não foi tipo governo matou ele, porque ele tava fazendo alguma coisa. Pra mim ele tipo foi uma reação, o policial atirou nele porque ele foi tentar roubar ele. Tipo é o que o policial foi treinado. Não que eu não pense assim, né? As vezes o policial também não precisava ter reagido, se o policial deixasse ele assaltar, ele poderia tá aqui hoje. Ele poderia ter assaltado o policial, o policial poderia ter deixado ele roubar, mas quem disse que mais pra frente ele não poderia roubar outro policial e outro policial poderia reagir? Ele poderia ter morrido do mesmo jeito, tipo é a ordem, né?

Mas, em seguida ele mesmo repensa o que havia falado:

Lucas: Até me lembro que eu falei pra Anita, que eu só vim, que esse caso do Nando foi o que me marcou mais, porque através do projeto, eu fiquei sabendo dos fatos. Porque pra mim um policial, uma pessoa matou ele, porque ele fez merda. Depois eu fiquei sabendo, que o policial reagiu porque ele foi treinado de uma maneira totalmente errada, pra reagir a qualquer coisa, botando a vida dele em risco e a vida do próximo.
(informações verbais da conversa de avaliação realizada em junho de 2018)

Ideologicamente se produz uma legitimação dos assassinatos cometidos pela polícia, que se consolida por meio das barreiras constituídas para o acesso às informações. Apesar de não ter havido um contato direto com a família durante o projeto, pelo que Lucas transmitiu, nunca houve um esclarecimento da polícia sobre o que aconteceu no dia, qual foi a situação exata em que Nando foi assassinado. Faço uma ponte com um dos diálogos registrados por Ansara ocorrido entre o grupo de mães dos jovens de medida socioeducativa de Heliópolis, em relação a uma situação específica de violência policial:

M6- Essa história contaram errado. Disseram que ele saiu com as mãos pra cima e o policial atirou nele na porta do carro. O carro tava parado. Ele abriu pra entrar, e tava ele e mais outro. Ele não fugiu. Ergueu a mão. Na porta da Igreja mataram esse menino.
S- Ele já tinha respondido à abordagem.
M.. E era um menino tão bom, mas andava com gente errada.
M- Mas ele não roubou o carro.
M6- O policial já tava de campanha. Tava esperando a pessoa que ia pegar o carro.
M4- quase tudo, tá tendo muito assassinato no bairro. Ele ergueu a mão e o policial atirou nele.
M6- Teve uma senhora que gravou, tirou foto.

M3- Isso mesmo, tá na internet essas imagens.
(ANSARA, 2014, p. 57)

E essa ausência de informações, combinada a essa suspeita, reverberam e provocam o rompimento de muitas relações de confiança e reconhecimento. A família toda adocece, a família toda sofre os efeitos dessa morte:

Lucas: Porque as vezes até... eu sei que a mãe dele, a mãe dele ainda fica triste, porque ela sabe que dois filhos dela tão vencendo na vida e o mais velho dela não tá, porque ele tá morto. Tipo bem pesado isso. O sonho dele e do irmão do meio, que é o Boião era ser jogador profissional. O Boião era goleiro contratado de São Caetano, do clube de São Caetano oficial. Ele viajava por São Paulo e o Nando era contratado pelo Atlético. A única coisa que eu não entendo, é que ele tinha um futuro em que ele poderia ser jogador de futebol, aí eu não entendo como ele trocou isso por uma arma. Até eu não entendo, eu sei que depois que ele morreu, o Boião ficou muito abalado, porque os dois iam treinar e fazer tudo junto. E o Boião, se eu não me engano, a mãe dele disse que ele teve crise de depressão, ele engordou bastante, ele perdeu o foco, perdeu o físico e parou de jogar bola. Foi depois de um tempo, o Gabriel também começou a usar drogas, roubar e foi preso. Se eu não me engano ele foi preso 3 vezes.

(informações verbais da conversa de avaliação realizada em junho de 2018)

No caso de Lucas, assim como outros jovens, o processo de esquecimento das histórias de violência é tido como uma condição para seguir com a vida. Toda a família de Nando vive experiências de sofrimento e transformação da vida que, nesse momento de entrevista, Lucas relaciona à morte de Nando. Esquecer e não falar mais no interior da família sobre a figura do amigo, do irmão, do primo e do filho, não significava que as pessoas não estivessem experimentando os desdobramentos daquela morte. E Lucas, mesmo ouvindo relatos dentro do grupo do projeto sobre violações e mortes, ainda não sentia que aquilo deveria ser compartilhado, ou que se tratava de uma história de injustiça. Me dizia que era diferente da história de Luis, pois Nando não sofreu racismo. Foi interessante que, no processo de retorno a essa história e na necessidade de falar do amigo, também houve um processo de reconhecimento da importância desse amigo na sua história e na vida de outros:

Lucas: Tipo do Nando é mais forte, mais pesado pra mim. A primeira vez que eu contei ele, foi no projeto da Cartografia, foi pra... Tipo que eu contei aberto pra alguém, até então só ficava entre eu, meu irmão e o irmão dele e quem viveu com ele. Aí é difícil. Hoje em dia não é mais, porque a gente fala bastante disso. Se alguém me perguntar, eu conheço sim uma... Porque o Nando me marcou muito, a lembrança forte foi ele ter me levado jogar bola pela primeira vez, ele ter me levado pra escola a primeira vez, no primeiro dia de aula, tipo na primeira série. Foi ele ter ido me buscar também. Foi ele ter me colocado na sala errada, quando minha sala era uma, ele trocou meu nome. Ele, foi basicamente... O pessoal falava que eu era o xodó dele, pra onde ele

ia, ele sempre queria levar alguém e eu sempre me oferecia pra ir. Porque ninguém gostava de sair com ele, porque o pessoal dizia que ele brigava. Eu dizia: ele briga com vocês, porque vocês são trouxa, comigo ele não brigava não. Acho que eu respeitava bastante, eu admirava ele, né? Cara, pra mim ele era o meu irmão mais velho, mesmo eu tendo uma irmã mais velha. De menino assim, ele era meu irmão mais velho.

(informações verbais da conversa de avaliação realizada em junho de 2018)

Ele relembra da primeira vez que foi a escola, guiado por esse amigo. De diversos lugares no bairro que ganharam significado a partir da experiência conjunta com ele. O espaço se forma a partir de relações intersubjetivas, por isso, logo que perguntei sobre a sua história em Heliópolis, veio justamente a história dele na relação com Nando. É interessantíssimo reparar que a principal marca da infância é o campo de futebol, e, em sua memória esse campo é destruído exatamente depois de três meses do assassinato. A construção e a desconstrução do espaço se misturam com as relações de reconhecimento que são vividas nele. O que foi de fato destruído? O que se rompe quando um assassinato brutal é cometido e não há nenhuma perspectiva de justiça?

Inversamente, a memória desses eventos coletivos, da ótica das vítimas, tem como primeira finalidade fundamentar o direito à verdade, já que a falsidade destrói qualquer tipo de identidade, assim como a integridade moral e cultural das comunidades. A reparação social que emana do direito fundamental à verdade busca reconstruir as relações grupais e interpessoais prejudicadas pela mentira oficial, que orquestra o silenciamento das vozes das vítimas e do sistema jurídico que deveria ampará-las, ao mesmo tempo em que contribui para a reconstrução de um tecido social pervertido pela afirmação oficial de “perdão e esquecimento” ou a argumentação sobre a devida obediência. (GABORIT, 2011, p. 250)

O sistema jurídico não é capaz de amparar nessas situações e, tal como aponta Gaborit o tecido social é pervertido pela falsidade, e a integridade moral fica prejudicada. Nesse mesmo movimento de retorno que Lucas faz em relação às suas histórias com o amigo, aspectos morais binários foram questionados. Ele precisou, no passado, se convencer de que caso Nando não houvesse tentado assaltar um policial, não teria morrido. A culpa da morte está em Nando- a ausência de detalhes, o silenciamento posterior, a maneira como chegaram as notícias- a possibilidade de dúvida não estava aberta ou acessível. Era como se essa explicação fornecesse um fechamento para a história, exigindo que a dor não se tornasse revolta, e ficasse, portanto, no campo do esquecimento. Mas, quando ele se sente reconhecido dentro de um grupo, com laços pautados na solidariedade, a história volta e vira central na entrevista, a memória é daqueles com quem ele também estabeleceu um vínculo de solidariedade, mas que foram levados muito cedo. Agora há campo para a dúvida, para os questionamentos, um lugar novo

para toda a sua própria narrativa e memória. Talvez ele não merecesse, talvez ele não precisasse morrer, talvez não fosse só bandido, talvez não importe tudo isso, porque de fato, nós precisamos lembrar dele. No direito à verdade está a possibilidade de reconstruir relações reconhecimento grupais e interpessoais que são prejudicadas pela mentira e pelo esquecimento. Uma das falas finais carrega em si uma dimensão do afeto extremamente importante, Lucas conta de uma série de jovens que crescem juntos, permeados por relações de vizinhança e proximidade. No entanto, a morte e a violência emergem em cena e rompem com essas relações, instaurando separação e desagregação:

Lucas: Já o Nando, ele morreu, ele não volta, a única coisa dele que temos é foto e memória. Aí você me perguntou se eu fiquei sabendo depois de outros casos? Muitos, tem o Nando, o Francisco, tem o Roberto, tem um monte de gente. Do Heliópolis que moraram tudo na mesma rua que eu. Porque quando eu era pequeno. Eu ia falar quando eu era baixinho (risos), eu ficava mais na rua, sabe quando a rua era unida? Todo mundo cresceu com todo mundo, jogava bola com todo mundo, essa era a minha rua. Aí tipo, o filho da Anita morreu, o filho da Giuvania que é o Nando, morreu. O filho da tia Rita morreu. Tipo era cada um assim. E uma coisa que eu percebi que, isso aconteceu umas três ou quatro vezes. O Roberto morreu, a mãe dele se mudou. O Binho morreu, a mãe dele se mudou. O Francisco morreu, a mãe dele se mudou. Hoje em dia eu penso assim, será que elas tão botando a culpa deles morar em Heliópolis pra eles terem morrido? Porque eu moro em Heliópolis, se eu morrer, eu vou continuar por aqui. Eu fico pensando, por que será que elas se mudaram? Deve ser, tipo, tem gente que fala que era muita lembrança, mas eu acho que não tem nada a ver, porque a mãe do Nando, ele morreu e ela continuou aqui. Eu acho que ela percebeu que mesmo com o mais velho morto, ela tinha mais dois ainda. Ela teve bastante tempo, até hoje ela sofre bastante. Eu acho que a mãe deles todos sofrem, mas ... não acho que precisava mudar assim. Porque querendo ou não, a mãe dele, se eu não me engano ela foi uma ou duas vezes falar sobre o Nando. Que o Gabriel disse, que ela foi. Eu perguntei assim, de butuca. Sua mãe já falou com alguém sobre ele? Umas duas vezes só. Eu acho que, igual você falou, se tivesse um apoio psicológico, emocional para a pessoa, significaria ser mais fácil de lidar. Acho que por isso a mãe dos quatro que morreram foram embora. Se tivesse um apoio, elas estariam aqui.
(informações verbais da conversa de avaliação realizada em junho de 2018)

Ressalto ainda esse trecho em que é feita a indagação sobre a razão das mães abandonarem Heliópolis depois de perderem seus filhos. Será que a violência tem relação com o lugar em que se mora? A pergunta é extremamente pertinente com o que foi refletido no projeto. Talvez essas mães achassem que o território tinha relação com as mortes, ou talvez as lembranças fossem excessivas. De qualquer modo, passam-se a relacionar afetos, memórias, território e isso abre margem para as dúvidas. Um dos aspectos centrais em relação à memória é que ela não se trata de uma narrativa linear e fixa, diferentemente da história, ela abre margem para ser revisitada e repensada. Tem nuances e, assim como a narrativa, permite e abarca

contradições. A memória dos que se foram, também se mistura com amor, com afeto e com identificação. Novamente emerge em Lucas a tentativa de entender a origem da violência e como ela incide em tantos rompimentos: são amigos que partem cedo demais, mas também são relações de vizinhança, companheirismo que também se desfazem pelas marcas dessas mortes. A violência de Estado reverbera no tempo e continua ressoando nos espaços e nas pessoas.

Esse rompimento do tecido social também incide na relação entre privado e público, deixando os limites muito borrados. As ações violentas tomam outra proporção em diferentes espaços e corpos da cidade. A desagregação do tecido social se reflete nas diferenças existentes em relação ao corpo e a privacidade daqueles que moram nas periferias. Lucas descreve a diferença na abordagem policial no centro e nas periferias e relata sobre a entrada de um policial dentro de sua casa, o que o faz se perguntar sobre a lei e seu valor: se ele pode fazer isso, quais são os limites realmente existentes, ou seja, se o policial pode invadir e violar, o que de fato é a lei? Para quem ela serve?

Lucas: O pessoal fala que é poesia marginal, que as poesias são poesias críticas, que eles acham que merece estar lá e é muito legal de ir. Só que no dia que eu fui, a polícia bateu lá e pediu pra parar, porque os vizinhos não tavam gostando do som. Aí eu fiquei, até o...um dos organizadores de lá que morreu, morreu esse ano... o... que ele é bem famoso. é o Bboy beats da, da Bax Scream Crew, que foi um dos primeiros grupos de hip hop na São Bento. Que quando ele falou, ele foi lá falar com os policiais e os policiais falou pra ele pras galera dispersar que os vizinhos não tavam gostando. Aí ele falou que não ia dispersar, porque ali era um direito da gente, que a gente tem o direito de ir e vir. E aí a gente poderia sim se encontrar ali como todo mundo do resto da praça tava fazendo. **Aí eu fiquei pensando, na praça Roosevelt, a polícia tá lá do lado, o cara tá fumando, usando droga do lado do policial, aqui, aqui tem um policial e se alguém tá usando droga, o policial pega o casse... ele nem fala nada... ele pega o cassetete e dá uma nas costelas. De noite é o que eu mais vejo na minha rua... os caras de moto passando assim, o policial com um cassetete desse tamanho (mostra o tamanho grande), só da uma no pneu ou nas costas do cara pro cara cair de moto.** Não sei quantas vezes eu já vi os caras tipo assim jogando a moto no chão e falando: não, senhor, não me bate, por favor, por favor, sou pai de família! Tipo e meu irmão... Meu irmão ficava na varanda, e ele ficava assim com o celular (imita uma filmagem). **Aí o policial assim, teve uma vez, o policial assim do nada. Meu irmão com celular assim, mexendo no celular e o policial falou: e aí baianinho, eu já te preendi antes, num já?** aí olhando assim pra cara do policial, eu falei: não. Ele falou: não o que? Eu falei: cê nunca prendeu ele, tipo ele não sai, ele sai de casa sim, ele fica na rua até a hora que ele quiser. Só que eu também não acho que você devia acusar de ser... falar que cê prendeu ele, sem ele nunca ter feito nada errado. Aí ele falou: mas eu já conheço, eu conheço esse alemãozinho aí, já preguei ele, já sim! eu falei: não, senhor, ele é de menor ainda, ele tá aqui comigo. Ele perguntou: e você é de maior? eu falei: sou. Ele tá aqui comigo, eu e ele tá aqui. Aí tipo ele falou: então tá bom, então. Aí, do nada ele volta e fala assim: cê num tá gravando

não, né? Aí meu irmão assim, né, ele já tava ficando meio puto com o policial, falou: e se eu tiver gravando? **Aí o policial: se você tiver gravando, eu vou subir aí e vou quebrar seu celular agora. Aí do nada eu dei uma gargalhada assim, sabe tipo de rolinho, eu falei: cara, cê não pode entrar aqui dentro, nem se você quisesse. Poder, cê até pode, mas é a mesma coisa assim que tipo, é invasão de propriedade. É a mesma coisa, eu entrar dentro da minha cozinha, eu pegar uma faca e te esfaquear... cê tá invadindo minha propriedade, eu posso fazer isso... Poder, eu não posso, mas... a lei permite também, ou não?**

(informações verbais da conversa de avaliação realizada em junho de 2018-grifos nossos)

A invasão e a intencionalidade da ação policial são marca constante no cotidiano dos jovens e das famílias. Chama atenção também a necessidade dos policiais militares de agir e discursar de modo violento em todos os tipos de abordagens realizadas nas periferias urbanas. Mesmo os diálogos e ações do cotidiano que não acabam em prisão, morte ou agressão, funcionam de modo a estabelecer lugares de opressão. Tal uso ostensivo da força, da coerção e da intimidação tem relação com a estrutura e a formação da Polícia Militar brasileira. Nessa pesquisa, o foco não é a análise institucional da polícia em si, mas a evidência de como essas ações incidem nas relações e no tecido social. Ou seja, de modo dialético perceber que a violência policial tem origem na sua estrutura institucional, mas que incide de forma a violar e esgarçar de maneira brutal o tecido social, dos quais os mesmos policiais fazem parte. Ressalta-se novamente o encontro de tais resultados com a pesquisa feita por Ansara no mesmo território. Ansara apresenta um diálogo entre algumas mães que participaram das oficinas que demonstram que a violência extrapola os jovens e atingem a família como um todo:

M4- Na minha casa aconteceu um caso. A gente não correu atrás porque a gente não sabia o número da viatura. Eu, ele (filho) tava no portão de casa, a polícia chegou, abordou ele e entrou dentro de casa. Tava tudo revirado. A polícia revirou tudo. Também não achou nada. Eles (filhos) pode fazer a cachorrada deles lá fora, aqui na minha casa não tem. Eu já falei pra ele se eu encontrar droga ou qualquer outra coisa, eu posso ser presa, mas eu quebro em cima de você. (...) mas eles (os policiais) não tinham o direito de entrar na minha casa.

M- Eu não deixo entrar.

M4- Se chegar e eu tiver em casa eu mando entrar. Pode entrar, agora quando meus filhos de menor de idade lá em casa e eles revirar tudo? Porque todos eles (os policiais) têm o nome na camisa deles. Tudo revirado dentro de casa.

M7- eu não gosto de polícia. Eu não confio e eu não gosto.

M7- (...)Tem vez que eles param lá na rua abordam pelo menos

M3-Pegam os meninos e jogam na parede. Ah é assim, que nem barata, joga na parede? 'Senhora é uma abordagem'. Ah, e abordagem é assim? Chega chutando, metendo o pé e jogando na parede? "Vai reclamar com seu chefe, chefe de que? Aqui ninguém é bandido! Ele (o filho) acorda 4 horas da

manhã porque trabalha na padaria. Ah faça o favor! Vocês tão em lugar errado. Ah, senhora não é assim, é assim mesmo? Eles tavam revistando o Lino, né? E eu ouvi daqui. (ANSARA, 2014, p. 58)

Aqui também é possível visualizar como se borram os limites por intermédio da invasão e violação dos espaços privados. Junto à invasão, novamente a suspeita: do lugar de suspeita vem a necessidade daqueles que são ameaçados e invadidos de se defenderem utilizando significantes como “pai de família”, “trabalhador”, entre outros, para se oporem ao “bandido”, que seria, como já afirmado, aquele que pode e deve ser violado. É possível estender essa postura de intimidação a brutalidade envolvida nas abordagens e assassinatos cometidos pela Polícia Militar. Caldeira (2000) aponta como alguns corpos se tornam incircunstritos: corpos violáveis, para os quais não existe o privado e nem proteção de direitos. As experiências de enquadro, revistas e a brutalidade dos assassinatos revelam o apagamento desse limite e proteção ao corpo:

O corpo é concebido como um locus de punição, justiça e exemplo no Brasil. Nos corpos dos dominados- crianças, mulheres, negros, pobres ou supostos criminosos- aqueles em posição de autoridade marcam seu poder procurando, por meio da inflição da dor, purificar as almas de suas vítimas, corrigir seu caráter, melhorar seu comportamento e produzir submissão. (...) Por um lado, o corpo incircunscrito não tem barreiras claras de separação ou evitação, é um corpo permeável, aberto à intervenção, no qual as manipulações de outros não são consideradas problemáticas. Por outro lado, o corpo incircunscrito é desprotegido por direitos individuais e, na verdade, resulta historicamente da sua ausência. No Brasil, onde o sistema é publicamente desacreditado, o corpo (e a pessoa) em geral não é protegido por um conjunto de direitos que o circunscreveriam, no sentido de estabelecer barreiras e limites à interferência ou abuso de outros. (CALDEIRA, 2000, p. 370)

E nesse apagamento de limites se instaura uma ambiguidade notável em relação a visibilidade e a invisibilidade desses jovens. Se, por um lado, suas existências e seus corpos são marcados pela invisibilidade diante de certas instituições estatais e de grupos das elites, por outro, a visibilidade em alguns espaços e instituições parece apenas garantir que seus corpos possam ser violados. O que se torna melhor: passar continuamente despercebido ou ser continuamente percebido como ameaça e como corpo violável? A mesma dinâmica se reproduz no espaço escolar, esse criado e pautado por diversas leis de proteção à criança e ao adolescente, infelizmente, recai em alguns tipos de violência semelhantes, causando nos jovens a mesma sensação de invisibilidade e de falta de escuta. Ali a visibilidade também parece ser garantida e gerada apenas nas situações de conflito e violência.

5.5. A escola e o ensino colonizado

[...]que não é falado de ditadura nas escolas e nem em lugar nenhum... é uma coisa proposital mesmo, porque quando um povo não tem memória é muito fácil se apropriar desse povo. É.. a gente tá vendo tudo que tá acontecendo no país hoje e tem muita gente que não vê isso como um golpe, como uma ditadura, não vê isso como um processo de exclusão da população do país, das classes trabalhadoras [...] (informação verbal de liderança comunitária da UNAS-Heliópolis durante a conversa-pública realizada em março de 2017).

Se por um lado, a memória se apresenta como um instrumento de manutenção de um imaginário "colonialista" marcado pelo discurso oficial que enfatiza os feitos dos heróis, produzidos e reforçados pela educação e pela mídia ou mesmo registrados nos documentos oficiais; por outro lado, a memória manifesta-se como forma de resistência e luta política fortalecendo a participação e ação política de movimentos sociais (ANSARA, 2012, p. 299).

A educação crítica e emancipadora que Paulo Freire (1987) propõe diz respeito a uma educação politicamente comprometida, que parta dos saberes locais e que prepare os educandos para uma leitura de mundo, para a consciência da luta de classes, e para a transformação da realidade. Não se parte de um conhecimento externo, parte-se da crença que em uma comunidade existe história, memória, cultura e é por meio delas que o processo educativo se desenvolve. O que Freire chama de concepção bancária da educação, pode ser vista quando os educadores acreditam poder levar para as periferias algo que lhes falta, quase que num sentido de “iluminação com um saber” que vai ser depositado naquela comunidade ou naquele território. Paulo Freire (1987) trabalhava com a alfabetização de jovens e adultos e, num resgate a Fanon (1979), desenvolve sua teoria a partir da dualidade entre opressor-oprimido (antes colonizador-colonizado).

Todo povo colonizado, isto é, todo povo no seio do qual nasce um complexo de inferioridade, de colocar no túmulo a originalidade cultural local - se situa frente-a-frente à linguagem da nação civilizadora, isto é, da cultura metropolitana. **O colonizado se fará tanto mais evadido de sua terra quanto mais ele terá feito seus os valores culturais da metrópole.** Ele será tanto mais branco quanto mais tiver rejeitado sua negrura [...] (FANON, 1979, p. 12, grifos nossos).

Significa então, que há uma ambiguidade quanto a identidade do oprimido, e uma necessidade de entender-se como tal. A comunidade de Heliópolis é composta majoritariamente por migrantes ou filhos de migrantes nordestinos. No grupo de jovens não era diferente, dos oito que se mantiveram em todo o projeto, seis deles declararam terem nascido ou terem pais do nordeste do país. Valorizar e assumir essa cultura e suas heranças significa caminhar em direção a consciência sobre as condições da opressão, aproximando-os da identificação

enquanto classe oprimida, o que evita e afasta a identificação com a cultura e com a posição das classes dominantes. O Estado colabora para que essa identificação fique cada vez mais prejudicada, pois tenta camuflar as condições objetivas da dominação, ao mesmo tempo que cumpre o papel de garantir serviços e bens básicos para assistência e bem-estar social. Miriam Abramovay (2002) aponta como a escola se distanciou desse papel e tornou-se outro elemento do Estado que reproduz desigualdades. Uma das falas mais fortes do projeto ocorreu ainda no segundo mês de projeto. Um dos jovens declarou:

Tem a escola e a polícia. Lá fora a gente sofre com a PM, dentro com o professor.

É muito claro que a estrutura do sistema de ensino público é responsável por essas condições, não se pretende aqui particularizar na figura do professor, já que esse também sofre com as violências cotidianas. Mas, o fato é que para a maior parte dos jovens do projeto, a experiência escolar se apresentava como muito desgastante e violenta. Algumas falas chamam a atenção:

Professor dá com a carteira, taca o giz, apagador, tudo nos alunos.

Por favor, não sejam professores do Ensino Médio.

Professor deveria tratar de igual para igual.

Tem professor que atravessa a rua pra não cruzar com aluno.

Miriam Abramovay em *Escolas e Violências* (2002) promove reflexões sobre esse contexto de violências dentro da escola, afirmando que as desigualdades sociais, econômicas e culturais são refletidas e reproduzidas no universo escolar. Ela aponta a massificação do acesso à educação como um mecanismo que produziu também exclusão escolar, pois mesmo que se fale em acesso universal, se ignoram os números de evasão e o contexto. Ela cita como as regras são estabelecidas de maneira não dialogada com os jovens e as relações são rigidamente hierarquizadas, o que transforma a violência em um recurso sistemático de superação de problemas. A situação de conflito vira permanente em um espaço que está aberto às transformações na cultura juvenil e tem caráter pouco democrático. A educação crítica e emancipadora proposta por Freire (1987) está longe de se concretizar na maior parte das escolas públicas e particulares do Brasil. Além do aspecto da violência e do conflito cotidiano, também

há a questão do currículo que é extremamente colonizado, ou seja, parte de perspectivas e conceitos extremamente contaminados por uma cultura eurocêntrica.

Elizabeth Macedo (2006) discute a importância dos autores pós-colonialistas para a evidência do currículo como um espaço-tempo da fronteira cultural. Uma evidência da colonização do currículo foram algumas falas feitas durante o cine-debate pelos jovens. Eles explicaram para os presentes ao evento porque haviam escolhido o filme “O dia que durou 21 anos” e declararam que a maioria dos outros filmes apenas apresentava a “Ditadura por fora, e não por dentro”, que eram mais “água com açúcar”, e que esse era mais explicativo, realista, e que mostrava a posição e interferência dos Estados Unidos e da mídia. Falaram que era muito raro saber da história da Ditadura, que nem na escola falavam muito. Que “obviamente o governo não vai falar do erro que fizeram, e que os jovens sabem só coisas leves. Os professores falam que o assunto Ditadura não está no currículo deles, não tá na apostila, então não tinham obrigação de ensinar isso.” “Pra vocês não importa saber o que tá acontecendo aqui dentro, só lá fora”, disse uma jovem que ouviu essa frase da professora, justificando o porquê só ensinavam Guerra Fria e Segunda Guerra Mundial. Os jovens emendaram que a escola criava jovens alienados, e que não estavam prontos para as provas dos vestibulares, que cobravam História do Brasil, coisas que eles não sabiam. “Só os ricos sabem e acertam esses temas. O governo quer nos bitolar”, comentavam. Disseram que a educação e a sabedoria trazem poder, e que se aprendêssemos na escola, com certeza tomaríamos ou derrubaríamos o governo, pois todo o povo junto é muito mais forte.

Esse estudo de Macedo (2006) foca na dimensão cultural do currículo, pensando em como concebê-lo de forma que ele seja coerente com a realidade vivida nos países nos quais são construídos. Homi Bhabha, nascido na Índia e professor na Inglaterra e Estados Unidos é um dos principais nomes dos estudos pós-colonialistas e empreende um projeto de crítica ao eurocentrismo e expressa a resistência a todas as formas de globalismos intensificadas com a queda do Muro de Berlim. Ele propõe uma leitura sobre as nações desde uma visão simbólica do conceito de nação, justamente pela percepção da ambiguidade intrínseca a ele. Essa grande ambiguidade das imagens de nação está nas distinções da linguagem daqueles que escrevem sobre elas e daqueles que vivem nela. O que quer dizer que quem está teorizando sobre nação e sustentando as narrativas sobre elas muitas vezes encontra-se afastado da narrativa da maioria daqueles que estão vivendo sua vida cotidiana.

Lutar por um currículo que seja feito a partir dos povos é um movimento similar a outros empreendidos na América Latina: é um projeto de produção e reprodução de conhecimento descolonizado. É o caso, por exemplo, de Martin Baró em sua construção de

uma Psicologia para Libertação. Sua luta é por uma Psicologia construída por e para os povos colonizados, voltando-se a suas questões e tendo como objetivo central a libertação dos homens: “a conscientização levaria as pessoas a recuperar a memória histórica, assumir o mais autêntico de seu passado, depurar o mais genuíno de seu presente e projetar tudo isso em um projeto pessoal e nacional.” (MARTIN-BARÓ, 1998:171, tradução nossa).¹⁷ Nesse sentido, é uma Psicologia que se debruça em incorporar aspectos como a violência e o conflito, que são centrais a essa pesquisa e característicos do Estado, tal qual vimos no início desse capítulo. A violência e o conflito muitas vezes ficam mascarados nas memórias hegemônicas, contadas somente pelos vencedores ou por aqueles que monopolizavam e seguem monopolizando os meios de registro e disseminação de informações. A perspectiva crítica de Baró nasce a partir de sua própria experiência em El- Salvador, outra periferia do sistema. Ali se deu conta que não adiantava apenas importar conceitos psicológicos e tentar aplicá-los a realidade salvadorenha, era necessário, em primeiro lugar comprometer a Psicologia com uma produção de conhecimento que rompesse com o sistema de exploração e violência e abrisse caminhos para a superação da injustiça.

A injustiça institucionalizada e a desordem legalizada - na qual somente uma ínfima minoria pode ser verdadeiramente humana, enquanto grandes massas de seres humanos se debatem na mais infame miséria - não admitem dúvidas ou demora. Em nossa sociedade, existe uma violência permanente, amparada por uma legislação injustificável. Assim, a revolução é uma exigência insubstituível e, talvez, a primeira coisa exigida para esta revolução é uma tomada de consciência por todos (pobres e ricos) de sua absoluta necessidade (MARTIN-BARÓ, 1968, p. 49-50).

A injustiça institucionalizada, a violência permanente e a legislação injustificável são as marcas de muitas das nações. Assim, alguns historiadores traçaram um percurso distinto do conceito de nação, buscando repensar o projeto nacional vigente. Trouxeram dimensões culturais e abarcaram a diversidade de narrativas que explicitam uma *memória política* em oposição a uma história nacional. A ideia defendida por Bhabha é a de nação como um sistema de significação cultural, uma representação da vida social mais do que como uma disciplina da organização social. Para ele, a nação moderna tem um caráter extremamente ambíguo, que pode ser identificado até em teorizações mais conservadoras sobre o tema. A esse respeito ele apresenta Michael Oakeshott que define que os espaços nacionais estão conformados por disposições contrapostas, por um lado as *societas*, como o reconhecimento por parte dos grupos

¹⁷ “la concientización llevaria a las personas a recuperar la memoria histórica, a asumir lo más autentico de su pasado, a depurar lo más genuino de su presente y a proyectar todo ello en un proyecto personal y nacional” (MARTIN-BARÓ, 1998, p. 171).

humanos da existência de regras morais e convenções de comportamento, por outro lado, a *universitas*, que é o reconhecimento da existência de um objetivo comum e de um fim substancial. Em Hannah Arendt essa ambiguidade vai para o âmbito híbrido entre o público e o privado, que se misturam no interior da nação. Se por um lado nação é o onde os interesses privados adquirem significação pública, também o contrário é verdadeiro. Ou seja, é na nação que âmbitos privados e públicos se infiltram constante e incessantemente. Por fim, Bhabha cita Tom Nairn, autor que define a nação como o “Jano moderno”, imagem que utilizei logo no início dessa dissertação. Isso porque no desenvolvimento desigual do capitalismo, nação assume as ambiguidades da progressão e regressão, racionalidade e irracionalidade política, tornando a própria ideia de nacionalismo ambivalente por natureza. Bhabha então relaciona essa ambivalência da figura de nação com o aspecto transitório da história e com sua indeterminação conceitual, o que acredita incidir diretamente nas narrativas e discursos que transmitem sentidos sobre “o nacional” no interior das escolas.

Os prazeres *heilich* da ladeira, o terror *unheilich* do espaço ou raça do Outro, a comodidade do pertencimento social, as feridas ocultas das classes, os hábitos de gosto, os poderes da afiliação política, o sentido de uma ordem social, a sensibilidade da sexualidade, a cegueira da burocracia, a visão estreita das instituições, a qualidade de justiça, o sentido comum da injustiça, o idioma da lei e o discurso do povo? (BHABHA, 2000, p.13, tradução nossa)¹⁸

A proposta de estudar as nações a partir da narrativa da periferia do capitalismo se pauta na superação das tendências de leitura que restringem sua compreensão e não incluem esses aspectos listados acima. É um movimento semelhante ao empreendido no projeto *Memórias e Resistências*: colocam-se mais narrativas em jogo para mudar o objeto conceitual em questão, abarcando assim a contradição e desideologizando a memória. Não é somente um processo de análise de discurso, ou atenção simples a linguagem e retórica, significa ultrapassar a interpretação de acontecimentos e colocar em jogo a ambiguidade da própria ideologia:

O marginal ou a “minoria” não é o espaço de uma automarginalização jubilosa ou utópica. É uma intervenção muito mais substancial em aquelas explicações da modernidade- o progresso, a homogeneidade, o organicismo

¹⁸ los placeres *heimlich* del hogar a leña, el terror *unheimlich** del espacio o la raza del Otro, la comodidad de la pertenencia social, las heridas ocultas de las clases, los hábitos del gusto, los poderes de la afiliación política, el sentido de un orden social, la sensibilidad de la sexualidad, la ceguera de la burocracia, la visión estrecha de las instituciones, la calidad de la justicia, el sentido común de la injusticia, la *langue* de la ley y la *parole* del pueblo? (BHABHA, 2000, p. 13)

cultural, a nação profunda, o passado distante- que, em nome do interesse nacional ou da prerrogativa étnica, **racionalizam as tendências autoritárias, normalizadoras que existem dentro das culturas.** Nesse sentido, **então a perspectiva ambivalente, antagonista, da nação como narração, estabelecerá as fronteiras culturais da nação para que essas possam ser reconhecidas como umbrais de contenção do significado que,** no processo de produção cultural, **devem ser atravessados, apagados e traduzidos** (BHABHIA, 2000, p.15, tradução e grifos nossos).¹⁹

Partha Chatterjee, político indiano e teórico pós-colonialista, questiona recorrentemente a ideia do conhecimento que é importado diretamente da metrópole. Debate a preponderância de teorias que transmitem a ideia de que não há criação dentro das colônias, nem mesmo no processo de independência. É uma resignificação do nacionalismo, inserindo uma dimensão espiritual- típica do oriente- para além da material. Essa inserção que possibilitou que o processo de consolidação do Estado-nação mantivesse traços originais e não fosse simplesmente um processo de importação. O autor concorda com a ideia de Anderson que as nações correspondem a construções sociais²⁰. Mas faz uma pergunta fundamental: de quem são essas construções? Questiona:

Mas tenho uma objeção a fazer a Anderson: se os nacionalismos no resto do mundo tinham que escolher sua comunidade imaginada entre certos formatos modulares que Europa e América lhes proporcionavam, então o que eles faziam de sua imaginação? Parece que a história já tinha estabelecido que nós, no mundo pós-colonialista, somos meramente uns consumidores perpétuos da modernidade. Europa e América, o únicos sujeitos verdadeiros da história, têm elaborado já em nosso nome, não só o roteiro da ilustração e da exploração colonial, mas também o da nossa miséria e resistência anti-colonialista. Parece que nossa imaginação também deve permanecer colonizada para sempre (CHATERJEE, 2000: 229).

A partir da experiência de Bengala, o autor estabelece um percurso de resistência e uma compreensão diferente de nacionalismo. Seja por meio dos dramas/novelas, da manutenção da língua, da luta pela criação das escolas, há sempre um movimento nacionalista que não atura e nem é somente conformado pelo que vem das metrópoles. Desde a periferia do capitalismo

¹⁹ Lo marginal o la “minoría” no es el espacio de una automarginación jubilosa o utópica. Es una intervención mucho más sustancial en aquellas justificaciones de la modernidad —el progreso, la homogeneidad, el organicismo cultural, la nación profunda, el pasado lejano— que, en nombre del interés nacional o la prerrogativa étnica, racionalizan las tendencias autoritarias, “normalizadoras”, que existen dentro de las culturas. En este sentido, entonces, la perspectiva ambivalente, antagonista, de la nación como narración establecerá las fronteras culturales de la nación para que éstas puedan ser reconocidas como umbrales de contención del significado que, en el proceso de producción cultural, deben ser atravesados, borrados y traducidos. (BHABHA, 2000, p. 15)

²⁰ Benedict Anderson fala sobre as comunidades imaginadas e a origem e expansão do nacionalismo. O autor apresenta a nação moderna como uma comunidade socialmente construída, ou uma comunidade política imaginada. (ANDERSON, 2008)

também se constroem epistemologias e se produz conhecimento, por isso a existência de um currículo colonizado é outro aspecto violento que prejudica a práxis emancipatória e fere o tecido social. Se dentro do espaço educativo o jovem não tem condições de compreender sua posição no mundo e suas potencialidades de ação, e se ali são transmitidas histórias e memórias que não lhe pertencem, como considerar esse como espaço de efetivação de direitos? A colonização do currículo tem extrema conexão com a ideologização da memória, pois conforme já dito, há uma intencionalidade de que não se revelem as verdadeiras estruturas objetivas que definem a desigualdade. O mesmo ocorre com os alunos no interior das escolas que, quando criminalizados, punidos e responsabilizados individualmente passam a acreditar que os problemas são particulares e atuam de modo pouco solidário e coletivo. A marginalidade com que são colocados em relação às tomadas de decisão na escola é semelhante a marginalidade com que são colocados diversos grupos sociais em relação ao Estado. A sensação recorrente é de que as ações não tem repercussão em âmbito institucional, o que dificulta a formação de coletivos organizados e desconstrói a crença na política e na vida pública.

5.6. A estrutura de tomada de decisões no Estado Moderno

O levantamento das estratégias de dominação de Weber no início do capítulo tem um aspecto de simples categorização, mas a dimensão crítica nos permite aprofundar e entender de que forma elas, em cada contexto histórico, são utilizadas para aprofundar desigualdades e estabelecer o campo dos dominantes/dominados, favorecendo que a elite política dissemine suas ideologias. Todas estratégias de dominação podem ser utilizadas como meio de legitimação de abusos e violações. Uma vez que os agentes do Estado se utilizam da burocracia, da tradição ou do carisma para exercerem domínio e com isso tornarem o outro mais vulnerável ou em posição de subalterno, isso se torna simplesmente uma violação. São essas dominações cotidianas que operam na esfera pública e privada: marcas do poder circulante nas relações e no Estado. Uma dessas formas de dominação citadas, a racional-legal, está ligada principalmente a administração pública, ou seja, a forma com que organizam os processos de deliberação e construção de políticas no interior do Estado.

Como pudemos observar a partir do projeto *Memórias e Resistências* e da pesquisa em Heliópolis, a sensação de marginalidade na tomada de decisões do Estado é recorrente nas falas das lideranças dos movimentos sociais e dos jovens. Isso nos indica que existem mecanismos

dentro do Estado que fazem com que as tomadas de decisão estejam afastadas de diversos grupos. Sobre os caminhos possíveis para a política no Brasil, os jovens diziam:

Maria: Olha, eu penso assim, a gente é dessa geração e a gente pode mudar para geração futura não cometer os mesmos erros dessa geração, mas só que vamos colocar de 100%, 1% dessa geração- pode ser a gente- tá tentando fazer alguma coisa, o resto não. Só que a gente vai caminhando e a gente precisa de estímulo, porque a gente também desiste, a gente tem um estado mental, físico, de saúde

Lucas : E não adianta...

Maria: **Eu tô cansada da situação desse país. Precisa de uns 30 Sérgio Moro pra resolver isso daqui. E cara, eu fico tipo, a minha mãe tem um medo danado de eu continuar fazendo direito, porque eu não tenho medo de colocar a cara pra bater, porque eu falo você tem que dá dos dois lados, você tem que me derrubar, para eu não levantar. Porque enquanto eu tiver força, eu vou levantar, eu vou persistir. Eu fico, gente, como tem pessoas que acham que a situação que a gente tá hoje é culpa nossa? Não é só culpa nossa, tudo bem que existe uma parcela de culpa pra nós, que a gente votou nesses filhos da mãe subir no poder, colocar dinheiro na meia, na cueca, de não ter feito nada. Mas, tá. E por que a gente não muda? Muita gente fala: ah, tem que fazer alguma coisa. Mas tá tendo manifestação e tem gente que não sai de casa, fica acompanhando pela televisão. Po, desliga a televisão e vamo pra rua!**

Luisa: Por isso que eu falo que nossa sociedade é arrogante e hipócrita. Porque elas falam uma coisa na frente de um para se beneficiar, para se firmar, mas por trás elas estão fazendo outra coisa. Eu não sei porque eu quero fazer direito, eu fico pensando muito nisso agora, e eu quero muito subir na vida e poder fazer algo, sabe? Então eu acho que comecei a pensar porque eu escolhi isso mais agora, antes eu não sabia o que fazer. Eu acho que eu tenho mais capacidade de seguir a carreira de direito do que de arquitetura e urbanismo.

(informações verbais da conversa de avaliação realizada em junho de 2018, grifos nossos)

Ressalto essas falas de duas participantes do grupo durante um dos encontros finais, em que elas demonstram uma grande indignação com a situação do país e ambas falam sobre a perspectiva de ingressar e cursar a universidade de Direito para gerar mobilização e ter poder de transformação. Há uma associação a certas figuras públicas que alcançam um poder de transformação diante de suas posições. O diálogo permite apontar como o Estado se organiza de forma a construir a ideia de que a transformação não está ao alcance imediato dos cidadãos, ou que não se localiza em seu mundo microsocia. Há um campo de marginalidade na tomada de decisões e na definição de percurso do país que parece se agravar com o tempo e com o aumento da ideologia da “corrupção”. Por meio da ideia de que precisamos “limpar” o país, valorizam-se os caminhos legalistas que, como pudemos observar nos últimos dois anos, se

fortaleceram e passaram por cima de muitos aspectos constitucionais, realizando uma verdadeira “caça partidária”. Carlos, um dos jovens, antes do fim do projeto, entrou na aeronáutica, mas esteve presente na conversa de avaliação. É interessante perceber que o discurso, que foi combatido pelos demais presentes, tinha ainda alguns traços do que havia se construído por meio do projeto, mas já carregava a descrença completa nas estruturas do Estado, se aproximando de uma posição a favor de regimes ditatoriais:

Carlos: Eu... Essa experiência no exército, essa experiência no quartel que eu tive, eu decidi ficar na carreira militar, porque eu acredito que os militares, as forças armadas sejam a única esperança do governo, então se eles quiserem eles podem tirar o Temer ou qualquer outro do governo, e assumir o poder de tudo. Se eles quiserem eles podem fazer isso.

Luisa: Vamos supor que a gente tá numa nova época, pode ocorrer sim a ditadura, a gente nunca pode supor uma coisa sem saber se vai acontecer. A gente teve uma história com o militarismo muito ruim, porque foi uma experiência muito ruim. Assim, a gente caso não houvesse uma, algum, porque eu não sei se existe mais alguém. Também não acredito que dê muito certo, também não acredito que dê muito errado. Se isso não beneficie somente uma pessoa, porque muitas pessoas tem o costume de defender só um grupo disso, só um grupo, só o que seu interesse vai até ali, não o interesse comum entre todos, o que toda a sociedade precisa. É isso que, muito o erro das pessoas, até em protesto, só se beneficiar sobre o seu problema, ver somente a sua frente, não o que está o seu redor.

Maria: Isso seria uma ditadura ou não?

Carlos: Acredito que pela organização, pela comunicação e infraestrutura, acho que do meu ponto de vista, daria certo. Porque na ditadura a gente viu que não tinha crise econômica, tinha segurança, não tinha muito roubo, apesar de que tinha pessoas que morriam e tal. Eu acho que tudo tem seu custo, suas consequências, para ter segurança, pode ser de algumas pessoas

Maria: Morrerem, desaparecerem, não voltarem para suas famílias? Na minha opinião se o Brasil voltar para uma ditadura, pode esquecer, vamos devolver o Brasil pros índios, pedir desculpa e vamos todo mundo se afogar no oceano. Porque é o seguinte, eu acho que tudo tem seu preço, tudo bem, mas vale colocar a vida de pessoas em jogo? Pra mim não vale.

Luisa: Vida é um direito e tá na constituição.

Maria: Dá o poder, um poder pra qualquer pessoa, você vai ver... Ela vai se transformar. Você pode pegar um camponês e dar o poder pra ele, se ele não se transformar em 2, 3 meses, maravilha! Coloca ele para dirigir o Brasil.

Luiza: Com a influência vai.. Com a influência das pessoas na vida dele, vai.

Maria: Talvez nem seja influência, porque depende da cabeça da pessoa. Mas, se você colocar ele lá, quietinho, mesmo com as influência, coloca pra ele lutar, como ele sempre foi, você coloca ele pra governar o Brasil. Se você

colocar ele lá, e ele ceder a influência das pessoas, coloca ele lá pra governar o Brasil pra que? Pra ser mais um que vai roubar? Desculpa, eu sei que todo mundo tem o lado Lula e o lado Bolsonaro.

(informações verbais da conversa de avaliação realizada em junho de 2018)

Esse distanciamento cada vez maior de muitos atores no campo das tomadas de decisões e a descrença no Estado podem ser vistos como um processo que foi se agravando com o tempo, mas que tem como um de seus panos de fundo a dominação racional-legal. A administração como neutra e distante das pessoas e dos posicionamentos políticos era um dos pressupostos do Estado Moderno. A burocracia, em sua origem, enquanto uma maneira de desassociar os direitos tradicionais do poder tem seu valor, mas as patologias que são criadas com o tempo acabam por aprofundar a especialização dentro do Estado, e afastar cada vez mais a grande maioria da população do campo político. A análise feita pela sociologia da ação pública colabora para a compreensão de como os instrumentos eleitos para a ação pública são ideológicos e se relacionam a esse processo. Esses instrumentos de ação pública são dispositivos ao mesmo tempo técnicos e sociais que organizam relações sociais específicas entre o poder público e seus destinatários em função das representações e das significações das quais é portador (LASCOUMES, LE GALÈS, 2012). Esses instrumentos podem tomar então o caráter de técnicas de dominação.

Na maneira como o Estado Moderno foi se organizando, foram tornando-se cada vez mais comuns o estabelecimento de técnicas e especialistas para determinarem o que seria o bom e o justo em termos de políticas. Um diagnóstico frequente dentro da Gestão Pública é o de que há uma crescente autonomia das políticas públicas em relação à política. Ou seja, de que o processo de especialização e técnica típicos do neoliberalismo acarretam em um distanciamento cada vez maior dentro da ação pública entre *policies e politics*. Cresce a preocupação com a eficiência e distancia-se da equidade, o que traduz um horizonte de privatização da ética (SILVA, 2009). Também despolitiza-se a administração pública por meio da implantação de modelos de gestão de empresa privada no setor público. O resultado é uma autonomização das políticas públicas e legitimação de lógicas de ética privada. Jobert argumenta que há uma saturação do espaço público com elementos simbólicos e retóricos, além de estruturas discursivas específicas que servem a essa crescente autonomização. São três tipos de argumentação utilizadas para legitimar a ação pública: o “foro científico” que consiste no discurso da técnica que se pressupõe embasado cientificamente e, portanto, neutro, o que daria a precisão e eficácia da política. O segundo é o “foro político”, ligado as competências e

compromissos eleitorais²¹ " o que está em jogo ali já não é a pertinência e um saber, é a conquista do poder político (...) Se trata, neste caso, de selecionar entre o conjunto de conflitos e de problemas sociais aqueles que constituirão as linhas de demarcação que dominaram o debate público e o modo de trata-los" (JOBERT, 1994, apud FRANCO E LANZARO, 2006, tradução nossa), e o terceiro é o das comunidades das políticas públicas, orientado justamente pelos compromissos sociais. Há um claro desequilíbrio entre esses três campos, tendo uma preponderância do foro científico como argumento para desenvolvimento das políticas. No entanto, são esses mesmos especialistas que operam a serviço de uma ideologia dominante, utilizando dados e estatísticas muitas vezes encomendadas e sustentando manobras políticas sem nenhum tipo de diálogo social.

Os objetivos das agendas públicas são atualmente pautados por grupos hegemônicos e nisso se fazem mudanças de instrumentos para adequá-los a esses interesses. A ideia de distanciamento do campo político das políticas públicas, poderia, em uma mirada rápida, significar que estamos tentando apostar em uma neutralidade científica e, para tal, utilizando de instrumentos que garantam tal neutralidade. No entanto, se há uma colaboração clara da Teoria Crítica da Sociedade e da Sociologia da Ação Pública é justamente apontar o aspecto ideológico presente em tal ideia. Os instrumentos não são passíveis de neutralidade, assim como o *mercado* e a economia não são autônomos e nem funcionam de maneira autônoma: o que gera o *mercado* é a expropriação de riquezas, a exploração da força de trabalho e a mais valia. Os dados e estatísticas não devem ser dispensados, mas é essencial ter clareza que por trás deles estão pessoas e está o trabalho, a produção e a distribuição desigual de riquezas.

Buroway quando escreve sobre o aumento de interesse sobre uma sociologia de caráter público, se preocupa sobre esse caráter de objetividade científica que tomou a própria sociologia e a afastou da dimensão ética que há em sua prática. O avanço geral da privatização também pode ser identificado, no limite, como uma privatização da ética, valores individuais são transmitidos como valores públicos. Práticas solipsistas são vistas como projetos de coletividade. Mas, para compreensão da vida política dentro do capitalismo, também se faz necessária a compreensão da ética capitalista, que transforma a relação do homem com o Estado e também com a vida. Em *O espírito do capitalismo*, Weber (2004) parte de um texto

²¹ "lo que allí está en juego ya no es la pertinencia e un saber, sino a conquista del poder político (...) Se trata, en este caso, de seleccionar entre el conjunto de conflictos y de problemas sociales aquellos que constituirán la líneas de demarcación que dominaran el debate público y el modo de tratarlos." (JOBERT, 1994, apud FRANCO E LANZARO, 2006)

escrito por Benjamin Franklin, e realiza a análise desse espírito capitalista, tendo como centro a ideia de que ele não é natural, ou seja, que foram essenciais o compartilhamento e propagação de certos valores para que o capitalismo triunfasse. No texto *Time is Money* de Benjamin Franklin se revela um ideal sobre o homem bom, digno de crédito, uma ideia do dever de aumentar posses como um fim em si mesmo. Trata-se de uma ética peculiar- não é apenas a perspicácia nos negócios, mas um ethos de vida. As advertências morais de Franklin têm um cunho utilitário, são úteis por uma finalidade, e constituem-se como virtudes a partir do que podem garantir ao homem. Podem ser, inclusive, aparências de virtudes, não há no que diz uma exigência de que aquilo que o homem apresenta publicamente seja uma verdade dele em sua relação com o mundo. Se ele for capaz de seguir e convencer aos demais que é digno de crédito é suficiente. Trata-se de uma *máxima de conduta de vida eticamente coroada*. O capitalismo faz uma inversão de ordem, que é o que Weber trata como o “Leitmoiv” do capitalismo. A função de ganho torna-se finalidade da vida. A profissão como dever é a *ética social da cultura capitalista*. É claro que isso exigiu e segue exigindo um modelo de educação para reprodução, e isso nos é especialmente importante. Esse espírito é colocado nos sujeitos e estimulado como meio de sucesso e triunfo, como a maneira de se viver uma vida digna e ser um homem bom. O neoliberalismo se consolida a partir de discursos que sustentam esse ethos com cada vez mais força: discursos pautados no mérito, na vocação, no trabalho como dever. Mas essas não deixam de ser formas completamente irracionais de compreensão, tal qual aponta Weber, que complementam a racionalidade técnica, traduzida na aritmética e suposta precisão da ciência que sustenta o capitalismo.

E isso é geral; na *sociedade do controle*, devemos funcionar individualmente tal qual uma empresa, gerindo nossas vidas, nossos trabalhos, querendo nos afastar das conexões com o outro (que parece ser o grande inimigo para o alcance da felicidade e da realização humana). E o Estado também deve funcionar como uma empresa, com suposta neutralidade e objetividade. Mas o Estado e a empresa representam fins completamente diversos. A essa ascensão dos discursos neoliberais, relaciona-se um espírito capitalista protestante voltado ao indivíduo e a mobilidade social. Dentro dessa lógica, a transformação acontece por meio de ações do indivíduo que podem promover mudanças a nível individual em sua própria condição e posição no sistema, estendendo no máximo ao seu núcleo familiar.

Um dos jovens costumava sempre trazer o tema do “coitadismo” quando dialogávamos sobre a questão da desigualdade de oportunidades. Ele dizia que mesmo as lideranças do movimento negro só alcançaram o que alcançaram porque não se faziam de vítimas, dava o exemplo de Zumbi e Marthin Luther King como duas pessoas que iam à luta e ignorava o

aspecto coletivo da mobilização. Foi sempre muito difícil desconstruir certos discursos que vinham encadeados por ele. Seus argumentos eram cada vez mais carregados de ideologias do campo liberal, mas que se justificavam também por sua vivência cotidiana. Ele sentia que nem todos estavam naquele projeto, nem todos alcançariam o que ele estava alcançando e, de certo modo, buscava assim valorizar e acreditar na própria condição de mobilidade social. Falava no desejo de ser patrão, e não ter que ser empregado dos outros. Infelizmente, seu discurso foi avançando para posições muito mais agressivas e violentas até o final do projeto, culminando em sua entrada para grupos de extrema direita meses depois. Não considero possível aqui explicitar as razões para tal caminho, mas considero importante evidenciar que esses discursos são extremamente comuns entre os jovens das periferias urbanas. E eles têm uma origem passível de identificação, pois o sistema apenas se sustenta a partir da individualização das responsabilidades, tanto em termos de sucesso quanto de fracasso. São discursos que rompem laços de solidariedade e de luta coletiva e respaldam a violação dos direitos humanos a partir da moral e da religiosidade.

A diferença das abordagens ligadas à coletividade, são as perspectivas das políticas e da ação pública enquanto reconhecimento da condição de transformação humana vinculada ao Outro, são abordagens que centralizam a intersubjetividade. Por isso, o diagnóstico de Axel Honneth no livro *Luta por Reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais* é, antes de tudo, pautado no fato que a formação humana acontece a partir do olhar do Outro, o que significa que há um reconhecimento recíproco que antecede o conhecimento e que tem início nas relações mais primordiais da célula familiar, segue até o Estado e tem seu auge na experiência da coletividade e da solidariedade (HONNETH, 2009). A desumanização das relações e da própria política foi trabalhada por muitos autores a partir da noção de *reificação*, compreendida por Honneth como o enfraquecimento da ideia das relações humanas e do Outro como propulsor de desenvolvimento. O Outro é situado na posição de competidor ou como impeditivo do alcance da potencialidade individual máxima. Honneth estabelece a noção de autonomia intersubjetiva, diferenciando-a da ideia de liberdade individual e, principalmente de independência. Nas sociedades liberais, a justiça social se baseia geralmente em salvaguardar a autonomia das pessoas, no entanto, a concepção vigente de autonomia é relacionada à redução de restrições e a um desprendimento dos laços sociais. É um discurso que serve à ideologia dominante, na medida em que coloca os grupos, como por exemplo os movimentos sociais, como impeditivos de uma realização independente. Segundo essa noção, se há aumento de riqueza, diminui-se a dependência em relação aos outros indivíduos e alcança-se maior autonomia pessoal.

O modelo gerencial de administração pública pautado no liberalismo estabelece políticas para clientes/ou consumidores. Nesse sistema de produção de políticas vigente na gestão pública contemporânea há essa posição de marginalidade para a imensa maioria da população. Ele reproduz e produz dialeticamente uma estrutura de classes com uma imensa massa de marginalizados ou de subproletários. Nesse contexto, os movimentos sociais tornam-se atores externos, que tem pouca ou nenhuma presença na tomada de decisões quando não estão no Estado. Assim, são apartados das decisões que afetarão diretamente suas vidas e suas possibilidades de superação das condições de vulnerabilidade. Governa-se principalmente por meio de políticas públicas, e o poder se estabelece em uma estrutura conhecida como *top down*, o que significa que a maior parte das decisões são formuladas por um pequeno grupo, composto pelos altos cargos administrativos e especialistas que determinam o que seria bom e justo.

A necessidade de pressão contínua e a história de luta do movimento social de Heliópolis traduzem essa marginalidade, que normalmente acaba por ser contornada com a inclusão dos atores no interior do Estado ou por meio da gestão indireta de equipamentos públicos. São movimentos legítimos diante desse cenário, mas que mostram que a participação social não está consolidada, mesmo com os atuais mecanismos de *accountability*, tais como os conselhos. Esse distanciamento também é responsável pela contínua e crescente descrença no Estado. Mas, conforme pudemos elencar nos tópicos anteriores, há também uma ideologia que justifica que diante dessa descrença certos tipos de saídas ou caminhos sejam considerados como viáveis. São nesses momentos de crises institucionais, criadas por discursos como o de “corrupção” e “roubalheira” que cresce o espaço para a emergência de discursos autoritários. Veremos no próximo capítulo as práticas eficientes do cotidiano e que podem ser potencializadas para combater a concepção de resolução dos problemas elencados aqui por meio de mais violência e autoritarismo. Mas, mais do que nunca, é necessário também entender que, enquanto não se opera uma transformação estrutural do Estado, torna-se ainda mais complexa a criação de um interesse e mobilização dos jovens das periferias urbanas em relação ao campo político. O mesmo Estado que protege em alguns cenários, é o que mata, pune, encarcera, negligencia suas memórias, promove esquecimento e os aparta das decisões que irão conduzir seus destinos e vidas.

6. AS COSTURAS NO TECIDO SOCIAL

É importante destacar que fazer memória não é questão de construir ou reconstruir o passado, ainda que esse último seja de enorme importância para os que não tiveram voz sendo, portanto, necessário. É questão de esboçar possibilidades e de articular presenças e diálogos, cuja meta principal é a reconciliação e a reparação do tecido social (GABORIT, 2011, p. 259).

Dentro desta pesquisa, para além do diagnóstico do presente, buscou-se identificar práticas eficientes no interior de nosso arranjo social, econômico e cultural. Práticas essas que ocorrem espontaneamente, mas que podem ser potencializadas e/ou criadas como um caminho para o reestabelecimento de reconhecimento recíproco, para a superação da reificação e consequentemente, para a reparação do tecido social. Partiu-se da hipótese de que a construção da memória política e o acesso à memória já constituída na comunidade de Heliópolis, protagonizados por um grupo de jovens e permeado pelos movimentos sociais do território, poderia gerar pontes entre a violência de Estado no passado e no presente e abrir espaço para narração de suas experiências. Foi durante o processo de revisão bibliográfica à luz da pesquisa-participante que se constituiu o conceito de elaboração psicossocial já que, durante todo o desenrolar do projeto, se revelou que os objetivos passavam por duas dimensões: atuar na elaboração das memórias e experiências traumáticas vividas por aquele grupo de jovens, mas, ao mesmo tempo, observar se esse processo incidia em mudanças na sua participação política e em seu engajamento diante do mundo. Notou-se durante a pesquisa-participante que o resgate e a possibilidade de narração transbordavam os aspectos psíquicos, mas também eram constantemente atravessados por eles.

Assim, inicia-se esse capítulo contextualizando e definindo o conceito de *elaboração psicossocial* a partir da retomada do *reconhecimento recíproco*, e de um maior aprofundamento no que se consideram ser as práxis emancipatórias pré-existentes no território de Heliópolis. Em seguida, analisam-se alguns relatos e resultados da pesquisa participante evidenciando as potencialidades da construção da memória política como um mecanismo de elaboração psicossocial. Destaca-se a importância da interlocução e da presença dos movimentos sociais como atores dentro desses processos sociais que constroem e estabelecem experiências de solidariedade e resistência.

6.1. A elaboração psicossocial

Tal como apresentado no segundo capítulo, a memória pode ser trabalhada a partir de diferentes vieses. Gagnebin irá pensar a memória muito pautada na ideia de narratividade e tempo propostas por Walter Benjamin. A autora, no texto “O preço de uma reconciliação extorquida” (2010) que se encontra no livro *O que resta da ditadura*, analisa as conexões existentes entre o período ditatorial no Brasil e a persistência de práticas de violência estatais como o genocídio da população negra e periférica. Ela apresenta sua tese de que essa repetição é o preço que pagamos por uma reconciliação extorquida pós ditadura militar. Ela parte de diferentes versões sobre o esquecimento, evidenciando que existe um esquecimento que gera a reconciliação com o passado, diante de uma escolha e de um processo de elaboração, que ela denomina de um “esquecer para a vida” e outro que é o esquecimento como um gesto forçado de apagar e ignorar. Ela utiliza Ricoeur para explicitar como o processo de anistia pode funcionar justamente dentro da segunda ótica:

“Trata-se, portanto de uma verdadeira *amnésia institucional* que induz a fazer como se o evento não tivesse acontecido. [...] O preço a pagar é pesado. Todos os *malefícios do esquecimento* estão contidos nessa incrível pretensão de apagar os rastros das discórdias públicas. Nesse sentido, a anistia é o contrário do perdão, o qual, como veremos, requer a memória” (RICOEUR, 1995: 205-206 *apud* GAGNEBIN, 2010, p.181).

Conforme evidenciamos no último capítulo, a persistência das marcas ditatoriais é evidente, e incide de forma a naturalizar diversas práticas de violação por parte dos aparatos estatais. O apaziguamento e a pacificação da memória do passado abrem feridas no tecido social, mas o processo de desideologização da memória ou de construção de memória política pode ser analisado justamente como esse que busca romper com esses aspectos, operando por meio de uma coletividade. Gagnebin trabalha esse resgate da memória e da narração do passado articulados a dois termos: o primeiro utilizado por Adorno, *Aufklärung*, que é traduzido como esclarecimento, e o segundo, utilizado por Freud, *Durcharbeitung*, que é traduzido como trabalho de elaboração e luto. A autora destaca que ambos tratam de uma luta contra a repetição e ressentimento. Ou seja, ambos falam da criação de instrumentos que evitam que a repetição aconteça, mesmo que sob novas formas, como é o caso da exclusão e do genocídio.

O que tratamos aqui por elaboração psicossocial encontra-se justamente no interstício entre o trabalho de elaboração e o esclarecimento. Trata-se de um processo dialético que ocorre apenas por meio da intersubjetividade e envolve a representação daquilo que antes era

inenarrável ou insuportável, de modo a articular experiências e gerar esclarecimento sobre as condições objetivas que o tornaram possível. É um processo de reparação do tecido social, rompido por experiências traumáticas de violência ou violações de direitos. Assim, diante do que vimos no último capítulo em relação ao diagnóstico do presente, que sugere o rompimento de relações de reconhecimento recíproco, por conta da desconfiança e do isolamento causado pela própria ação e estrutura estatal, evidencia-se a necessidade de processos que promovam elaboração psicossocial, essa que não é pautada nem no perdão individual, nem mesmo na reconciliação. É a elaboração que envolve recuperação da crença na coletividade e que acontece em meio a ela.

Tal como apontado durante o último capítulo, a experiência de violência evoca silenciamentos e isolamentos e, muitas vezes perde-se a crença nos grupos e a confiança nos pares. A elaboração psicossocial trata tanto da dimensão psíquica, reconhecendo que a lembrança insiste em retornar e necessita de elaboração do indivíduo por meio de uma representação a nível consciente. Mas, principalmente, ela é social, porque tem a função de costurar as feridas e reestabelecer o tecido social que fundamenta toda experiência de coletividade e de política, inclusive. Por isso, a elaboração psicossocial também traz a dimensão da criação da esfera pública, porque é a restauração do espaço político, no qual há espaço para o diverso e para o conflito, onde não se instaura silenciamento, e principalmente, no qual existe confiança. Tal como nos aponta Gagnebin: “uma tarefa de análise deveria produzir instrumentos de reflexão para esclarecer também o presente, para evitar a repetição incessante, sob novas formas, das políticas de exclusão e de genocídio: “direcionar seu pensamento e seu agir de tal forma que Auschwitz não se repita, que nada de semelhante aconteça” (GAGNEBIN, 2010, p. 184). A grande questão diante da definição desse conceito é compreender também de que forma ou o quê torna possível que no interior de um coletivo se estabeleçam ou se bloqueiem processos de elaboração psicossocial.

Há uma concepção de reconhecimento recíproco em Axel Honneth que se traduz bem pela expressão *ser-consigo-mesmo-no-outro* (ou “intuição recíproca”) e que alcança como dimensão máxima a esfera da solidariedade. Conforme evidenciado durante o último capítulo, em nossa sociedade o reconhecimento recíproco pode ser rompido em razão de experiências de violência do/no Estado. Para Honneth, as autorrelações práticas relacionadas às esferas do reconhecimento são condições básicas para que um indivíduo conduza sua vida autonomamente. Se não existem relações legalmente institucionalizadas de respeito universal pela autonomia e pela dignidade das pessoas, se não há relações próximas de amor e amizade,

ou se não existem redes de solidariedade e de valores compartilhados, o indivíduo não encontra as bases de reconhecimento intersubjetivo que o permitem perseguir sua própria concepção sobre a vida digna de valor (HONNETH, 2011). Esse reconhecimento não é uma crença sobre si ou um simples estado emocional, ele se estabelece nesse processo dinâmico nessas diversas esferas da vida, nas quais os indivíduos experienciam a si mesmos como possuidores de certo status, como objeto de preocupação, e como agentes responsáveis dentro de projetos compartilhados. Portanto, o estabelecimento ou o reestabelecimento de relações de reconhecimento recíproco podem ser consideradas como bases para que os indivíduos possam criar confiança em um coletivo e engajar-se em um projeto coletivo. A proposta de Honneth é o estabelecimento de um horizonte de garantia de autonomia intersubjetiva/relacional, de uma justiça social que promova as circunstâncias tanto materiais quanto institucionais que garantam reconhecimento. Autonomia então, só existiria no contexto das relações sociais, pois são elas que a assegurariam: aquele que tem condições de conduzir sua vida, desenvolvendo e perseguindo sua própria concepção de vida digna de valor, necessariamente precisa estar ancorado e amparado em relações de reconhecimento. (HONNETH, 2011). Coincidiria então com o estabelecimento de uma esfera pública para a constituição de cidadãos, sendo: “o local de aprendizagem social [...] não é só o lócus por excelência da participação dos cidadãos, mas sobretudo onde os cidadãos aprendem com o debate público [...]” (ABRUCIO, 1997, p. 27).

Para Honneth (2007), há uma concepção de reificação que estaria relacionada a uma atitude de indiferença, ou falta de engajamento existencial. Tal conceito, já trabalhado por Marx e Lukács (2003) é retomado por Honneth na busca de uma compreensão intersubjetiva do termo. Enquanto a práxis seria o grande movimento do homem na sociedade, a criação dessa relação coisificada seria consequente de um esquecimento da situação originária de reconhecimento, aquela que, como já citado, torna o indivíduo capaz de inserir-se no mundo social. A práxis verdadeira para Honneth é sinônima de envolvimento, participação e engajamento preocupado, é enfrentamento da mercantilização. Honneth, portanto, traz a ideia de reificação para o plano da intersubjetividade e, se não há história do indivíduo e do grupo, ou se há esquecimento dessa história, a práxis verdadeira não ocorre. A reificação seria então o esquecimento do reconhecimento, ou ainda, aquilo que barra a possibilidade de uma genuína experiência comunitária. As reflexões sobre a obra do autor dentro do contexto da Psicologia Social e Política, somados às memórias de Heliópolis e relatos do projeto nos proporcionam pensar que a grande condição para que se estabeleça no interior de um coletivo práticas emancipatórias eficientes é justamente o estabelecimento de relações de reconhecimento recíproco e a

reparação do reconhecimento interrompido. Por isso, o foco de análise em relação às costuras do tecido social, baseia-se muito nas relações de reconhecimento que emergiram no interior do grupo de jovens, tentando evidenciar como elas tiveram uma grande importância para a elaboração psicossocial e posterior mudança de participação e engajamento da maioria dos jovens. Destaca-se também que o processo ter sido permeado e atravessado pela UNAS, enquanto movimento social, também teve implicações importantes. É possível identificar que, muito antes de nossa entrada no território, já haviam práticas eficientes no sentido do estabelecimento de reconhecimento recíproco e construção de memória política. Esclarece-se em seguida o que se entende por movimento social e sua importância nessa pesquisa.

6.2. Os movimentos sociais como atores centrais

Dentro das diversas teorias sobre os movimentos sociais, temos aquelas construídas no interior da Psicologia Política por Correa e Almeida (2012). Eles apresentam que os “movimentos sociais são caracterizados por elementos de ordem política – ações coletivas, estruturadas, não-institucionais, marcadas pelo conflito, com estratégias comuns, que buscam mudanças sociais etc. – e de ordem psicológica – conjunto de crenças coletivas, valores compartilhados, sentimento de injustiça etc.” (CORREA, ALMEIDA, 2012, p. 552). Portanto, os movimentos sociais em suas características subjetivas e objetivas podem traduzir projetos de coletividade, opostos a lógicas individualistas e neoliberais. Também são historicamente os principais atores da resistência democrática e de luta por reconhecimento, sendo eles os condutores de processos que comprometem a construção de políticas públicas não como fim em si, mas como meio de produção de uma sociedade mais justa e igualitária. Nesse sentido, os movimentos sociais são espaços de compartilhamento de projetos e de possibilidade de alcançar esse status.

Há resistência a uma vivência isolada dentro do cotidiano e organizações dos movimentos sociais. Considera-se que no interior de muitos movimentos sociais há vivências pautadas na solidariedade, com isso destaque um relato produzido por Amanda Lungov Brunelli (2017), que na sua pesquisa de iniciação científica acompanhou o projeto e relatou uma das colocações de uma liderança comunitária da UNAS durante a conversa pública:

Haviam duas diretoras da UNAS presentes, e uma delas começou a falar sobre o começo de Heliópolis, focando na união dos moradores pela luta por moradia, em que os gastos para sobreviver eram exorbitantes para aquela realidade, e ou se pagava o aluguel da casa ou se comia. “O povo sofria por ser pobre e negro.” Relatou que eles se organizavam por meio de uma união

em núcleos para ir atrás dos próprios direitos. Esses núcleos de resistência, no entanto, não eram reconhecidos porque não tinha nenhum tipo de registro, e isso gerou, após muita organização, a fundação da UNAS, órgão que desde então brigou por formação política dos moradores da região, por inclusão social e busca de direitos, como o direito às crianças e aos jovens, pauta que o grupo do Memórias e Resistências também comentou, na apresentação, lutar a favor. Era um esforço para pessoas pensarem no coletivo, já que, segundo ela, nossa educação é fragmentada e individualista, e os governos de direita tentam nos dividir para conseguirem conquistar e manter seu poder. “Devemos saber dos nossos direitos para não sermos manipulados”, pois o governo planeja retirar os direitos da classe trabalhadora, e essa retirada de direitos nos faz pensar que também estamos em um processo de Ditadura atualmente. Mas isso era algo difícil para falar com os mais jovens, que não viveram o período Ditatorial, pois, segundo ela, “eles não viveram aquilo, eles não entendem, eles têm que saber o que está acontecendo agora”, e com isso elogiou a ação e atuação dos jovens do projeto.

“A gente percebe o quanto teve retrocesso”, começou em sua fala a outra diretora da UNAS, se tratando do panorama nacional atual. Achou importante marcar que a população de Heliópolis não era proveniente só das favelas que foram expulsas de seus lugares e enviadas para lá, como também por pessoas que vinham fugidas da seca do Nordeste. Levantou a importância de se discutir esses temas, pois “a violência continua, o genocídio contra a juventude ainda acontece.” Contou que a luta para formar o bairro educador também existiu desde o início, com o cenário de grande violência: “O CEU também foi uma luta. Saiu na revista na época que Heliópolis era um dos lugares mais feios de São Paulo, então a gente, atrevido, mandou pro arquiteto que tinha escrito ‘então vem deixar mais bonito’”. Ela concluiu sua fala, também parabenizando os jovens, e dizendo que “a gente não briga, a gente faz resistência”. (BRUNELLI, 2017)

Destaco essa fala pois ela revela que a UNAS, enquanto movimento social, surge da união e solidariedade entre diversos núcleos que lutavam pelo direito à moradia. Ela se desenvolve também a partir de relações de reconhecimento recíproco que criam a confiança e dão base para que eles se posicionem perante o Estado e outras instâncias exigindo que, por exemplo, atuem e transformem Heliópolis de dentro. E, nesse mesmo momento, ela atua de forma a reconhecer nos jovens outra atuação de resistência, outro movimento importante dentro do projeto. Não considero à toa o fato de os jovens destacarem a conversa-pública como um momento central do projeto, inclusive diria que esse foi um dos principais resultados que obtivemos: as condições do grupo de jovens conduzir e protagonizar nesse espaço.

Observa-se então que o sujeito inserido numa vivência comunitária pode tornar-se capaz de implicar-se com interesse em relação ao outro, e não ser meramente observador passivo de seu entorno social e nem mesmo de sua vida interior. Por isso, é importante destacar que em Heliópolis já podíamos identificar algumas práticas no interior da UNAS que promoviam elaboração psicossocial, tal qual o próprio projeto “Memórias de Heliópolis: raízes e

contemporaneidade”. A questão é que esses processos tinham um alcance específico, e envolviam muito mais as lideranças e trabalhadores internos à organização. O desafio de ampliar e alcançar a juventude foi legítimo e nos levou a desenvolver o projeto e a pesquisa aqui descritos. A *Caminhada pela Paz* pode ser identificada como outro mecanismo de elaboração psicossocial, pois funciona como uma rememoração de um ato de violência ocorrido no território que se converteu em memória política e se tornou currículo, obrigando inclusive as instituições estatais a operarem esse conteúdo de forma a produzir esclarecimento e combate à violência de Estado. As transformações de Heliópolis estão fortemente ligadas à essa organização que até hoje se mantém com características de movimento social e se organiza de modo a pautar e pressionar o Estado, em diferentes segmentos, exigindo que ele opere de modo a costurar o tecido social e não só rompê-lo. As práticas eficientes que buscamos identificar no interior de nossa sociedade ocorrem então por meio de genuínas experiências coletivas, nas quais há possibilidade de encontro, de compartilhamento, de troca de sentidos e de valores: pois a intersubjetividade e a afetividade são condições para construção do conhecimento e para oposição à racionalidade instrumental reificadora (BARROS, 2018).

6.3. A formação de consciência política

Durante o projeto, os jovens puderam debater e conhecer essa memória de luta, organização e resistência de Heliópolis, conjuntamente com a memória da ditadura por parte dos anistiados políticos. Em todas as memórias estavam presentes doses altas de violência por parte do Estado, combinadas a estratégias de resistência por parte dos grupos organizados. Essas questões passaram a se articular com suas experiências atuais: seus contatos humilhantes com a polícia; o racismo que sofrem; a opressão que as mulheres experimentam (o grupo tinha uma divisão paritária entre homens e mulheres); os preconceitos que enfrentam quando enunciam que moram em Heliópolis.

Esse contexto da ditadura civil-militar foi apresentado e discutido por eles, mas a maior parte declarou ser a primeira vez que ouviam falar sobre o assunto. Junto a essa apropriação sobre esses temas e compartilhamento de memórias, pode-se perceber um certo sentimento de indignação e necessidade de denúncia. Debates sobre as violações perpetradas durante a ditadura – tortura, execuções, prisões arbitrárias – e as marcas deixadas em pessoas e em toda uma sociedade. Contudo, os próprios jovens começaram a concluir e enunciar que mesmo as lutas por verdade, memória, justiça e reparação contém, em si mesmas, sinais da desigualdade que estrutura nossa sociedade. De fato, foi há pouquíssimo tempo atrás que o Estado criou políticas para que se debatesse o caráter total do regime ditatorial brasileiro. Se falamos, como muito,

sobre as violações a militantes da luta armada – numerosos, membros das classes médias e altas, universitárias, com amplo acesso aos bens sociais, inclusive a possibilidade de ter voz sobre as opressões que sofreram – quase nunca atentamos para como essa forma de governo atingiu as classes populares – os trabalhadores, os pobres, os moradores das periferias. Esses também eram mortos, presos, discriminados e oprimidos, sem que, contudo, isso seja plenamente reconhecido como problemático. Colocar no centro do debate essas violações mostrou-se uma ação paulatina e lenta, sendo esse projeto uma das ferramentas testadas para tal fim. As entrevistas tiveram papel fundamental na transmissão da memória intergeracional e na criação de um protagonismo deles em relação ao projeto. Eles as levavam com extrema seriedade, se preparavam e se atentavam aos mínimos detalhes. Operavam como testemunhas como as que Jeanne Marie Gagnebin descreve:

[...] aquele que não vai embora, que consegue ouvir a narração insuportável do outro e que aceita que suas palavras levem adiante, como num revezamento, a história do outro: não por culpabilidade ou por compaixão, mas porque somente a transmissão simbólica, assumida apesar e por causa do sofrimento indizível, somente essa retomada reflexiva do passado pode nos ajudar a não repeti-lo infinitamente, mas a ousar esboçar uma outra história, a inventar o presente (GAGNEBIN, 2006, p. 57).

A tarefa então de fazer conhecer o passado junto aos jovens, era também essa de fazer brotar a esperança e esboçar uma nova história, o que pode parecer inicialmente contraditório dado o fato que muitas das histórias relacionadas ao período da ditadura eram marcadas fortemente pela violência. Mas o fato é que esse contato com o passado incidia de forma a romper com ideologias e torna-los mais conscientes de sua posição e de sua capacidade de transformação. O processo então, de entrar em contato com a história do outro, também foi abrindo espaços internos para que os Outros e suas memórias também existissem e tomassem lugar no interior de cada um deles. Era notável o quanto, com o tempo, Rita e Camila Sipahi emergiam e mergulhavam em seus discursos de forma carinhosa e saudosa. Eles sempre retomavam as histórias contadas pelas duas. Assim como, durante uma entrevista feita com um dos trabalhadores do CEU, que também foi morador da região, eles tiveram a sensibilidade de perceber que o discurso estremeceu e ficou abalado, quando, por uma coincidência, um carro de polícia estacionou muito próximo à janela da sala onde realizavam a entrevista. Disseram que isso afetou até o corpo do entrevistado, inibindo tudo que ele vinha até então falando com tranquilidade. O reconhecimento recíproco tem relação com o processo de afetamento e de quebra de reificação. Isso alterava a relação deles entre eles e transformava a disponibilidade e o interesse diante de Outros. As reminiscências se revelavam potentes.

Aos poucos revelava-se uma predisposição do grupo no dia a dia- inclusive nos encontros que tínhamos no CEU fora do horário do projeto- de abordar e se interessar por assuntos relacionados à política. Política aqui considero temas relacionados a posições em relação ao poder, aos governantes, ao Estado, aos partidos políticos, etc. No início do projeto, era raro o interesse e até mesmo a manutenção desse tipo de temática, mas, chegando aos últimos encontros era perceptível o desejo de abordar esses assuntos e a uma constatação de que esses temas adentraram outros espaços de suas vidas. Trago algumas falas interessantes que ilustram bem a questão do surgimento de novas posições, acompanhado de um engajamento com seus próprios destinos e com os dos outros:

Maria: Assim, a gente entendeu que política é assim, cada um pode ter seu ponto de vista, a gente pode falar sobre política, a gente não pode impor o que a gente acha certo pra pessoa engolir. Pro R. não, se aquilo tá certo, tem que tá certo pra todo mundo. Ontem a gente tava no maior quebra pau no grupo.

Maria: **No meu ponto de vista, o Brasil é realmente muito violento, não sei se é o meu ponto de vista, é fundado no que eu vejo na faculdade, mas o armamento da sociedade não é viável.** Mas o Bolsonaro diz que é só pra se defender, mas uma briga de trânsito já leva a morte com pedrada na cabeça, imagina com arma? Ahhh, o bandido não vai roubar um pai de família. Cara, o bandido vai tirar a arma do pai de família e atirar. E até o pai de família abrir uma queixa pela arma roubada, o bandido vai ter matado 10, 15, 20.

Luisa: Sei lá, **ele quer, ele quer realmente que você vote no Bolsonaro.** Fica na sua, se você sabe que a pessoa não aceita, se você já sabe que a pessoa não gosta e não quer. Ele fica muito querendo empurrar goela abaixo.

Luisa: **Porque a nossa sociedade de uma maneira geral é muito hipócrita, só pensa em si mesma, são arrogantes, acho que a ideia dele é focar nas pessoas que são assim e colocar projetos que oprimem,** que não pensa como vai ser. Quero a arma, porque vou me proteger. Se você é presidente, você tem que pensar na sociedade em conjunto, em como vai reagir, pegar exemplos de outros países.

Maria: **Será que ele vai pensar na sociedade ou na classe média e na classe média alta?** Primeiro, pra uma pessoa de classe média baixa, pra ela comprar uma arma vai ficar praticamente impossível, imagina ela não vai pagar aluguel? Ou vai deixar de ter seu alimento, ou sua casa, pra comprar uma arma pra se defender? **Aí eu levantei o questionamento da polícia, porque a polícia já mata a rodo, aí, por exemplo, policial vai parar um jovem negro e ele tem uma arma, se ele se achar oprimido, ele vai dar um tiro e ele vai matar o policial.** Ahh, mas tem policiais no exército, tem na polícia, mas nem todos policiais negros se consideram negros. Tem policiais negros que tem alma de branco!

Maria: **Eu odeio quando as pessoas vêm com aaah, mas existe advogado, aaah mas existe gente negra na favela.** Gente, pensem em porcentagem, se

a nossa população brasileira é mais de 50% negra, porque a universidade pública, ela é ocupada por mais, vamos dizer, por 80% de pessoas brancas? Eu cheguei realmente nessa conclusão no debate de filosofia que foi sobre preconceito racial. Aí vem, chega o menino me falar: aí, mas eles também chamam a gente de branquelo azedo. Aí eu cheguei: meu anjo, quando você vier com alguma pesquisa me falando que algum branco morreu pela sua cor, por ser branco, você vem discutir comigo, enquanto não, você fica quietinho aí no seu lugar. Porque enquanto você; vamos desconsiderar no que é ocorrido, coisas que são crimes; uma pessoa te chama de negra, uma pessoa te persegue no mercado, porque você é da cor escura, como você. Vamo pensa nisso, na maioria e não na sua mente pequena!

Maria: Se na escola é assim, imagina na faculdade, na faculdade as mulheres ficaram uma semana sem entrar na sala, de greve, por um professor ficar oprimindo uma aluna por ela ser negra e ela ter o cabelo afro. E ele, acabou perseguindo a menina. E sabe o que a gente fez? A gente não podia fazer nada contra ele, então a gente ficou uma semana sem entrar na aula até ele pedir desculpa. Toda vez ele fazia chamada e cadê as meninas dentro da sala, aí ele começou a questionar se elas passam da catraca pra dentro, mas não estão nas suas aulas. Aí foi fácil, já que ele não aceita mulher negra na sala dele, porque todas as mulheres têm que entrar.

(informações verbais da conversa de avaliação realizada em junho de 2018, grifos nossos)

Como podemos ver, não se criou um consenso político em todo o grupo, muitas divergências emergiam e elas não foram simples de se manejar. Mas o que chamava a atenção era o interesse por temas que não se reduziam mais ao aspecto individual, ou às vivências isoladas: eram temas coletivos e, principalmente, políticos. As brigas que inicialmente estavam centralizadas nas relações interpessoais, passavam a estar pautadas em discordâncias políticas, em opiniões divergentes sobre governo, movimentos sociais, economia, etc. Eles se sentiam mais confiantes para falar sobre esses temas e também para divergir e discutir nesse campo. E, diferentemente do início, em que a opinião e intervenção dos coordenadores era central, eles foram criando dinâmicas e grupos autônomos para isso, tal qual o grupo de WhatsApp, do qual não fazíamos parte, mas ouvíamos falar durante as reuniões. Foi época, inclusive, da eleição para a Prefeitura de São Paulo, e isso foi assunto bastante pautado nesse grupo, segundo relatos dos jovens.

Conforme nos foi dito pelo grupo nas reuniões de avaliação do projeto em maio, as atividades mais impactantes foram as entrevistas e a conversa pública. Eles descreveram um deslocamento da ideia de História para algo mais palpável e próximo. Não era mais de Grécia que se falava, de algo distante e estranho, mas sim de histórias de pessoas que eles viam, conviviam, entrevistavam. Eles se sentiam produzindo história também. Se sentiam fazendo parte da história e com isso repensando a importância de suas próprias lutas e mobilizações.

Tais observações vão ao encontro com a teoria levantada de que a superação da reificação surge a partir de um reconhecimento recíproco, por meio da narrativa compartilhada (memória coletiva), o que tem potência para trazer as pessoas para a participação e engajamento. Todos os envolvidos no projeto saíram transformados, repensando suas próprias práticas e suas possibilidades de ação no mundo. No encontro com a realidade, as expectativas sempre são afetadas, mas isso significa uma abertura para o tempo e para o outro. O processo educativo se realiza apenas no encontro e esse sempre carrega consigo algo do inesperado. Por isso considero que as mudanças no caminho e as reformulações fazem parte de uma pesquisa como essa, que tem como centro a formação humana e que se deparará com as vicissitudes do percurso. Afirmo que, ainda como coordenadora do CEU e parte da UNAS, havia um desejo de que o engajamento tomasse um caminho específico, por uma via interna à organização e isso não se tornou realidade. Os caminhos escolhidos pelos jovens foram os mais diversos, cada um deles, a sua maneira, encontrou um lugar e espaço onde sentem que estão falando e discutindo política. Acho isso importante de destacar, porque é uma quebra de expectativas em relação ao controle do que se produz no Outro. Ao mesmo tempo que há um desejo de construir um processo democrático, também mergulhamos nos processos carregando nossas concepções sobre o que seriam resultados efetivos e que atenderiam às nossas expectativas particulares. Mas, o entendimento sobre a importância da memória e o impacto que essa transmissão alcançou, considero serem muito revelados por esse trecho da conversa de avaliação:

Lucas.: Acho que a memória ensina a gente. Porque nem tudo tá no livro de História.

Luisa.: Faz a gente pensar no que sabe, é meio aquilo o que falam: a gente aprende com os nossos erros do passado, a memória que a gente tem, a memória das outras pessoas faz a gente refletir os nossos atos que estão acontecendo agora, para que não aconteça o mesmo erro que foi cometido antigamente. Faz com que...

Maria: Os erros da pessoa do passado, a gente faz o possível para que não aconteça, as mesmas tragédias.

Luisa: As memórias que as pessoas tem são tão reais, aquilo nunca foi relatado, nunca tava num livro de história pra gente aprender o que aconteceu, tá lá: ditadura foi um regime militar, morreu tantos, e tantos..

Lucas: Os livros de história retratam uma história muito vaga do que realmente aconteceu.

Beatriz: E a memória do presente? Das pessoas que estão vivendo agora? São importantes?

Lucas: São mais ainda, porque elas ainda estão vivas pra relatar o que aconteceu. Porque daqui a pouco não vão mais existir essas pessoas, porque a nossa geração de tão nova que é, outras pessoas não tiveram a oportunidade que a gente tá tendo, que a gente teve... Não vão nem conseguir reconhecer isso. E se essas pessoas que tem essa memória morrerem, vai ficar mais escasso ainda.

Luisa: A gente tem uma parte, **essas memórias se tornaram nossas também**. A gente não pode ter vivido naquela época, mas o fato delas terem passado um pouco do conhecimento do que aconteceu naquela época com elas, a gente tá diferente hoje. Então, a gente pode..

Lucas: **Faz a gente ser parte da história também!**

Luisa: A gente pode passar adiante, mas a geração da gente e a geração que tá vindo não querem saber disso.

(informações verbais da conversa de avaliação realizada em junho de 2018, grifos nossos)

Uma das principais conclusões que chegamos e que confirmam algumas hipóteses do projeto é que a construção da memória coletiva por meio de textos, narrativas, filmes e entrevistas, fez com que os jovens construíssem uma memória política. Conforme estabelecido o tema da ditadura como um eixo central, os jovens conseguiram automaticamente fazer uma ponte entre a violência de Estado no passado e no presente, a partir de experiências muitas vezes pessoais ou de seus pares. A compreensão dessas situações como experiência de desrespeito, e a mudança para um estado de indignação e de engajamento foram visíveis. Os jovens levantaram e produziram uma das conclusões mais importantes do projeto: a de que a desigualdade atinge inclusive as memórias e que uma das políticas de Estado principais que perpetuaram e seguem perpetuando a violência é a do silenciamento. As falas dos jovens de avaliação do projeto nos últimos encontros sempre revelavam uma mudança principal: o desenvolvimento de uma postura de pesquisador, interessada e consciente, principalmente em relação às implicações da esfera política em suas vidas. Tudo isso só foi possível diante de uma experiência de construção de confiança dentro de um coletivo e um grupo, o que potencializa as costuras das feridas abertas no tecido social.

6.4. O grupo como espaço de elaboração

Essa identificação com o grupo é fundamental para reconstituição da memória, pois os grupos aos quais as pessoas pertencem, se por tarefa ou por escolha, são extremamente significantes na sua experiência de vida, a ponto da história do grupo social ser tratada, não raras vezes, como a própria história do indivíduo. Quando o indivíduo lembra um fato do passado, sua história se confunde com a história do grupo, há uma identificação com o grupo que determina até as formas de comportamento (ANSARA, 2001, p. 38).

Desde o começo, tivemos que reservar um tempo grande dos encontros para falar sobre as relações entre os jovens, deles com a coordenação e deles com o projeto. O conflito emergiu ainda nas primeiras semanas e seguiu aparecendo: havia uma tendência constante de medir a distribuição do trabalho, e assim, considerar que a partir do surgimento de um incômodo era legítimo estabelecer parcerias com seus mais próximos e pedir a exclusão ou punição de um dos membros. Hoje penso que a mediação dessas relações também foi um dos elementos que possibilitou que eles identificassem em suas memórias e histórias experiências de violência. Houve um processo de desnaturalização, dentro das próprias relações, do punitivismo como forma de resolução de conflitos. A tendência mais natural, e inclusive legitimada em todos os espaços em que conviviam, era que os conflitos não precisavam ser dialogados, que se decidíssemos pela maioria, que algo ou alguém não é o desejado, poderíamos tomar atitudes de completa eliminação de um trabalho ou de uma pessoa. O conflito em si não foi e nem é o nosso problema, o problema real é como vemos e lidamos com ele. Em Cidade de Muros, Teresa Caldeira (2000) problematiza o quanto a sociedade brasileira legitima uma lógica de vingança, dor e punitivismo para lidar com conflitos e situações de violência. Isso se constrói em diferentes instâncias, em âmbitos privados e públicos. O grupo criou laços muito fortes e, por conta disso, também teve que se haver com os conflitos, com as mediações do dia a dia, e, muitas vezes, a indignação deles se dirigia a nós e tomava a forma de agressões verbais e comportamentos violentos. Isso se transformou também em tema para formação; entendemos que na própria mediação dos conflitos, na maneira de resolvê-los e abordá-los podíamos falar sobre violência, sobre justiça e sobre direitos humanos. O que, em uma primeira mirada, podia parecer um desvio do caminho, transformava-se em um material muito frutífero para discutir os temas do projeto. Porque o conflito pode surgir de questões individuais ou coletivas, mas como definimos o melhor caminho para resolvê-lo sempre se conecta com questões e imposições sociais e culturais. Ansara nos coloca como a própria emergência da política, da cena pública se faz a partir da existência do conflito:

Partindo dessa ideia, parece-nos clara a importância e a **necessidade do conflito para fazer emergir uma cena pública**, na qual se exponha a existência dos dois mundos e se estabeleça uma relação que só é possível existir se nos fazemos ouvir, entender, enxergar, ou seja, se nos tornamos visíveis. **O político, portanto, apresenta-se como dissenso que desestrutura a ordem social e faz com que o mundo dos sem visibilidade, sem voz e sem poder, ocupe a cena pública tornando visíveis suas necessidades e aspirações**_(ANSARA, 2012, p. 303, grifos nossos).

Se pensamos que infligir dor, expulsar, excluir ou punir são os melhores caminhos, necessariamente construiremos uma sociedade cindida e desigual. Se assumíssemos no projeto o lugar de quem tem a autoridade para definir o caminho dos conflitos, e assim, definíssemos um culpado, teríamos reforçado essa tendência de naturalização de violências. Se propomos o diálogo, o encontro, a escuta - com responsabilização que é completamente diferente de culpabilização- construímos espaços democráticos. Há diversas possibilidades de resolver conflitos fora de lógicas violentas, por meio de um mundo de significação negociada, mediado pela linguagem, pelo diálogo e não pelo castigo ou pela dor.

Na São Paulo contemporânea, no entanto, as associações de dor, verdade e ordem não derivam apenas da tradição inquisitorial. **Talvez a teoria pedagógica que prega a superioridade da violência como um meio de estabelecer a ordem e o desenvolvimento moral e afirma sua eficácia em situações em que a linguagem deixa de ter significado** também encontre seu pedigree no encontro colonial e no que Michael Taussig (1987) *chama de sua cultura do terror*. **Essa cultura colonial que envolve colonizador e colonizado na reprodução da violência é uma cultura em que a narrativa reproduz o terror (assim como o medo do crime) e em que o significado é produzido no corpo do dominado** (CALDEIRA, 2000, p. 368, grifos nossos).

Não reproduzir essa cultura de terror significa romper com essa superioridade da violência e priorizar o campo da linguagem. Tornar as pessoas responsáveis pelas suas ações é um processo diário, que envolve abrir espaços para que elas sejam protagonistas e tenham abertura para falar e elaborar suas próprias experiências, evitando reproduzir os lugares de colonizador e colonizado. Uma cultura do diálogo se constrói cotidianamente, e dentro desse cotidiano sempre existirá conflito.

Para alguém que argumentasse que o reconhecimento prévio dos conflitos e das diferenças, de sua inevitabilidade e sua adequação arriscariam nos paralisar a decisão e o entusiasmo na luta por uma sociedade mais justa, organizada e racional, eu responderia que uma sociedade melhor é uma sociedade capaz de ter melhores conflitos. De reconhecê-los e contê-los. Para viver não apesar deles, mas de forma produtiva e inteligente neles. Diria que apenas um povo cético sobre a festa da guerra, maduro para o conflito, é um povo maduro para a paz (ZULETA, 2003, p. 30).

Em uma democracia delegativa, se elege um representante e nele se deposita o poder de tomada de decisões. Quando, dentro desse projeto, deslocamos a tomada de decisões para algo compartilhado que tinha como eixo central a necessidade do diálogo e não a formação de maiorias, isso mudou completamente a dinâmica, mas, ao mesmo tempo, fez com que grande parte do trabalho também ficasse centralizada nesse processo. Os coordenadores, função

também desempenhada por mim, nunca se eximiram do lugar de mediação dos processos: era importante estar presente e aceitar também a confiança depositada em nós, que foi se tornando maior no convívio e na percepção que os reconhecíamos como capazes de produzir conhecimento, de propor, e de encontrar caminhos para resolução dessas situações. Mas optamos por não aceitar a exclusão de nenhum membro, e não nos eximimos de falar sobre o que emergia, até mesmo o que tinha relação com a coordenação. Tivemos falhas graves em relação à remuneração dos jovens, o que teve relação, principalmente, com a falta de flexibilidade da política pública no encontro com a realidade. Queríamos remunerá-los melhor, em menos tempo, e não conseguíamos executar essas mudanças de maneira rápida o suficiente. Os pagamentos foram feitos, mas atrasaram e isso também envolveu um processo justo de indignação de muitos deles. Nesse processo dentro do grupo, desenvolvemos o que Honneth aponta que é essencial para a autonomia: a consciência do valor de sua própria competência para fazer julgamentos. Para o autor, o grupo é tal qual um espaço transicional, que incorpora aspectos de experiência que favorecem um sentimento comum de compartilhar as normas de respeito e os valores à luz dos quais os sujeitos podem se reconhecer intersubjetivamente (Honneth, 2013). Nessa possibilidade e espaço para falar e ser escutado, observei uma mudança completa de posição e de estima. Também estavam em jogo a todo momento as concepções de liberdade do grupo, que inicialmente pautava muito a liberdade como uma ampla e irrestrita possibilidade de falar ou fazer o que quisesse. A liberdade, principalmente em um grupo de jovens, é algo que sempre vem à tona como pauta importante. Acompanhada à ideia de liberdade vem também a autenticidade, muito trazida como esse processo de se descobrir, de ter uma identidade e poder formá-la a partir de experiências. Para Honneth, os ideais de liberdade e autenticidade compartilhados hoje se pautam em uma normatividade com raízes em valores liberais, que tem relação com os diagnósticos de Weber sobre a racionalização e de Durkheim sobre a individuação. São ideais atrelados a concepção negativa de liberdade, sendo ela definida pela não existência de barreiras e impedimentos a sua realização individual e, portanto, ligada à possibilidade de escolha indefinida. Em oposição a essa noção e na busca de consolidação e concepção de uma autonomia intersubjetiva, buscamos constituir o grupo como espaço de reconhecimento recíproco. Com o tempo e a partir dessas mediações notávamos que o grupo ia deixando de ser apenas uma dúzia de indivíduos para se tornar o que Gagnebin chamaria de *organização social comunitária*.

Luisa: Foi uma construção de um grupo de amizade que a gente se tornou muito íntimo com o passar do tempo, que a gente tinha liberdade pra gente falar mal dos outros, mesmo ele não estando. Pra minha pessoa fez muita

diferença eu ter feito esse período, participando, porque eu sei como, a gente tem uma experiência meio de que tipo se houver um debate a gente vai saber debater, a gente vai saber o conhecimento, saber o que realmente aconteceu. **A gente vai ter uma base que serviu muito pra mim, os meus, assim os debates que eu participo hoje, eu sempre sou muito bem recebida, acho principalmente por causa desse tempo que a gente passou junta. Eu consigo elaborar um debate que tipo consiga colocar os pontos e que as pessoas vejam o que realmente acontece, sabe?** Do meu ponto de vista, as pessoas conseguem me entender bem. Eu consigo dialogar com todo mundo, sem haver brigas, eu tento ser impessoal e imparcial com as posições, me ajudou muito, principalmente no terceiro ano. Tem uma reação muito boa do público e... fazer pesquisa, e esse processo de escrever me ajudou muito quando eu preciso escrever uma coisa, seja um projeto que eu tenho pra alguma coisa, ou uma redação, mudou o meu ponto de vista, sabe? pra copiar as coisas e transcrever para o papel, acho que é por isso eu sempre comento, sempre lembro, porque eu comento muito com as pessoas sobre o que eu fiz.

Maria: Na maioria das vezes com raiva, mas era legal a gente se encontrar, **porque querendo ou não era um grupo de jovens que tava se interessando por algo que todo mundo tenta acobertar, todo mundo tenta jogar a sujeira embaixo do tapete e a gente não, a gente tava levantando aquele tapete pra tirar tudo que tava ali debaixo.** Era bem legal, era interessante, era bom, quando não tinha o R.

Luisa: Antigamente na redação a gente escrevia mais sobre a gente. A gente desenvolveu essa técnica, a gente se tornou tão íntimo como a Laura falou que as vezes a gente tava num debate e um completava a frase do outro.

Maria: A gente já sabia, a gente tipo era natural, sabe? um tava falando e o outro parava por um momento e aí o outro continuava falando e um ia completando o outro e dava sempre certo, era como se os pensamentos estivessem conectados em um só e a linha de pensamento, por mais que a explicação fosse diferente, a linha de pensamento era sempre a mesma.

Luisa: Sabe o que é engraçado? **A gente é muito diferente um do outro, somos muito diferentes. Mas a gente conseguiu ser um grupo unido,** tinham as brigas entre a gente, tinha hora que um queria matar o outro, um gritava com o outro, a gente ficava cansado, mas depois, **sempre que a gente precisava um do outro tava ali, juntos.**

(informações verbais da conversa de avaliação feita em junho de 2018, grifos nossos)

Esse processo de reconhecer que o Outro é capaz de completar seu pensamento e a ideia de respeito ao Outro mesmo diante da diversidade e da diferença é oposto ao uso da força e da violência para eliminar aquilo que não está de acordo, ou não se encaixa nas suas concepções. É do campo do reconhecimento recíproco, que incide também em uma construção de estima sobre si. Tal como vemos nessa mesma conversa, comenta-se um ganho de confiança em suas capacidades de posicionarem-se diante de outras pessoas e dialogarem de forma a se sentirem compreendidas. A exceção que falam, a qual já comentei anteriormente, diz respeito a um dos

jovens que, com o tempo, adotava discursos violentos e atravessava todos os companheiros. Isso foi gerando um incômodo e um afastamento nos últimos encontros e nos meses após o encerramento. No entanto, o próprio grupo criava mecanismos para se apoiar, colocando-se de forma a propiciar a circulação da palavra e inclusão das opiniões divergentes.

É interessante considerar que a maior parte dos jovens depois do projeto decidiu tentar ingressar na universidade pública. Há claramente um efeito da aproximação da universidade em suas vidas por meio da presença dos professores e da instituição que respaldou o projeto, mas há também esperança criada, a possibilidade de acreditar em algo que antes talvez não estivesse em seus horizontes. Assim, a esperança que fica em cada um não é necessariamente semelhante, mas se traduz também pela construção de projetos de vidas, inclusive divergentes aos que a coordenação acreditava ser mais coerente com a visão política compartilhada. Essa construção de projetos significa uma potência e uma busca de uma vida digna de valor. O engajamento buscado também dizia respeito à possibilidade desses jovens se sentirem capazes de definir novos objetivos e agirem para alcançá-los.

Portanto, em termos do objetivo inicial do projeto *Memória e Resistências: a ditadura na quebrada*, podemos afirmar que não se alcançou a produção esperada de narrativas e de conteúdo em relação aos tempos da ditadura militar na periferia. Mas, em relações aos objetivos de pesquisa, os considero alcançados. Conseguiu-se analisar o potencial do processo de construção de memória política como mecanismo de elaboração psicossocial, revelando o rompimento de repetições e o engajamento e consciência política dos jovens após o projeto. Além disso, conseguiu-se realizar um diagnóstico social do presente, que se traduz também como uma memória política produzida a partir e pelas experiências e elaborações dos jovens no interior do grupo. A construção de grupos de confiança e compartilhamento parece ter uma relação direta com a possibilidade de estabelecer planos futuros e se engajar com a vida política. Isso deve inspirar a construção de novos projetos de pesquisa que centralizem os grupos e coletivos periféricos como espaço de aprendizagem e inspiração; muitos deles já estão estabelecidos nas periferias, criando metodologias e transformando os planos de futuros dos jovens.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sua memória agora é minha memória.

(fala dos jovens direcionada a Rita Sipahi)

Não é à toa que essa frase se tornou o título dessa dissertação. Provavelmente, se precisasse resumir o que é a construção da memória política de forma simples diria que é a possibilidade de um grupo alcançar um nível de reconhecimento recíproco em que suas memórias, mesmo que não sejam de eventos conjuntos, ganham potência suficiente para se tornarem arma de luta coletiva contra a repetição. Quando os jovens podem olhar para Rita Sipahi e declarar que aquela agora também é uma memória deles, a transformação está dada: aquilo que poderia ser um sofrimento e uma experiência individual de violência, torna-se pública, torna-se do coletivo, de forma que eles também se juntam a luta de Rita e ela a deles. No entanto, isso só se tornou possível a partir de relações prévias de reconhecimento recíproco entre o grupo de jovens, e diversos retornos às suas próprias memórias. Foi esse processo que permitiu que nesse encontro e na entrevista eles estivessem preparados e abertos a reconhecer nela algo de semelhante, mesmo que sua origem, sua história e sua memória não pertencessem aos mesmos lugares e tempos. Por isso, concluo a partir dessa pesquisa que a memória política é baseada em outra forma de narratividade, que é muito bem analisada por Benjamin e tematizada em suas teses sobre a história e na introdução de Gagnebin para o livro: “Magia e Técnica”. Essa narratividade é permeada pela experiência coletiva e ocorre somente em uma organização social comunitária. A memória política pode ser vista como essa experiência do campo da *Erfahrung*, que ocorre em contraposição a privacidade da experiência individual. Tem relação com a arte de contar e narrar e a intersubjetividade é pré-requisito. O outro é parte do que se narra, porque a narrativa se dirige a alguém. É trabalho de elaboração conjunta, de transmissão de uma experiência em sentido pleno dentro de uma comunidade de vida e de discurso que se une. Sua memória agora é a minha memória simboliza a construção de uma comunidade de vida e discurso comuns entre gerações que dentro desse tempo visto como linear e lógico, não teriam se encontrado; mas se encontram no compartilhamento da narração e nos sentimentos comuns, que fazem emergir esperança do encontro, expectativa de que o futuro possa ser diferente. Para isso é preciso tempo, espaço de elaboração, espaço vazio que se preenche com a narração.

Esse espaço foi sendo criado no processo com os jovens e não foi à toa que a conversa pública ocorreu no final e teve o maior impacto neles. No processo de consolidação do grupo, de formação de um coletivo e do laço de solidariedade entre eles, abriu-se o campo para a narração e para a experiência conjunta que viveram aquele dia na roda. A roda, nesse sentido, é instrumento potente, pois permite que todos se olhem, mas que também exista um vazio no meio a ser preenchido pelos presentes que se olham, se sentem. A construção da memória política, nesse sentido, é um trabalho que se assemelha ao artesanal: se dá forma a uma imensidão de matéria narrável, fazendo uma ligação entre gesto e palavra, entre o vivido e o dizível, entre as mãos e a voz. Cada história se torna o ensejo de uma nova história. No processo de elaboração psicossocial a narrativa não se encerra, ela emerge somente porque há espaço para encejar uma nova história. Ela só acontece no grupo, quando esse tem a capacidade de dar espaço para que aquela memória não se encerre em si, mas que ela se abra novamente para romper a repetição e para emergir a esperança. É quando se instaura a dinâmica ilimitada da memória. A conversa pública é sempre um bom exemplo, no sentido de que cada memória ali compartilhada não se encerrava em si, mas abria o campo para que outras memórias e tempos se encontrassem, unindo-se na experiência comum de, mesmo diante do horror, da violência, do que antes talvez fosse indizível, ver espaço de construção e transformação, e sair dali com esperança. Reconstrói-se o tecido social mediante a prática de transformar o passado. O processo de recuperação da memória histórica pode se dar enquanto um processo de construção de memória política, mas deve se fundar em um processo de elaboração psicossocial, que tem trabalho de luto e esclarecimento, que conduz ao rompimento da repetição e que funda o campo da conscientização. Conscientização que:

(...) não consiste em uma simples mudança de opinião sobre a realidade, em uma mudança da subjetividade individual que deixe intacta a situação objetiva; a conscientização supõe uma mudança das pessoas no processo de transformar sua relação com o meio e sobretudo com os demais (MARTIN-BARÓ, 1998, p. 170).

A construção da memória política produz significados compartilhados e rompe com o institucionalizado. Tivemos diversos objetivos dentro do projeto, alguns mais relacionados à formação e transformação dos próprios jovens bolsistas, outros ao registro da memória deslocada do centro da cidade (centro econômico e geográfico). Dada a metodologia do trabalho, tanto em termos de uma pesquisa-ação, quanto da Educação Popular, seria impossível não falar sobre como esse processo me afetou em diversos níveis. Foi um processo intenso de aprendizado e transformação, que envolveu até o campo dos sonhos. Houve noites em que me

senti preocupada e angustiada com os caminhos e escolhas dos jovens; que pareciam não coincidir com aqueles que esperávamos; combinadas a noites de extrema alegria e esperança nas possibilidades que esse projeto revela em termos de transmissão da memória e principalmente, combate à violência de Estado. Considero termos sido muito ambiciosos em nossos planejamentos iniciais. Foi essencial nos darmos conta que existia um outro tempo do trabalho e que teríamos que abrir mão de alguns dos objetivos iniciais, e focar, principalmente, nas próprias relações e conflitos do grupo. Percebemos que talvez saíssemos com menos produtos concretos²², mas que o verdadeiro trabalho acontecia em cada uma das nossas reuniões e atividades junto aos jovens. É extremamente interessante ter em vista como entramos no projeto com a certeza de que o que produziria as transformações seriam, principalmente, as ações objetivas ou as falas e depoimentos que emergissem, sem perceber que havia um amplo material a ser trabalhado nas próprias relações intersubjetivas que acontecem em um grupo que se propõe a trabalhar de forma democrática, discutindo e entrando em contato com histórias de violência e de resistência. Ali que se fundaram as relações de reconhecimento recíproco e que conseguimos trabalhar o conflito e as experiências de desrespeito de modo que servisse ao campo da elaboração e não da repetição. Foi essencial o afastamento que tive no último ano e a saída do trabalho. Hoje consigo diferenciar de modo muito mais claro o que é a pesquisa e o projeto, e como um se relaciona com o outro. Esse afastamento me permitiu construir melhores análises e entender também os limites de uma pesquisa científica, principalmente de um mestrado, que tem um recorte de tempo específico. Considero que essa pesquisa tem também como função abrir um campo ainda maior de trabalhos na área de construção de memória política. Foram necessárias escolhas metodológicas e teóricas, que significaram também abandonar alguns objetivos iniciais, mas trilhar um percurso muito influenciado pela própria experiência. O tema da elaboração psicossocial também pode ser extrapolado, em termos de pensar e elencar mais experiência de elaboração psicossocial que estão surgindo no contexto atual brasileiro nas periferias urbanas. Aqui pouco se tratou da dimensão cultural, dos saraus, de outras formas de transmissão e elaboração das memórias.

Ainda são muitas as perguntas que infelizmente não responderemos de forma integral nessa pesquisa, mas que marcam o desejo de justiça para a juventude periférica. Quem são

²² Quando falo sobre produtos concretos, me refiro ao texto enviado para o Edital, no qual apontávamos como objetivo, a construção de um espaço/museu para exibição dos materiais e registro constante das memórias de Heliópolis.

esses jovens assassinados nos últimos anos pela polícia militar? Quais são seus nomes? Suas histórias? Quem são suas famílias? Puderam romper o silenciamento? São só alguns exemplos de perguntas que parecem interessar pouco ao Estado e a uma grande parte da população.

As narrativas valorizadas nesse projeto, servem de inspiração e de base para a luta de reclamar para os territórios colonizados e povos da periferia a potência de reescrever a história e lutar contra as ficções das elites e das metrópoles. Se por um lado vemos políticas de esquecimento fomentadas pelo Estado, e que sustentam ideias pacificadoras do passado e, portanto, com vieses extremamente colonialistas, temos dentro dos movimentos sociais uma oportunidade única de construção de narrativas que se opõe a essa ideologia. São histórias de resistência que não se eximem, mas ao contrário, se alimentam da existência do conflito, da luta, da resistência como caminhos para superação de desigualdades. E essa memória pode e deve ser construída dentro dos movimentos, composta em processos de encontro, de solidariedade e de complementariedade. Nesse processo de construção coletiva de uma narrativa sobre si, em necessária relação com a sociedade, poderá haver a produção de uma consciência política, no sentido de revelações das condições objetivas que exigem a ação política. Trata-se de um descentramento de formas individuais de consciência. Pois a

desertificação isolacionista impossibilita a busca de um fim ou de um desejo para a existência humana em sociedade; ela faz do significado da vida uma matéria ainda mais volátil do que ela já é nas condições que marcam e orientam as sociedades pós-industriais. Na perspectiva da busca de um bem como valor desejável, a desertificação isolacionista torna tal procura um elemento imaginário e ficcional, opondo-se de maneira irreconciliável à experiência coletiva que é uma marca da ética. Enfrentar essa realidade que se apresenta atualmente é reconhecer que a ética e seus significados só existem na linguagem, que é prática de sociabilidade e exercício compartilhado (SILVA, 2009, p. 10).

A construção da memória política em meio à prática de sociabilidade, opõe-se então a essa desertificação isolacionista, e transforma o sentido da memória, pois “a memória deixa de ter um caráter de **restauração** e passa a ser **memória geradora do futuro**. [...] O horizonte para o qual tende a memória narrativa é a transição da nostalgia para um “horizonte de espera”.” (BOSI, 2003, p. 66 e 67, grifo nosso).

No momento em que vivemos, a esperança no futuro é de grande valor, precisamos de práticas criativas que estimulem e criem essa expectativa de futuro. Esses processos necessitam de tempo, tempo esse que talvez não seja tão breve quanto almejamos, mas que será suficiente para estabelecermos uma democracia e uma esfera pública muito menos frágeis.

O tempo da memória e da narração opõe-se ao tempo da produção capitalista, justamente porque é o tempo que permite captar as sutilezas e delicadezas que se perderam no caminho. É necessária paciência, acompanhada de uma firmeza permanente, para seguir pesquisando, construindo, estimulando e identificando essas práticas sociais que aproximam o homem da emancipação e do alcance de uma vida digna de valor.

8. REFERÊNCIAS²³

- ABRAMOVAY, M. (Org.). **Escola e violência**. Brasília: UNESCO, UCB, Observatório de Violências nas Escolas, 2002.
- ABRUCIO, Fernando Luiz. **O impacto do modelo gerencial na Administração Pública**: um breve estudo sobre a experiência internacional recente. Cadernos ENAP, 1997.
- ADORNO, T. W., HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985
- ADORNO, Theodor W. O que significa elaborar o passado. In ADORNO, Theodor W. **Educação e Emancipação**. São Paulo: Paz e Terra, 1995a.
- ADORNO, Theodor W. Educação após Auschwitz. In ADORNO, Theodor W. **Educação e Emancipação**. São Paulo: Paz e Terra, 1995b.
- ÁLVAREZ-GAYOU, Juan Luis. Cómo hacer investigación cualitativa. Fundamentos y metodología. **México. Ed. Paidós Ecuador**, 2004.
- ANDERSON, Benedict; BOTTMAN, Denise. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. Editora Companhia das Letras, 2008.
- ANSARA, Soraia. Memória Coletiva: Um Estudo Psicopolítico de uma Luta Operária em São Paulo. **Revista Psicologia Política**. Vol. 1, Nº 2. São Paulo: SBPP, 2001.
- _____. **Memória Política da Ditadura Militar e Repressão no Brasil**: uma abordagem psicopolítica. Tese de Doutorado. Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2005.
- _____. Memória política: construindo um novo referencial teórico na psicologia política. **Rev. psicol. polít.**, São Paulo , v. 8, n. 15, p. 31-56, jun. 2008 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2008000100004&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 23 mar. 2019.
- _____. **Memória Política e Direitos Humanos: resistência e luta de grupos oprimidos contra a violência do Estado, Relatório de Pós-Doutorado apresentado ao** ao Programa de Pós-graduação em Mudança Social e Participação Política, EACH-USP, 2014.
- _____. Políticas de memória X políticas do esquecimento: possibilidades de desconstrução da matriz colonial. **Rev. psicol. polít.**, São Paulo , v. 12, n. 24: 297-311, ago. 2012 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2012000200008&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 23 jul. 2018.
- ANSARA, S.; DANTAS, B.S.A. **Aspectos ideológicos presentes na construção da memória coletiva**. São Paulo: Althenea Digital. Março, 2015.

²³ De acordo com o estilo ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas)

ARAÚJO, Maria do Amparo Almeida. **Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a partir de 1964**. Pernambuco: Companhia Editora de Pernambuco, 1995.

BARROS, Carlos César. **Reconhecimento na vida danificada**: Honneth leitor de Adorno. *Revista Ideação*, v. 1, n. 36: 144-165, 2018.

BENTO, Maria Aparecida Silva; BEGHIN, Nathalie. **Juventude negra e exclusão radical**. Relatório IPEA, 2005.

BENJAMIN, Walter. **O Narrador**: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994: 197-221

BENJAMIN, W., GAGNEBIN, J. M., & ROUANET, S. P. **Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986.

BHABHA, Homi. **Introduction**. In: *Nation and Narration*. Ed. Routledge: New York, 2000.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social**. Ateliê Editorial, 2003.

BRUNELLI, A. L. **Memórias e Resistências**. (Relatório de Iniciação Científica), Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2017.

BURAWOY, Michael. Por uma sociologia pública. **Revista de Ciências Sociais- Política e Trabalho**, v.25, p. 9-50, 2006.

CALDEIRA, Teresa. **A cidade dos muros**: violência, segregação e cidadania na cidade de São Paulo. São Paulo: Editora, v. 34, 2000.

CARLOS, A. F. A. **A metrópole de São Paulo no contexto da urbanização contemporânea**. *Estudos Avançados*, v. 23, p. 313-316, 2009.

CERQUEIRA, Daniel Coordenador et al. **Atlas da violência**. 2018, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada IPEA

CHATTERJE, Partha. **Comunidade imaginada por quem?** In: BALAKRISHMAN, Gopal. (Org.). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2000, p. 227-238

CORREA, Felipe; ALMEIDA, Marco Antonio Bettine de. Teorias dos movimentos sociais e psicologia política. **Rev. psicol. polít.**, São Paulo , v. 12, n. 25, p. 549-570, dez. 2012. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2012000300011&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 22 mar. 2019.

DESCARTES, R. **Discurso do método para bem conduzir a própria razão e procurar a verdade das ciências**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

DOMINGUES, José Maurício. **Teorias sociológicas do século XX**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. 2º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
 FERNANDES, Florestan. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. Global Editora e Distribuidora Ltda, 2015.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade**, vol. I: A Vontade de Saber. Rio de Janeiro, Ed. Graal, 1999.

FRANCO, Rolando; LANZARO, Jorge. **Política y políticas públicas: determinación y autonomía**. En: Política y políticas públicas en los procesos de reforma de América Latina-Buenos Aires: Miño y Dávila/CEPAL, 2006-p. 13-40, 2006

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 27ª ed. RJ, Paz e Terra, 1987.

FREUD, Sigmund. Recordar, repetir e elaborar (novas recomendações sobre a técnica da psicanálise II). **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**: edição standard brasileira. Rio de Janeiro, Imago, v. 12, p. 163-171, 1914.

_____. Fixação em traumas – o inconsciente. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Tradução de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1966. v. XVI.

FREUND, Julian. **Sociologia de Max Weber**. Rio de Janeiro, Forense, 1970.

GABORIT, M. **Memória histórica**: reverter a história a partir das vítimas. Psicologia social para a América Latina: o resgate da psicologia da libertação, 245-276, 2011.

GAGNEBIN, J. M.. **Uma filosofia do cogito ferido: Paul Ricoeur**, Estud. av. vol.11 no.30 São Paulo May/Aug, 1997.

_____. **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: Ed. 34, 2006.

_____. **O preço de uma reconciliação extorquida**. In: TELLES, E.; SAFATLE, V. (orgs.). O que resta da ditadura. São Paulo: Boitempo, 2010.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**, Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1976

_____. **Celebração das contradições/2: o livro dos abraços**. Porto Alegre: L&PM, 2007.

HABERMAS, J. **Teoria do Agir Comunicativo**. Vols I e II. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2012.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória colectiva**. São Paulo: Edições Vértice, 1990.

HOBBSBAWM, Eric. **A nação como novidade: da revolução ao liberalismo**. In: Nações e Nacionalismo desde 1870: programa, mito e realidade. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1998.

HONNETH, Axel. **Reificación: un studio en la teoria del reconocimiento**. Buenos Aires: Katz, 2007.

_____. **Luta por Reconhecimento: a gramática social dos conflitos sociais.** São Paulo: Editora 34, 2009.

_____. O eu no nós: reconhecimento como força motriz de grupos. **Sociologias**, v. 15, n. 33, 2013. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/sociologias/article/view/42432/0>

HONNETH, Axel; ANDERSON, Joel. **Autonomia, Vulnerabilidade, Reconhecimento e Justiça. Cadernos de Filosofia Alemã: Crítica e Modernidade**, São Paulo, n. 17, p. 81-112, june 2011. ISSN 2318-9800. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/filosofiaalema/article/view/64839>. Acesso em: 24 July, 2018.

HORKHEIMER, M. **Teoria Tradicional e Teoria Crítica.** Os Pensadores. São Paulo, Abril Cultural, 1980.

HORKHEIMER, M. **Teoria tradicional e teoria crítica.** In Z. Loparic, A. M. Lorapic, E. A. Malagodi, R. P. Cunha, L. J. Baraúna & W. L. Maar (Orgs.), *Textos escolhidos* (5a ed., pp. 31-68). São Paulo, SP: Nova Cultural, 1991.

KANT, Immanuel. **A Metafísica dos Costumes.** (Trad. Edson Bini) Bauru, SP: EDIPRO, 2003

LANE, Sílvia T.M. **Histórico e Fundamentos da Psicologia Comunitária no Brasil.** In: CAMPOS, Regina H. de F.(org.). *Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia.* 9ª ed.. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 17-34. 3

LASCOUMES, Pierre; LE GALÈS, Patrick. **A ação pública abordada pelos seus instrumentos.** Revista Pós ciências sociais, v. 9, n. 18, 2012.

LASCOUMES, Pierre; LE GALÈS, Patrick. **Sociologia da Ação Pública.** Maceió: Editora Universidade Federal de Alagoas, 2012.

LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. **Rev. Projeto História**, São Paulo, n. 17, p. 1- 495, 1998.

LUKÁCS, Georg., **História e Consciência de Classes.** Martin Fontes, 2003.

LE BON, G. **Psicologia das multidões.** Rio de Janeiro: F. Briguet & Cia, 1954 (Original publicado em 1895)

LE POULICHET, Sylvie. **O tempo na psicanálise.** Traduzido por M. Comaru. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1996.

LOWENTHAL, David. **Como conhecemos o passado.** Projeto história n.17. Sa?o Paulo: PUC-SP, novembro, 1998

MACEDO, Elizabeth. **Currículo como espaço-tempo de fronteira cultural.** Rev. Bras. Educ., Rio de Janeiro , v. 11, n. 32, p. 285-296, Aug. 2006 . Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782006000200007&lng=en&nrm=iso acesso em 21 Mar 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782006000200007>

MARTIN-BARÓ, Ignacio. **Psicología de la Liberación**. Madrid: Editorial Trotta, 1998.

MARTINS, Karina Oliveira; LACERDA JR, Fernando. A contribuição de Martín-Baró para o estudo da violência: uma apresentação. **Rev. psicol. polít.**, São Paulo , v. 14, n. 31, p. 569-589, dez. 2014. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2014000300010&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 23 jul. 2018.

MARX, K. O fetichismo da mercadoria: seu segredo. **O Capital**, Vol. 1, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Interdisciplinaridade: funcionalidade ou utopia?**. Saude soc. [online]. 1994, vol.3, n.2, pp. 42-63

MONTERO, M. **Hacer para transformar: el método en la psicologia comunitária**. Buenos Aires. Paidós, 2007.

NAIRN, T. **The break-up of Britain: Crisis and neo-nationalism**. Londres, NBL, 1977.

NIETZSCHE, F. A gaia ciência. Tradução, notas e posfácio de Paulo César de Souza. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

_____. O nascimento da tragédia, ou Helenismo e pessimismo. Tradução, notas e posfácio de J. Guinsburg. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. *Revista Estudos Históricos* 5.10: 200-215, 1992.

PROCHET, Nelza. Tempo de criação. **Cadernos de Psicanálise – SPCRJ**, v.26, n.29, p.285-308, 2010.

Projeto Político Pedagógico CEU Heliópolis Professora Arlete Persoli. São Paulo, 2017.

QUINET, Antônio. **Que tempo para a análise?**. In: A. Quinet. *As 4 + 1 condições da análise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

RIBEIRO, Ronilda Iyakemi. **Alma africana no Brasil: os iorubas**. Editora Oduduwa, 1996.

RICOEUR, Paul. **O si-mesmo como um outro**. Trad. Lucy Moreira César, 1991.

SANTIS, M. **De favela a bairro educador: protagonismo comunitário em Heliópolis**. 2014. 194 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2014.

SEVCENKO, N. A cidade metástasis e o urbanismo inflacionário: incursões na entropia paulista. **Revista USP**, (63), 2004, 16-35, <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i63p16-35>

SILVA, Alessandro S. **Contribuições dos Movimentos Sociais para a Desprivatização da Ética na Perspectiva da Psicologia Política**. Em Sarti, Flavia M.; Santos, Gislene Ap. dos. (org.) *Ética, Pesquisa e Políticas Públicas*. São Paulo: Rubio, 2009.

SILVA, Alessandro Soares da; CORRÊA, Felipe. **No interstício das disciplinaridades: a psicologia política**. Curitiba: Prismas, 2015

SILVA, Helenice Rodrigues da. Rememoração/comemoração: as utilizações sociais da memória. **Revista Brasileira de História**, v. 22, n. 44, p. 425-438, 2002.

SINHORETTO, J. ; SILVESTRE, G.; SCHLITTLER, M. C. **“Desigualdade Racial e Segurança Pública em São Paulo: letalidade policial e prisões em flagrante”**- Pesquisa do grupo GEVAC- UFSCAR, 2014.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 2005.

VOIROL, Olivier. Teoria crítica e pesquisa social: da dialética à reconstrução. **Novos estudos-CEBRAP** 93, 2012: 81-99.

WEBER, Max. O espírito do capitalismo. In: **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

_____. Os Três Tipos Puros de Dominação Legítima. In: Cohn, Gabriel. **Weber**. São Paulo, Ática, 1986.

ZULETA, E. **Colombia: Violencia, Democracia y Derechos Humanos**. Fundación Estandislaio Zuleta/ Hombre Nuevo Editores. Medellín, 2003.